

PROJETO ESCOLAPIO

Brasil - Bolivia 2022



PROJETO ESCOLÁPIO

Brasil - Bolivia 2022



Apresentação

Apresentamos a seguir o Projeto dos escolápios, no que se refere à vida e missão no Brasil, que foi atualizado no processo capitular, ao longo do ano de 2022, e aprovado no II Capítulo de nossa Província. Torna-se assim a referência fundamental do nosso ser e agir.

É uma série de documentos que definem nossos objetivos e nosso estilo de atuação. Coletamos aqui em português aqueles que afetam diretamente a Bolívia. Assim como em espanhol para aqueles da Bolívia. Os cinco primeiros documentos são comuns a toda a Província, enquanto os três últimos são específicos de cada país.

Esse Projeto é complementado por dois instrumentos de grande importância:

1. O Projeto de Presença escolápia no Brasil e na Bolívia para cada quadriênio, que marca as prioridades que vamos destacar nesses anos e que apresentamos nesta publicação em primeiro lugar.
2. O acompanhamento desse projeto é realizado por meio dos correspondentes responsáveis e equipes, pelo calendário que indica quando as ações serão executadas e pelos instrumentos de avaliação para medir o alcance de nossas principais finalidades.

Obviamente, esse Projeto está em sintonia com as Diretrizes da Ordem, tanto na redação atual quanto na maneira de especificar a ação de cada dia.



Sumário

Apresentação	5
1 - PROJETO DE PRESENÇA 2023 – 2026	11
2 - ORGANIZAÇÃO da presença escolápia	12
2.1. Apresentação	12
2.2. Organização provincial	13
2.3. Organização Local	17
3. VIDA COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO PERMANENTE	19
3.1. Vida comunitária escolápia	19
3.2. Para viver a vida em comunidade	20
3.3. A formação permanente	20
4. FORMAÇÃO INICIAL	22
4.1. O sentido deste Estatuto ¹⁰	22
4.2. Objetivo principal da formação	23
4.3. Alguns critérios gerais para todas as etapas ¹³	23
4.4. Casas de formação e formadores	24
4.5. Etapa de acolhida e/ou aspirantado	24
4.6. Pré-noviciado ¹⁵	25
4.7. Noviciado (42-46.72-75)	25
4.8. Juniorato (47-57 y 76-79; 58-62 y 80-83)	26
5. PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS PIAS	27
5.1. Diferentes formas de participação	27
5.2. Nosso quadro de ação: a presença escolápia, a Comunidade Cristã Escolápia e a Rede Itaka – Escolápios	27
5.3. Algumas ações a serem especificadas em cada presença	29
6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO²¹	32
6.1. Princípios gerais	32
6.2. Âmbito provincial	32
6.3. Comunidades locais	33
6.4. Administração das obras	33
6.5. Administração ordinária e extraordinária	35
6.6. Cargos pessoais	38

6.7. Diretor Titular da Obra	41
6.8. Órgãos colegiados	44
7. FRATERNIDADE ESCOLÁPIA DO BRASIL	50
7.1. Nossa identidade	50
7.1.1. Seguidores/as de Jesus	50
7.1.2. Dimensões de nossa fé	51
7.1.3. Ecclesialidade	53
7.1.4. O carisma de São José de Calasanz	53
7.1.5. Comprometidos na construção do Reino	54
7.2. A vocação na Fraternidade das Escolas Pias	57
7.2.1. A vocação comum	57
7.2.2. Incorporação à Fraternidade Escolápia	59
7.2.3. A diversidade vocacional	61
7.2.4. As pessoas próximas	61
7.2.5. A vida da Fraternidade: espiritualidade, missão e vida comunitária	62
7.2.6. Perseverança na Fraternidade	62
7.2.7. Afastamento temporário da Fraternidade	64
7.2.8. Saída da Fraternidade	64
7.3. A organização da Fraternidade	65
7.3.1. Âmbito pessoal	66
7.3.2. A pequena comunidade	66
7.3.3. A Fraternidade escolápia do Brasil	68
7.3.4. A Fraternidade Geral	73
7.3.5. A Fundação Itaka – Escolápios	73
7.3.6. A Comunidade Cristã Escolápia	74
8. MOVIMENTO CALASANZ NO BRASIL	74
8.1. Apresentação	74
8.2. Nomenclatura das etapas	77
8.3. Projeto da Juventude Escolápia do Brasil	78
8.4. PROJETO LANDRIANI: JUVENTUDE ITAKA-ESCOLÁPIOS	80
9. PASTORAL VOCACIONAL ESCOLÁPIA	82
9.1. Justificativa	82

9.2. Marco referencial: nossas opções de base	83
9.2.1. A prioridade da PVE	83
9.2.2. Fomentando uma cultura vocacional	84
9.2.3. O jovem no centro da PVE	85
9.2.4. Comunidades religiosas abertas e acolhedoras	85
9.2.5. PVE assumida de forma colegiada e comunitaria	86
9.2.6. PVE flexível, contextualizada, orgânica e articulada	86
9.2.7. PVE que educa, acompanha e forma através do AVE	87
9.2.8. Articulação entre o Movimento Calasanz a PVE e a FI	87
9.3. Estrutura da PVE no Brasil	88
9.3.1. Agentes e estrutura da PVE	89
9.3.2. Programação e avaliação	92
9.4. Anexo. Itinerário do AVE	93
10. PROJETO ESCOLÁPIO DE COLÉGIOS	99
10.1. Introdução	99
10.2. Identidade de um colégio escolápio	99
10.3. Sistema escolápio de educação	102
10.3.1. Proposta pedagógica	102
10.3.2. Proposta pastoral	103
10.3.3. Proposta administrativa	104
10.3.4. Organização	105
11. PROJETO DE PARÓQUIA ESCOLÁPIA	106
11.1. A missão de evangelizar	106
11.1.1. Discípulos missionários	106
11.1.2. A partir do encontro pessoal com Jesus Cristo	106
11.1.3. Pelo testemunho da comunhão fraterna	107
11.1.4. A serviço da vida do nosso povo	107
11.1.5. Com sentido de pertença à Igreja e em fidelidade ao carisma fundacional	108
11.2. Prioridades e urgências pastorais, em sintonia com as diretrizes da Igreja e do carisma escolápio	108
11.2.1. Anúncio do Evangelho em primeiro lugar	108
11.2.2. Primado da Palavra. Paróquia: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral	110
11.2.3. Catequese	111

11.3. Opção pelos pobres e pela transformação social.	
Centralidade das crianças e jovens	112
11.3.1. A serviço da vida. Para que todos tenham vida em abundância	112
11.3.2. Opção preferencial pelos pobres	114
11.3.3. Centralidade de crianças e jovens	116
11.4. Comunidade, lugar da experiência de Jesus Cristo	117
11.4.1. Formamos uma rede de comunidades	117
11.4.2. Comunidade: casa de iniciação à Vida Cristã	119
11.4.3. Somos uma Igreja ministerial	121
11.5. Missão compartilhada e Fraternidade escolápia	123
11.5.1. Missão compartilhada	123
11.5.2. Fraternidade escolápia	124
11.6. Sob a inspiração do carisma de Calasanz	125
11.6.1. O Carisma de Calasanz	125
11.6.2. O Lema “Fé e Vida” no contexto da paróquia	126
12. CENTROS SOCIAIS DE ITAKA – ESCOLÁPIOS	128
12.1. Introdução	128
12.2. Missão	128
12.3. Visão	128
12.4. Princípios e valores	128
12.5. Objetivos norteadores	129
13. PROJETO DE COMUNICAÇÃO	130
13.1. Introdução	130
13.2. Objetivos	131
13.3. Ações necessárias	133
13.4. Canais e responsáveis	134



1. PROJETO DE PRESENÇA 2023 – 2026

(prioridades destes anos)



Este lema apresenta os quatro pilares fundamentais do Projeto de Presença dos escolápios do Brasil - Bolívia para este quadriênio 2023 - 2026: Jesus, unidos, + escolápios e muito fruto. Recolhem, de forma reduzida, os quatro núcleos do 48 Capítulo Geral com suas treze chaves e apresentam as prioridades com as quais devemos abordar nossa vida e missão.

Estas quatro prioridades, com as ações mais valorizadas no Capítulo (com os pontos que obtiveram na priorização), com o Projeto dos escolápios no Brasil - Bolívia e com as demais propostas do Capítulo que passam para as equipes correspondentes, marcam a linha de trabalho para os próximos anos.

Tudo isso se concretizará nos Projetos locais de presenças, nos projetos comunitários e nas equipes provinciais.

JESUS é o centro da nossa vida pessoal e comunitária

Seguir Jesus Cristo com nossa vida de oração, missão, leitura, estudos concretos e, sobretudo, na aprendizagem diária da escuta, abertura a novos serviços e lugares.	37
Buscar nossa rocha firme em Jesus e, para isso, cuidar de nossa vida de oração e formação espiritual com ações nos âmbitos pessoal, comunitário, de presença e provincial.	35
Construir comunidade onde a Palavra – Eucaristia seja central, com comunicação, fraternidade e projeto compartilhado. Assim recuperamos forças e saímos renovados a cada dia para a missão.	27
Promover passos para a vocação particular na Fraternidade: envio a outras presenças e/ou países, ministérios escolápios confiados a leigos, integração jurídica, comunidades conjuntas...	22

Jesus nos quer UNIDOS

Promover uma maior integração entre o Brasil e a Bolívia, crescendo na consciência da Província e da Ordem e promovendo a disponibilidade e a comunicação.	42
Seguir o Senhor em comunidade, como lugar de partilha de fé, vocação, vida e missão	25
Orientar as comunidades religiosas e a Fraternidade para a missão, cuidando do Movimento Calasanz também na juventude e da opção pelos pobres.	23
Promover, a partir de uma frutífera vida comunitária, a cultura vocacional escolápio, principalmente a vocação religiosa e fraterna.	20

Jesus nos quer unidos para ser + ESCOLÁPIOS...

Discernir o escolápio de que precisamos, agora e no futuro, e tirar as consequências para a formação inicial, na preparação para a missão e nas linguas necessárias.	41
Conhecer e assumir as linhas da Ordem, Fraternidade, Itaka – Escolápios, Movimento Calasanz, Rede de Paróquias...	24
Iniciar uma escola de educadores para crescer na identidade, na participação, na espiritualidade e na vida escolápia que enriqueça toda a nossa realidade.	24
Avançar na cultura vocacional, conscientizando-se de sua importância, preparando líderes para ela e fazendo chamados em todas as nossas áreas de vida e missão.	24

... e dar muitos FRUTOS

Desenvolver a cultura vocacional em todas as nossas obras: Calasanz, dias e festa escolápias, redes sociais, ambientação, oração, testemunho pessoal e comunitário, projeto...	38
Promover a equipe de presença local: composição, com projeto claro, ritmo mínimo quinzenal, atas...	36
Simplificar nossa organização provincial, cuidando para que seja próxima, bem animada pelo coordenador correspondente e focada em seu projeto.	31
Dinamizar a equipe provincial do Movimento Calasanz, com encontros de formação que ajudem a absorver o modelo e a partilhar experiências e materiais.	29
Impulsionar a equipe provincial das paróquias (26) e promover a identidade escolápia nos colégios (26) e paróquias (16).	

2. ORGANIZAÇÃO da presença escolápia

2.1. Apresentação

1. As Escolas Pias são uma rica realidade em torno do carisma de Calasanz, responsável pela missão escolápia que convoca, de maneira diversa, muitas pessoas e entidades.
2. A presença escolápia é o conjunto de pessoas, comunidades e obras ligadas às Escolas Pias e também à ação educativa e evangelizadora que realizamos, em cada presença e em toda a Província .
3. Este documento detalha o modo de organizar esta presença escolápia no Brasil e na Bolívia e é complementado pelas normas escolápias , a legislação civil e eclesial vigente, o regulamento das obras e os documentos de Itaka - Escolápios.

¹Isto se reflete nas Regras, número 11: "A presença escolápia é o conjunto de instituições comunitárias e apostólicas, e plataformas relacionais que são estabelecidas em seu entorno, que constituem e configuram a realidade concreta escolápia de um lugar, local, demarcatório ou geral. Forneceremos a nossas presenças escolápias os projetos e equipes adequados para o seu crescimento e consolidação".

²Está principalmente incluído nas Constituições, Regras e Diretrizes dos Capítulos e Congregações.

³Incluído desde o Capítulo Geral de 2015 nas Regras.

4. Nosso modelo organizacional básico baseia-se em uma opção clara para trabalhar com projetos compartilhados, tanto no nível local quanto na coordenação provincial:

a. Um sujeito escolápico

- i. configurado como uma Comunidade Cristã Escolápica , centrada na Eucaristia,
- ii. com seus diferentes ministérios e encomendas, das diferentes e complementares vocações escolápias
- iii. configurada em seu núcleo, sobretudo, pela Província religiosa e pela Fraternidade Escolápica
- iv. dando espaço para outras pessoas que o desejarem: comunidades paroquiais, colaboradores, membros do Movimento Calasanz, equipes de missão compartilhada, participantes (paroquianos, estudantes, famílias, funcionários das obras, etc.).

b. Uma missão escolápica desenvolvida em grandes áreas:

- i. o testemunho pessoal e comunitário,
- ii. la labor en los colegios, parroquias, centros sociales, centros Calasanz, residencias, Movimiento Calasanz, etc. e
- iii. as encomendas, envios pessoais e outros serviços.

c. Uma equipe de presença, com seu coordenador e projeto, que assume a coordenação e crescimento em todos esses elementos.

5. Este Estatuto é complementado por outros documentos que coletamos nesta publicação.

6. As funções de algumas pessoas e organismos têm seus próprios regulamentos nas Constituições e Regras, na legislação vigente no país, nos regulamentos eclesiais e nas diferentes áreas de nossa missão (educação, intervenção social, trabalho ...). Nestes casos é necessário ir às fontes correspondentes.

2.2. Organização provincial

7. As Assembleias de Escolápicos de cada país convocam todos os religiosos, o Conselho da Fraternidade e as pessoas que a Equipe de Presença do País julgar apropriadas para visualizar as Escolas Pias do país, compartilhar a situação de cada momento e refletir em aspectos de fundo. É convocado e dirigido pelo Pe. Provincial, ou pela pessoa que ele designar, sempre em sintonia com a Equipe de Presença do país.

8. O Capítulo Provincial rege-se de acordo com a legislação da Ordem, sendo o órgão máximo de representação e autoridade suprema da Província, presenças e

suas obras. Escolhe o Provincial e a sua Congregação e marca as diretrizes da vida e missão escolápias.

9. O Pe. Provincial, com sua Congregação, é o titular e responsável de todas e cada uma das comunidades e obras da Província, bem como das presenças dos escolápios. Para cumprir essa responsabilidade, pode delegar permanentemente algumas funções a algumas pessoas e equipes locais, do país ou da Província, conforme indicado neste estatuto, mantendo sempre sua responsabilidade.

- a. O Provincial e sua Congregação são eleitos pelo Capítulo Provincial.
- b. Representa a Província com total responsabilidade e direitos em todas as áreas.
- c. Algumas funções que podem ser destacadas, sempre com a sua Congregação:
 - i. Ter diretamente a titularidade de centros e obras escolápias.
 - ii. Conceder poderes da maneira que julgar apropriada.
 - iii. Estar presente nas presenças, comunidades, equipes e centros sempre que o julgar conveniente.
 - iv. Aprovar projetos de presença local, políticas e objetivos dos colégios e obras escolápias no médio e longo prazo, com base nas propostas dos diferentes responsáveis e equipes.
 - v. Aprovar os critérios para o desempenho econômico das obras
 - vi. Aprovar a prestação de contas e o orçamento dos colégios e obras.
 - vii. Aprovar as modificações dos projetos dos centros, a proposta dos gestores dos mesmos.
 - viii. Nomear e demitir os responsáveis pelas diferentes equipas provinciais.
 - ix. Propor o Coordenador Provincial de Itaka - Escolápios à Comissão Executiva.
 - x. Nomear o Diretor titular, o Diretor Acadêmico, o Coordenador Pastoral e o Administrador de cada colégio e obra escolápia, tendo feito as devidas consultas.
 - xi. Nomear o Coordenador da presença Escolápia e os membros de sua equipe, ouvindo as comunidades religiosas e o Conselho de Fraternidade.
 - xii. Nomear os responsáveis que correspondem à titularidade, depois de ouvir as pessoas envolvidas.
 - xiii. Propor ao Bispo correspondente a nomeação de párocos e vigários nas paróquias confiadas à Província.

xiv. Eleger, determinar a formação e confiar os ministérios escolápios às pessoas que julgar conveniente, depois de ter ouvido a Congregação e o Conselho da Fraternidade Provincial.

10. Os Assistentes Provinciais , que acompanham o Provincial como Conselho, assumem as áreas determinadas no Capítulo Provincial no momento de sua eleição.

11. É conveniente ter um Delegado do Pe. Provincial no Brasil e outro na Bolívia para ajudar ao Provincial nas suas tarefas.

a. O Delegado do Provincial no Brasil e na Bolívia, que na medida do possível será um dos Assistentes Provinciais, é nomeado pelo Pe. Provincial com a sua Congregação.

b. Ele responde diretamente ao Provincial com quem despacha frequentemente.

c. O Delegado do Pe. Provincial representa, institucionalmente, o Provincial, na ausência deste.

d. Pode ser o Coordenador da presença do país.

12. O coordenador de presença do Brasil e da Bolívia

a. Pode ser o Delegado do Pe. Provincial ou outra pessoa nomeada pelo Provincial com a Congregação.

b. Suas funções, sempre com sua equipe, são:

i. Acompanhar o desenvolvimento dos Projeto de presença provincial e locais

ii. Estar ciente das diferentes realidades escolápias do país e manter informada a Congregação Provincial e o Conselho da Fraternidade Provincial.

iii. Refletir sobre assuntos importantes.

iv. Convocar e organizar o Conselho provincial de presença em seu país.

v. Assumir a responsabilidade pelo calendário provincial em seu campo.

c. Os membros da Equipe Provincial de presença são nomeados pelo Pe. Provincial com a sua Congregação, ouvindo o Conselho Provincial da Fraternidade.

13. O Ecônomo Provincial com a Equipe de Administração e Gestão, com as funções incluídas nas nossas normas escolápias, supervisiona a gestão económica e informa o Pe. Provincial e a sua Congregação com sugestões para melhorar.

a. Ele é diretamente responsável por todas as áreas econômicas da Província

e realiza seu trabalho sob a autoridade do Pe. Provincial, com o apoio da Equipe de Gestão e sob a supervisão do Secretariado de Economia.

b. É responsável pelo desenvolvimento do Estatuto de administração e gestão da Província.

c. Ele preside o Secretariado de Economia, supervisiona a economia da Província, incluindo todas as suas esferas de missão, acompanha os ecônomos das comunidades e obras religiosas e dirige as equipes provinciais que lhe são confiadas.

d. O Ecônomo provincial também cuida do relacionamento com a área de administração e gestão da Fundação Itaka - Escolápios.

14. O Conselho Provincial da Fraternidade assume a animação e direção da marcha da Fraternidade no Brasil e na Bolívia .

15. A fim de levar a cabo a vida e a missão escolápias, são estabelecidas algumas equipes provinciais ou de país, com seus coordenadores, nomeados pelo Pe. Provincial com a sua Congregação. É conveniente que os assistentes provinciais assumam a coordenação das equipes mais relacionadas ao seu campo.

a. Alguns desses coordenadores e equipes podem ser presença de país ou local, reitores, formação permanente ou inicial, Conselho da Fraternidade (escolhido de acordo com seus documentos), pastoral vocacional, colégios, paróquias, Itaka – Escolápios com seus centros sociais, Movimento Calasanz, gestão, comunicação, etc.

b. Buscar-se-á que os jovens religiosos em formação sejam integrados nessas equipes e tenham conhecimento de sua realidade.

c. Toda nomeação, salvo indicação em contrário no momento de início, termina com a nomeação do novo Provincial e Congregação. O término também pode ocorrer no final do tempo de nomeação, por decisão própria (aceita pelo Pe. Provincial) ou por decisão do Pe. Provincial.

16. O Escritório Provincial é um centro que depende diretamente da Província e que apoia o funcionamento da vida e missão escolápias. Tem um responsável, nomeado pelo Pe. Provincial com a sua Congregação, em conexão com a Equipe de Gestão e sempre sob a responsabilidade última do Pe. Provincial. Pode ter diferentes departamentos (secretaria, administração, TIC, etc.) que podem variar de acordo com as necessidades e possibilidades de cada momento. A sede é em Belo Horizonte e também conta com uma equipe em Cochabamba.

17. Momentos compartilhados são importantes na vida e na missão dos escolápios para manter a participação e a corresponsabilidade de todos aqueles que formam as Escolas Pias. Alguns deles são:

- a. Os capítulos locais, provinciais e gerais, como referência fundamental.
- b. As equipes de presença de cada país.
- c. As Assembleias escolápias no Brasil e na Bolívia.
- d. As reuniões e trabalhos das diferentes equipes já mencionadas
- e. A vida da Província e de suas comunidades, da Fraternidade, das obras, etc.

18. Os canais de comunicação que permitem que todos sejam informados e se sintam parte da vida e missão de nossa Província e da Ordem são muito necessários. Por isso, cuidamos da equipe de comunicação, das relações interpessoais e dos canais de comunicação informal, da web, das redes sociais, das publicações internas, das visitas periódicas do Pe. Provincial e de outros responsáveis, etc.

2.3. Organização Local

19. Para promover e coordenar a presença escolápia de forma coerente, haverá uma Equipe de Presença, com seu coordenador e projeto. Não é tanto uma equipe de representantes de cada um dos campos de vida e missão existentes, mas sim uma equipe capaz de coordenar a sua animação e de atender todos os âmbitos da vida e missão.

20. Cada uma das possíveis áreas de missão, nem sempre existentes em cada presença, pode ser desenvolvida em outras equipes de acordo com as possibilidades e necessidades.

21. O Coordenador da Presença, com sua equipe e seguindo o projeto de presença, é responsável de animar a ação conjunta e a Comunidade Cristã Escolápia e seus vários elementos.

- a. É nomeado pelo Pe. Provincial, ouvida a Congregação e o Conselho Provincial da Fraternidade.
- b. Os outros componentes da equipe são nomeados pelo Pe. Provincial com a sua Congregação depois de ouvir o Coordenador de Presença.
- c. Este Coordenador, com sua equipe e seguindo o Projeto de Presença Provincial e outras indicações, é responsável pelas seguintes tarefas:
 - i. Desenvolver, desenvolver e avaliar o Projeto de Presença local.
 - ii. Estimular e coordenar grandes áreas de presença escolápia: a comunidade religiosa, a Fraternidade, a Comunidade Cristã Escolápia, colégios, paróquias, centros sociais, projetos de Itaka - Escolapios e

⁶Congregação Geral de ²⁰¹¹. "A Fraternidade das Escolas Pias". Madrid - Roma. Ed. Calasancias nº 46

outras realidades escolápias que possam existir na sua localidade.

iii. Assumir as funções das equipes de animação da vida e missão escolápias não existentes na presença.

22. Cada comunidade religiosa é, juntamente com a Província, a Fraternidade e a Comunidade Cristã Escolápia, sinal e alma da presença escolápia. Sua principal contribuição é a identidade carismática: sendo sinal do espírito escolápio, da proximidade do Senhor, do acompanhamento as pessoas, da comunhão com as linhas da Igreja, da Província e da Ordem. Para isso, as qualidades, aptidões, formação e capacidades de cada religioso são levadas em conta para o bem comum da presença. O ministério escolápio, juntamente com o ministério sacerdotal normalmente presente, também possibilita seu serviço como pastor. Os religiosos escolápios participarão ativamente na organização das realidades escolápias do jeito que for definido pela Congregação Provincial e a comunidade local.

23. A Fraternidade, juntamente com a comunidade religiosa e os outros componentes da Comunidade Cristã Escolápia, pela sua integração carismática, também encarna o carisma escolápio em cada presença. O Conselho local e/ou a equipe de animadores de comunidades são responsáveis de que a Fraternidade crescer no seguimento Jesus e assumir o seu trabalho carismático para servir a crianças e jovens, especialmente pobres, com dedicação, empenho e disponibilidade às necessidades detectadas.

24. O Pároco e a Comunidade Religiosa local são responsáveis pelo cuidado pastoral da paróquia, confiada pela Mitra Diocesana à Escola Pia. Trabalha, além da comunidade e a Equipe de presença, com a Equipe de Paróquias provincial e geral. Deve prestar contas e pedir aprovação para os assuntos importantes, primeiramente à Equipe de Gestão e à Congregação Provincial e depois nos distintos órgãos paroquiais, sobretudo o Conselho de Administração.

25. O Diretor titular do Centro Social, com seu Conselho e em sintonia com a Equipe de Itaka – Escolápios e dos Centros Sociais, assume, por delegação do Pe. Provincial, a representação da entidade titular no Centro, com as funções e responsabilidades que isso implica.

a. É nomeado pelo Pe. Provincial com a sua Congregação.

b. Zela pelo estilo escolápio do Centro Social e pelos interesses da titularidade.

c. Está em contato permanente com o Diretor do Centro.

26. O Diretor titular do Colégio, com seu Conselho e em sintonia com a Equipe dos Colégios, assume, por delegação do Pe. Provincial, a representação da entidade titular no Colégio, com as funções e responsabilidades que isso implica.

a. Ele é nomeado pelo Pe. Provincial com a sua Congregação.

b. Zela pelo estilo escolápio do Colégio e pelos interesses da titularidade.

c. Está em contato permanente com o Diretor Acadêmico.

d. As funções do Diretor titular estão incluídas no Projeto de Colégios correspondente a cada país.

27. Além dos responsáveis já mencionados, é necessário referir-se a outras pessoas responsáveis pela missão escolápia em cada lugar nas diferentes obras e projetos.

28. O Estatuto Provincial de Administração e Gestão especifica algumas funções dos diferentes responsáveis.



3. VIDA COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO PERMANENTE

3.1. Vida comunitária escolápia

1. O capítulo 3 de nossas Constituições e o segundo de nossas Regras definem a importância e as características de nossa vida comunitária: é nossa referência escolápia.

2. O ministério escolápio e nosso seguimento de Jesus é indispensável sem a experiência fiel e compartilhada na comunidade escolápia.

3. Não esqueçamos que o principal sinal e testemunho dos cristãos, e também dos escolápios, é a comunidade de vida onde o amor e a fraternidade são o clima habitual da nossa oração, vida e missão.

4. O 48º Capítulo Geral estabelece Jesus como o primeiro núcleo no centro da vida do escolápio em comunidade, considerando que as vocações pessoal e comunitária estão intrinsecamente ligadas.

5. Formandos não professores e leigos que compartilham nossa vocação de diversas maneiras também participam da comunidade religiosa, à sua maneira, mesmo em comunidades conjuntas que compartilham uma comunidade de vida, espiritualidade e missão.

3.2. Para viver a vida em comunidade

6. Cada comunidade, no início do quadriênio, elabora um projeto comunitário para quatro anos, reunindo as orientações do Capítulo Provincial e do Projeto Provincial de Presença, onde se marca o estilo comunitário específico, as características que o definem, as mediações fundamentais, etc.

7. No início do curso, ou no final do ano anterior, este projeto é especificado em um programa que inclui prioridades, datas, ações a serem desenvolvidas.

8. Nessa programação, a determinação de momentos comuns (refeições, celebrações especiais...), alguns momentos de oração e eucaristia compartilhados em comunidade, o encontro semanal, um plano de formação comum, algum retiro anual, algum momento de descanso e vivência juntos... e, claro, a participação nas atividades provinciais (exercícios, assembleias, formação...).

9. A presença do Reitor, que além do organizador da comunidade, recorda-nos a importância da obediência e da disponibilidade para o bem comum. A equipe de reitores será importante e também analisará sua responsabilidade na comunidade e a fará presente entre todos.

10. A leitura pessoal e comunitária das Constituições, Regras e outros documentos da Província e da Ordem nos ajudam a manter fielmente nosso estilo escolápio.

11. Entre os meios mais característicos em sintonia com nossa vocação estão a dedicação generosa ao trabalho, o esforço constante para adquirir solidez nas virtudes recomendadas por nosso Fundador, a alegria na vida comunitária, a amizade aberta e desinteressada entre os religiosos, especialmente com os mais necessitados de compreensão, a simplicidade de espírito e abertura de coração aos Superiores ou às pessoas dotadas de experiência e dom do conselho .

3.3. A formação permanente

12. A vida do escolápio, sempre da comunidade, deve estar em permanente formação. Para isso temos muitas mediações e orientações que podemos e devemos desenvolver em cada religioso, em cada comunidade e nas diferentes esferas escolápias. Relembramos algumas delas a seguir.

13. As Constituições e as Regras contêm o projeto de vida escolápico que unifica e integra de forma equilibrada um estilo pessoal de vida consagrada, uma forma comunitária de fraternidade e um peculiar empenho de evangelização.

O objetivo fundamental da formação em todas as etapas é

- a. Configurando nossa vida no seguimento radical do Senhor Jesus,
- b. através do carisma e da vida de São José de Calasanz,
- c. sendo fiel à tradição e às decisões da Ordem das Escolas Pias,
- d. encarnado no lugar onde vivemos e trabalhamos,
- e. ser sinal vivo do Reino de Deus no meio das crianças e jovens pobres
- f. e construir um mundo melhor para todos através da missão escolápica.

14. Para apoiar a formação permanente dos religiosos, comunidades e obras, é necessário contar com as estruturas de apoio existentes:

- a. Os Diretórios da Ordem (de formação inicial e de formação permanente aprovado no 48º Capítulo Geral de 2022)
- b. O Projeto dos Escolápios em Brasil – Bolívia e outros documentos da Província
- c. Os Projetos e programação comunitários, locais e pessoais
- d. O papel dos superiores locais, provinciais e gerais de motivar, facilitar os meios e os tempos, promover os programas e revisá-los para uma melhoria constante.
- e. Importância de um Coordenador Provincial de Formação Permanente.
- f. Preparação de pessoas que ajudam os outros nos primeiros anos de ministério, antes da aposentadoria, responsabilidades, doenças...
- g. Ter casas e comunidades adequadas às diferentes etapas: acolhimento, formação inicial, referência da presença, cuidado dos idosos...

15. É necessário lembrar e implementar com frequência o atual Diretório de Formação Permanente 2022 que nos oferece:

- a. Uma introdução com suas chaves
- b. Os elementos comuns: cada pessoa, comunidade, obras, Igreja, ambiente
- c. Características e meios para cada dimensão da pessoa

⁷Constituições ³⁶, ³⁷. Regras ²²⁶

⁸Constituições ²⁶, ³⁴, ⁵⁹, ⁶⁹, ⁷⁶⁻⁸⁹ (⁸⁴), ¹³³, ¹⁶¹⁻¹⁶⁷. Regras ⁵²⁻⁵⁸, ²³³⁻²⁵⁶, (²⁴⁵).

⁹Regras ⁴²

d. Objetivos específicos e meios propostos nas dimensões humana, cristã, religiosa e calasância

i. Para cada pessoa

ii. Para as comunidades

iii. Para as obras e presenças escolápias

iv. Em diferentes situações e ciclos de vida

e. Funções dos diversos responsáveis pela formação permanente

16. No início do quadriênio, revisto e atualizado no início de cada ano, a Congregação Provincial, diretamente ou através de um responsável e uma equipe, fará o plano de formação permanente para cada pessoa, comunidade, obra e equipe.

a. Em cada comunidade, o reitor pode ser solicitado a acompanhar uma atualização do projeto pessoal de cada membro com alguns objetivos e ações para cada ano, que serão revistos pelo menos duas vezes nesse período.

b. Cada comunidade fará um plano anual de formação para ela.

c. A cada ano a Província elabora um plano de formação conjunta (materiais, encontros...), algumas ações para grupos específicos (acompanhamento dos primeiros anos de ministério, etc.).

4. FORMAÇÃO INICIAL

4.1. O sentido deste Estatuto¹⁰

1. Nossa referência fundamental é o Diretório intitulado “Formação e Estudos do Escolápio. FEDE” (157), aprovado pelo Capítulo e pela Congregação Geral em setembro de 2015 .

2. Este Estatuto pretende situar, em nosso momento e no entorno escolápio, o Diretório de Formação Inicial da Ordem, marcar alguns critérios e concretizar alguns elementos para estabelecer durante vários anos o estilo de formação que estamos estabelecendo no Brasil e em Bolívia (158-159).

3. Este estatuto se complementa com o Programa Formativo de cada etapa, aprovado pela Congregação Geral, onde se fixam com mais detalhe os objetivos e as ações (160-161).

4. Em cada casa de formação é concretizado ainda mais com o Projeto Comunitário do quadriênio e com a programação anual aprovada pelo Superior Maior, assim como acontece com todas as comunidades.

4.2. Objetivo principal da formação

5. O Objetivo principal do processo formativo é:

- a. Configurar nossa vida no seguimento radical do Senhor Jesus
- b. Através do carisma e da vida de São José de Calasanz
- c. Sendo fiéis à tradição e às linhas de ação da Ordem das Escolas Pias
- d. Encarnados na realidade onde vivemos e trabalhamos
- e. Para poder ser sinal vivo do Reino de Deus
- f. No meio das crianças, adolescentes e jovens necessitados

4.3. Alguns critérios gerais para todas as etapas¹³

6. A formação requer ação conjunta de todos: cada jovem escolápio em formação; a pessoa a quem se encomenda a função de formador; a equipe formativa do país e da Província; a comunidade formativa, a Fraternidade Escolápia e a Província. Cada um desde a sua peculiar e complementar perspectiva de ação.

7. O processo formativo é personalizado e, ao mesmo tempo, profundamente comunitário e inserido na vida escolápia, da Igreja e do próprio país.

8. Os anos de formação inicial contam com um acompanhamento pessoal e muito cuidado, que parte do projeto pessoal para atender todos os âmbitos da vida e especialmente a forma de vivê-los espiritualmente.

9. Cuidamos o ambiente pessoal e comunitário para que seja sadio, de partilha habitual, de encontrar-se mutuamente, de oração pessoal e comunitária, de colocar no centro a missão Escolápia.

10. Durante a formação se procurará um progressivo conhecimento, valorização, identificação e compromisso com as escolas Pias da Província e do mundo todo.

11. A experiência da prática da missão escolápia em todas as etapas acompanha e enriquece a formação contrastando-a com a realidade. A preocupação por preparar-se para a ação educadora, pastoral e solidária é uma constante, tanto nas atitudes, como na reflexão e na ação.

¹¹Colocamos entre parênteses neste documento número correspondente da FEDE.

¹²O encontramos em <http://www.escolapios21.org/2015/11/11/directorio-de-la-formacion-del-religioso-escolapio/>

¹³Além das quatro dimensões indicadas na FEDE, nº 63_67

12. A referência é o estilo escolápio que cada um vai assumindo, fazendo próprias as Constituições, as Regras e os documentos da Ordem e da Província.

13. Contamos com dois anexos de grande interesse: Anexo 4 com orientações sobre a consagração, comunhão, missão e bases humanas essenciais e o Anexo 5 com critérios concretos de discernimento para cada uma das etapas .

14. O Pe. Provincial com a sua Congregação decide os passos de cada etapa, depois de escutar os formadores e responsáveis de cada jovem.

15. Cada pessoa é o mais importante e, por isso, busca-se atender às situações concretas discernindo o mais conveniente em cada caso. É normal acontecerem algumas exceções, sempre em discernimento conjunto e com a aprovação correspondente.

4.4. Casas de formação e formadores

16. Temos as casas de formação em bairros populares, procurando concretizar um estilo de vida simples e em conformidade com a situação dos bairros do entorno. Cuidamos os espaços comunitários para que sejam acolhedores, facilitem os momentos de partilha e ofereçam a possibilidade de convocar pessoas próximas.

17. Procuramos que cada casa conte com uma equipe formativa suficiente e que trabalhe em contato permanente com a Equipe de formação provincial (113).

18. A importância dos formadores na província nos leva a estar atentos para identificar novos formadores e para cuidar da sua formação permanente (154).

4.5. Etapa de acolhida e/ou aspirantado

19. Esta etapa pode acontecer convivendo com uma comunidade religiosa durante seis meses ou um ano, ou através de uma participando programada na vida comunitária e na missão. Deve ser acompanhada com um projeto vocacional que busque o conhecimento mútuo dos aspirantes e da Ordem e Província.

20. Queremos que todas as comunidades sejam de acolhida e possam facilitar, sempre em chave de cultura vocacional, diversas experiências de proximidade, conhecimento e convocatória.

¹⁴Estão no final da FEDE.

¹⁵FEDE n^o 36-41 e 68-77. Ver também o Programa formativo desta etapa.

¹⁶FEDE n^o 38. Regras n^o 160

¹⁷FEDE n^o 93 e Regras n^o 191

21. É conveniente, nesta etapa, realizar algum estudo/diagnóstico psicológico mais profundo dos aspirantes com algum especialista e com instrumentos adequados.
22. Nesta etapa ainda não há um plano de formação Escolápia; procura-se, apenas, que cada aspirante continue seus estudos.

4.6. Pré-noviciado¹⁵

23. Para iniciar esta etapa, que já é de convivência em comunidade, é preciso responder aos seguintes requisitos: idade mínima de 18 anos, certo recorrido conosco, estudos suficientes para iniciar a universidade, vivência cristã adequada, desejo de ser escolápio, capacidade de viver em grupo .
24. O pré-noviciado durará normalmente dois anos (36), podendo ser ampliado caso seja necessário. Se parecer oportuno, o candidato pode ser enviado a outra comunidade.
25. Esta etapa tem como objetivo o discernimento vocacional, o autoconhecimento e a purificação das motivações, a vida comunitária e o trabalho em equipe, crescer na relação com Jesus, maior conhecimento de Calasanz e dos escolápios (37).
26. Durante esse período, é importante realizar os estudos cívicos para nossa missão e, se possível que possam contribuir ao biênio de Filosofia (134).
27. Algumas atividades próprias desta etapa são a colaboração na missão da escolápia da presença, o compromisso com a pastoral vocacional, o conhecimento das presenças escolápias do país, participar do Movimento Calasanz e da Fraternidade, o acompanhamento psicológico pessoal segundo o diagnóstico prévio (39).
28. O pré-noviciado acontecerá nas presenças de Serra e Cochabamba, ou em algum lugar que atenda às condições corretas.

4.7. Noviciado (42-46.72-75)

29. O Noviciado da nossa Província acontece em Cochabamba ou onde for mais conveniente, estando abertos as outras Províncias.
30. Ao longo do ano do Noviciado o Superior Maior visita com frequência os noviços.

31. Ao concluir o ano do Noviciado e após o informe do Mestre (172) se admite à profissão simples (176) que se realizará no lugar de origem ou na localidade mais conveniente nesse momento, cuidando a oportunidade vocacional e a celebração com toda a Província.

4.8. Juniorato (47-57 y 76-79; 58-62 y 80-83)

32. Esta etapa do Juniorato é acompanhada com a dedicação do Mestre (102) e da equipe formativa da própria comunidade.

33. O Juniorato começa com os estudos teológicos, três ou quatro anos para obter o grau oficial correspondente, combinado com o estudo das línguas (152), assim como com ação pastoral, experiências de vida, acompanhamento pessoal e, se possível, o trabalho. O Mestre está em contato com os professores de Teologia para seguir este importante elemento da formação.

34. A formação teológica se complementa com cursos intensivos de estudos pastorais (138).

35. Durante este tempo deve-se colocar o maior cuidado na vida comunitária, nas relações pessoais, no bom desenvolvimento da afetividade, no bom uso dos meios de comunicação, no emprego do tempo e do dinheiro...

36. Contamos com algumas oportunidades para seguir avançando no processo pessoal: renovação anual dos votos , o Ministério da Educação no ano primeiro (89), e o ministério do serviço às crianças pobres durante o 3º ano (90), a visita do Superior Maior e o informe anual do Mestre (192).

37. Um bom instrumento para esta etapa é a referência pessoal e comunitária, o diálogo do jovem com o formador, a FEDE, este Estatuto, o Programa Formativo da Etapa, o Projeto e a Programação da Comunidade, os compromissos do júnior (189), assim como os diversos documentos escolápios.

38. O Juniorato acontecer em Belo Horizonte ou em algum lugar que atenda às condições corretas.

39. Nesta etapa, sobretudo se incluir, além da teologia, algum outro estudo, pode ser longa e convém assinalar alguma mudança que marque o progresso. Pode ser um ano de experiência em outro lugar ou país, um verão, encontros, experiências que enriqueçam o processo de formação pessoal (161). É essencial neste momento ter conhecido o outro país de nossa Província, Brasil ou Bolívia.

40. Temos boas oportunidades para destacar o processo formativo: a renovação anual dos votos, o ministério do leitor (91), o do acólito (92), a profissão solene com seus momentos subsequentes de ordenação diaconal (96) e presbiteral (97).

5. PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS PIAS

1. Este Projeto tem como finalidade reunir os objetivos fundamentais e algumas ações para promover as diferentes formas de participação nas Escolas Pias do Brasil - Bolívia, seguindo o Diretório de Participação nas Escolas Pias, aprovado pelo Capítulo Geral de 2015.

2. Entre os objetivos, destacamos:

- a. Obter mais "trabalhadores na colheita do Senhor" para realizar a missão escolápia.
- b. Ganhar identidade escolápia em nossos centros e obras.
- c. Convocar, formar e articular melhor o sujeito escolápico.
- d. Encorajar cada pessoa a encontrar o melhor lugar nas Escolas Pias.

5.1. Diferentes formas de participação

3. Seguindo o "Diretório de Participação" da Ordem, aprovado pelo Capítulo Geral e pela Congregação Geral, podemos distinguir as seguintes modalidades de participação:

- a. Participantes da missão escolápia.
- b. Cooperação.
- c. Equipes de Missão Compartilhada.
- d. Integração carismática, a Fraternidade escolápia.
- e. Integração carismática e jurídica, incluindo Itaka – Escolápios.
- f. Vida religiosa escolápia.

5.2. Nosso quadro de ação: a presença escolápia, a Comunidade Cristã Escolápia e a Rede Itaka – Escolápios

4. A participação faz parte de um processo de crescimento e avanço de diferentes elementos:

a. Nova mentalidade, novas atitudes e novas práticas, tanto dos religiosos como dos leigos.

- b. Processos de programação para preparar mentes e corações.
 - c. Preparar uma agenda, local e provincial, para implementar a participação.
 - d. Cuidar da comunicação (informar, formar e convocar) que é fundamental nesse processo.
5. A Equipe de presença com o seu projeto facilita a participação, oferecendo um excelente quadro.
- a. A partir do projeto e programação geral, provincial para alcançar o local.
 - b. Articulando as realidades escolápias de um lugar.
 - c. Atitude de serviço.
 - d. Cuidando do carisma e da missão escolápia a partir da chave da cultura vocacional.
6. A Comunidade Cristã Escolápia é a estrutura onde as diferentes vocações, formas de participação, se centram em torno da Palavra, da Eucaristia e do Senhor.
7. A Rede internacional Itaka – Escolápios é uma entidade escolápia na qual projetos, trabalhos e missão são legalmente compartilhados entre a Ordem e a Fraternidade. Não é apenas uma colaboração reduzida à esfera pessoal, mas é uma realidade jurídica coletiva que permite sustentar as obras da Ordem e também criar novas já conjuntamente com a titularidade compartilhada.
8. Os escolápios realizamos a nossa missão com obras e entidades de diversidade de titularidade e modelos de propriedade: exclusivos da Ordem ou Província, diocesanos com convênio com a Ordem (como paróquias), de alguma entidade pública ou privada e algum tipo de acordo com a Ordem... Itaka – Escolápios é o caminho para fazê-lo a Ordem e a Fraternidade juntos em rede internacional.
9. A Itaka – Escolápios nasce como associação em 1985, junta-se a várias entidades, constitui-se como Fundação em 2001, abre-se a outros países a partir de 2005 e no II Conselho Consultivo realizado em janeiro de 2015 é reconfigurada como Rede internacional.
10. A Congregação Geral da Ordem e o Conselho Geral da Fraternidade elaboram a Carta-Programática em Esztergom (Hungria) em 9 de julho de 2015 e convidam as Províncias e Fraternidades a aderirem no momento e na medida que desejarem com a assinatura desta carta.
11. Esta Carta Programática é especificada anualmente em um Plano Anual

que inclui os projetos compartilhados em cada país e/ou Demarcação, as equipes que os promovem localmente, as pessoas que participam das equipes da rede, os objetivos do ano e o orçamento.

12. A Rede possui um Plano Estratégico elaborado pelo Conselho Assessor e aprovado pelo Patronato com duração de seis anos, que define a direção conjunta em todos os países e projetos.

13. Todos os documentos e informações estão disponíveis em www.itakaescolapios.org (entidades fundadoras, Plano Estratégico, órgãos de governo, estatutos, etc.).

14. A então Vice-Província do Brasil assume este espírito e adere à Rede Internacional em 24 de janeiro de 2007. E a Bolívia segue seus passos em 1º de abril de 2009. Assim, uma colaboração que havia começado antes, no ano 2000 mais ou menos, e um história está sendo cada dia mais compartilhada.

15. Na Bolívia realizamos toda a missão na Rede Itaka – Escolápios, alcançando em 11 de abril de 2013 o reconhecimento oficial da Fundação Itaka – Escolápios Bolívia.

16. No Brasil, a ação desenvolvida nos centros sociais e nas casas lar é compartilhada, sobretudo, e cada vez mais, em outros espaços de cada uma das presenças. O reconhecimento como Obra Social Itaka – Escolápios Brasil foi alcançado em 31 de março de 2014.

17. No Brasil - Bolívia, esta realidade de Itaka - Escolápios é chamada a complementar a missão das escolas, paróquias e do Movimento Calasanz com centros sociais e novas iniciativas compartilhadas, cada vez mais, entre a Província e a Fraternidade com toda a Rede. Isso multiplica as possibilidades da missão e oferece um horizonte muito esperançoso para o futuro.

5.3. Algumas ações a serem especificadas em cada presença

18. PARA OS DESTINATÁRIOS (estudantes, famílias, paroquianos, professores e funcionários dos colégios e obras, para os participantes nas obras sociais...)

1. Criar sempre uma atmosfera escolápia: ambientação, fazer presente Calasanz e os escolápios, informar, valorizar... nas obras e nas redes sociais.
2. Propor etapas para avançar em conhecer, identificar, fazer parte das Escolas Pias.

¹⁸Está em https://www.escolapios21.org/wp-content/uploads/2019/11/Carta-program%C3%A1tica-Itaka-Escol%C3%A1pios_pt.pdf

3. Propor entrada para o Movimento Calasanz (crianças, adolescentes, jovens e adultos).

19. PARA COLABORAÇÃO

4. Boa seleção de novos professores e funcionários de todas as obras.

5. Formação de novos funcionários nas escolas, nas obras e no escritório provincial.

6. Formação de diretores e cargos de responsabilidade.

7. Trabalhar com as famílias nos colégios e nas obras.

8. Formação de catequistas e educadores do Movimento Calasanz.

9. Formação de voluntários nas obras escolápias.

10. Convidar para um processo de maior envolvimento escolápio (voluntariado, equipes de missão compartilhada, Fraternidade, vida religiosa...)

20. PARA EQUIPES DE MISSÃO COMPARTILHADA

11. Participar de uma equipe para compartilhar a missão periodicamente.

12. Assumir alguma tarefa confiada pela presença no trabalho escolápio.

13. Descobrir o trabalho como uma missão e ser enviado para ele.

14. Convidar a Fraternidade.

21. PARA A FRATERNIDADE ESCOLÁPIA: os dez desafios da Fraternidade

15. Acompanhar os dez desafios da fraternidade: crescer em identidade, novas incorporações, cuidar do papel dos religiosos na fraternidade, cuidar do lugar da fraternidade na província, a participação local e geral, reforçar a diversidade vocacional, avançar no modelo e funcionamento de presença, promover o Movimento Calasanz, confiar os ministérios escolápios aos leigos, avançar como Itaka - Escolápios.

16. Envolver mais a fraternidade no modelo de presença e missão do lugar e da Província, especialmente no desenvolvimento do Movimento Calasanz, de outras formas de participação e da Comunidade Cristã Escolápia.

17. Desenvolver a Opção Definitiva em Fraternidade.

18. Disponibilidade de serviços e encomendas para indivíduos e comunidades.
19. Iniciar os ministérios escolápios de pastoral, educação cristã e transformação social.
20. Continuar crescendo no envolvimento em Itaka - Escolápios: conhecer, valorizar, participar...
21. Estimular para a vocação de religiosos e de leigos escolápios.
22. PARA A INTEGRAÇÃO CARISMÁTICA E JURÍDICA (Itaka - Escolápios)
 22. Continuar progredindo na partilha em Itaka - Escolápios em projetos compartilhados: em colégios, paróquias, centros sociais...
 23. Conhecer, valorizar e envolver-se mais na Rede Internacional de Itaka - Escolápios.
23. PARA A VIDA RELIGIOSA ESCOLÁPIA
 24. Desenvolver o projeto vocacional para a vida religiosa, capacitando as equipes locais.
 25. Crescer na consciência comunitária de Igreja e nos critérios da Ordem em relação aos leigos.
 26. Estar bem colocado como religioso em suas comunidades, na Fraternidade, na presença e na Comunidade Cristã Escolápia.
24. Trabalhar com EQUIPES E PROJETOS de presença
 27. Incluir a Fraternidade nas equipes e projetos de presença.
 28. Desenvolver ações que tornem visível a Comunidade Cristã e Escolápia e suas diferentes formas de participação.
 29. Promover a cultura vocacional e a atitude de convocar diferentes formas de participação nas Escolas Pias.
 30. Oferecer colégios, paróquias e centros sociais como lugares de referência para estudantes, famílias, fiéis, crianças, jovens, vizinhos.

6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO²¹

6.1. Princípios gerais

1. Todas as propriedades registradas em nome da Província, suas obras, comunidades e religiosos estão à disposição da Província de Brasil – Bolívia com os critérios deste Estatuto, da legislação eclesiástica geral e da Ordem em particular (CC 133 / RR 420,421).
2. A administração e gestão contemplam três âmbitos de funcionamento: as comunidades, as obras (agrupadas por tipo) e a Província (que abrange os dois âmbitos anteriores e se completa com gastos comuns). O Estatuto de organização da presença escolápia é o marco de nossa organização, juntamente com este documento.
3. Os critérios de funcionamento, determina-os o P. Provincial com sua Congregação com as indicações deste Estatuto. O Ecônomo provincial coordena toda a atividade de gestão, sob a direção da Congregação, com o apoio do Escritório provincial e dos responsáveis pelas comunidades e obras.
4. A administração e gestão estarão centradas na missão escolápia, serão extremamente cuidadosas com a legalidade, seguirão critérios éticos e solidários, terão controles e auditorias externas, e informarão periodicamente aos religiosos, aos responsáveis pelas obras e a quem possa interessar.
5. Cada responsável terá poderes e autorizações no âmbito de sua gestão. A Congregação determinará o alcance desses poderes que se realizará segundo a legislação vigente.

6.2. Âmbito provincial

1. Todas as propriedades registradas em nome da Província, suas obras, comunidades e religiosos estão à disposição da Província de Brasil – Bolívia com os critérios deste Estatuto, da legislação eclesiástica geral e da Ordem em particular (CC 133 / RR 420,421).
2. A administração e gestão contemplam três âmbitos de funcionamento: as comunidades, as obras (agrupadas por tipo) e a Província (que abrange os dois âmbitos anteriores e se completa com gastos comuns). O Estatuto de organização da presença escolápia é o marco de nossa organização, juntamente com este documento.

¹⁹Este documento apresenta algumas diferenças com o correspondente da Bolívia, devido ao papel diferenciado do Escritório Provincial em cada país e ao maior papel da Rede Itaka – Escolápios na Bolívia.

3. Os critérios de funcionamento, determina-os o P. Provincial com sua Congregação com as indicações deste Estatuto. O Ecônomo provincial coordena toda a atividade de gestão, sob a direção da Congregação, com o apoio do Escritório provincial e dos responsáveis pelas comunidades e obras.
4. A administração e gestão estarão centradas na missão escolápia, serão extremamente cuidadosas com a legalidade, seguirão critérios éticos e solidários, terão controles e auditorias externas, e informarão periodicamente aos religiosos, aos responsáveis pelas obras e a quem possa interessar.
5. Cada responsável terá poderes e autorizações no âmbito de sua gestão. A Congregação determinará o alcance desses poderes que se realizará segundo a legislação vigente.

6.3. Comunidades locais

14. Cada comunidade contará com um ecônomo nomeado pelo Provincial, que será o responsável pela administração, sob a direção do reitor e contará com a ajuda e orientação do Ecônomo provincial e do Escritório provincial. Entre as suas tarefas, está a de informar a comunidade sobre a sua situação econômica.

15. “Nas nossas comunidades, devemos levar uma forma de vida que não seja melhor que a de uma família modesta que compra as coisas necessárias com seu trabalho” (RR46). Com esse critério, cada ecônomo elaborará um orçamento anual, validado pelo reitor e aprovado pela comunidade, para ser estudado no Escritório provincial e aprovado pela Congregação.

16. Quando uma comunidade necessitar de alteração de emergência que superem o orçamento ordinário, apresentará a necessidade e um orçamento à Congregação, para que seja estudado e aprovado.

17. Cada comunidade conhece os salários que recebem seus membros e os gastos realizados. Os excedentes econômicos e os déficits cobrem-se a partir da Província, guiados sempre pelos orçamentos aprovados.

6.4. Administração das obras

18. Alguns critérios gerais que orientam essa gestão:

- a. A titularidade exercida a partir da Congregação provincial é conferida ao responsável titular de cada obra.
- b. Cada obra deve buscar a sustentabilidade Institucional.

- c. A Província se responsabiliza por cumprir a legislação vigente.
- d. As comunidades religiosas participam do andamento econômico das obras.
- e. As obras escolápias no Brasil – Bolívia podem-se agrupar da seguinte maneira:

- 1. Obras de plena e exclusiva titularidade escolápia.

- 1.1 Cada obra conta com um responsável titular e outro econômico, nomeados pela Congregação provincial. Serão acompanhados por suas respectivas equipes.

- 2. Obras de plena titularidade escolápia e compartilhada na Rede Itaka – Escolápios.

- 2.1 Para ampliar e compartilhar a missão escolápia entre Províncias e Fraternidades, constituiu-se Itaka – Escolápios. Nessa Rede escolápia, compartilham-se obras concretas, programas e recursos que seguem sendo titularidade e responsabilidade da Província, porém de forma compartilhada.

- 2.2 Da mesma forma que na titularidade escolápia exclusiva, cada obra compartilhada em Itaka – Escolápios conta com um responsável titular, um econômico e outras responsabilidades seguindo os mesmos critérios, exceto que, no final, as nomeações, orçamentos, fechamentos econômicos e decisões fundamentais terão de ser aprovados pela Comissão Executiva da Rede Itaka – Escolápios.

- 3. Obras sem plena titularidade escolápia.

- 3.1 A Província tem encomendadas algumas paróquias. Para a sua gestão, a Congregação confere a responsabilidade do seu funcionamento a uma comunidade escolápia e propõe ao Bispo um religioso escolápio para que seja nomeado pároco.

- 3.2 A gestão econômica da paróquia rege-se pelas normas diocesanas. O pároco apresentará as contas aos órgãos diocesanos e também à Congregação provincial. Conterá, também, para administrar, com o Conselho paroquial.

- 3.3 Os colégios na Bolívia têm seu próprio regime administrativo e de gestão. Como escolápios, velamos para que, na medida das nossas possibilidades e responsabilidades.

6.5. Administração ordinária e extraordinária

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

19. São atos de administração ordinária os relativos à conservação e gestão do patrimônio, de acordo com o orçamento aprovado. (RR 431).

20. São atos de administração extraordinária os que implicam qualquer modificação do patrimônio: (CC 139 e RR 431).

- a. Realizar gastos que a Congregação provincial ou a Congregação Geral tenham declarados como extraordinários.
- b. Comprar, adquirir, receber em doação, alienar, fazer doação, arrendar ou tomar arrendamento de bens móveis e imóveis.
- c. Conceder ou receber empréstimos, ou adquirir qualquer outro compromisso econômico e, ainda, realizar investimentos financeiros de risco.
- d. Fazer obras ou reparos nos prédios, e que não estejam contempladas no orçamento anual.
- e. Alienar os bens móveis ou imóveis em qualquer operação que obrigue: formalizar e cumprir contratos de direito sobre garantias reais; impetrar ações judiciais ou renunciar a elas; realizar transações e executar quaisquer estipulações; toda classe de atos e contratos possíveis para mudança de bens, direitos e ações.

21. Solicita-se licença da Santa Sé e, previamente, da Congregação Geral (RR 434, 1º):

- a. Para alienar bens e contrair dívidas que superem a quantidade fixada pela Santa Sé.
- b. Para alienar bens doados à Igreja em causa de um objetivo e objetos de grande valor artístico e histórico.

22. Precisa-se de autorização da Congregação Geral (RR 434, 2º):

- a. Para alugar ou alienar bens ou contrair dívidas cujo importe supere a um terço da quantidade fixada pela Santa Sé.
- b. Para realizar outros gastos extraordinários que superem os 2/3 da quantidade fixada pela Santa Sé.

23. O Provincial necessita de consentimento de seu Conselho (RR 435, 2º) para:

- a. Solicitar à Congregação Geral e à Santa Sé as demandas de autorizações.
- b. Realizar atos de administração extraordinária.
- c. Conceder autorizações solicitadas pelas demarcações dependentes e pelas comunidades.
- d. Aprovar o orçamento anual para a Província.
- e. Aprovar o orçamento da Cúria Provincial.
- f. Realizar gastos que não estejam contemplados no orçamento aprovado, tanto ordinário como extraordinário.
- g. Aceitar compromissos perpétuos para a Província.
- h. Fazer investimentos.

ORÇAMENTOS

24. O orçamento expressa a valorização econômica e as necessidades financeiras que se derivam de todos os planos de ação que deve desenvolver a instituição, comunidade ou obra durante o período de um ano. O Orçamento nasce do Planejamento Estratégico (vários exercícios) e do Planejamento Operacional anual.

25. Critérios para elaboração do Orçamento

- a. Temos que levar em conta a inflação oficial, a variação de atividades e os possíveis imprevistos.
- b. Temos que analisar a utilização de cada demanda para chegar a sua aprovação ou reprovação.
- c. As opções descartadas devem ficar suspensas, para os casos em que as aprovadas fracassarem, principalmente na aplicação dos orçamentos extraordinários.
- d. Devem-se utilizar os recursos que oferecem os melhores rendimentos, devendo os mesmos serem medidos em função da missão.
- e. Não se deve elaborar um orçamento deficitário.
- f. O Orçamento deverá ser acompanhado de uma Memória explicativa das partidas contábeis mais significativas.

26. Conteúdo do sistema orçamentário. Os Orçamentos da Província, Comunidades e Obras deverão constar os seguintes orçamentos parciais, que podem ser identificados dentro de um orçamento geral:

- a. Orçamento de Receitas. Deve refletir todas as receitas esperadas durante o exercício, incluídas as outras receitas. Deverão ser agrupadas de acordo com as contas do Plano de Contas adotado.
- b. Orçamento de Despesas. Refletirá todos os gastos, também ordenados segundo os critérios do plano contábil.
- c. Orçamento de Investimentos e de Projetos a curto e médio prazos. Deve refletir todos os investimentos em imobilizados a serem efetuados durante o período, determinar o espaço de tempo necessário para recuperação do investimento (retorno) e estabelecer o plano de pagamento. Deve refletir a previsão do rendimento dos investimentos financeiros do patrimônio da Província.
- d. Orçamento de Tesouraria (fluxo de caixa). Refletirá os saldos de todas as contas de tesouraria no princípio e final do exercício considerado, assim como os movimentos de recebimentos e pagamentos previstos, derivados dos orçamentos de receitas, de custos e de investimentos e projetos a curto prazo.

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E CONTROLE DE ORÇAMENTOS COM A FINALIDADE DE ANALISAR OS DESVIOS SIGNIFICATIVOS

27. O encerramento do exercício será feito por ano fiscal.

- a. O programa eletrônico de orçamentos que será usado na Província deve permitir obter, de forma automática, as informações que admitam as comparações entre os valores previstos no orçamento (dotação) e os valores efetivamente realizados.
- b. Antes de se arquivarem os documentos contábeis, deve-se fazer uma avaliação profunda dos desvios mais significativos.

28. Será realizada análise criteriosa, no mínimo a cada três meses, nas Obras menores e, mensalmente, nas obras onde a quantidade de recursos implicados assim o aconselhem.

DOCUMENTOS QUE INTEGRAM AS CONTAS ANUAIS

29. Cada Obra ou instituição deverá elaborar um balanço trimestral, independente do balanço do final de exercício.

30. A conta de resultados deve refletir a imagem real de todos os resultados obtidos durante o exercício contábil e, portanto, deve expressar o déficit ou superávit e o respectivo fluxo de caixa.

31. No final do exercício, deve-se elaborar a memória da Província, que constará um informe da gestão, que será composto por um balanço da situação na qual se incluirão as explicações das variações do ativo e passivo durante o exercício.

MEDIDAS DE SEGURANÇA E FIDELIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

32. Os administradores de cada instituição ou Obra cuidarão, com o máximo zelo, de assegurar que todos os fatos contábeis estejam respaldados por documentos e comprovantes que validem os valores consignados nas mesmas.

33. Deve-se prestar atenção especial aos lançamentos contábeis que envol am estoques e imobilizado, devido a seu valor econômico. Recomenda-se que o inventário das obras de arte e objetos de valor esteja atualizado.

34. A Congregação provincial é a responsável geral pela aprovação dos resultados realizados e orçamentos de nossas Obras.

6.6. Cargos pessoais

ECÔNOMO PROVINCIAL

35. É o responsável geral por toda a economia da Província. É nomeado pelo Provincial (CC 182 e RR 270) e suas funções são as previstas pelas nossas Regras. Para cumprir sua função de controle e revisão geral da administração de todos, os Centros de atividades econômicas deverão ter acesso a todos os documentos de gestão dos mesmos.

36. Funções do Ecônomo Provincial:

a. Administrar, com maior diligência, o Caixa da Província, sob a supervisão do Provincial.

b. Responsabilizar pela elaboração do orçamento anual da Província e do balancete final do exercício e, com aval do Secretariado de Economia, apresentá-lo à Congregação Provincial.

c. Assessorar a Congregação Provincial no que tange à matéria econômica. Informar os recursos materiais de que dispõe para alcançar nossa missão, apresentar propostas, oferecer soluções e colaborar com ela em todos os assuntos econômicos que tange à Província, tais como: orçamentos da Província, comunidades e obras, contribuições, comunicação de bens, construções, operações bancárias, aluguéis, investimentos etc.

d. Revisar o estatuto econômico das Casas e Obras, à luz dos balancetes anuais.

- e. Apresentar à Congregação Provincial, ao menos duas vezes ao ano, um informe detalhado da situação econômica da Província, Comunidades e Obras.
- f. Preparar a Relação do quadriênio para o Capítulo Provincial, na qual se detalha o estado da economia da Província.
- g. Dispor de todas as contas bancárias, eletrônicas e clássicas, e todos os poderes correspondentes delegados, para efetuar operações financeiras.
- h. Dar sua opinião quando seja requerida ao Capítulo Provincial ou aos Conselhos da Província.
- i. Convocar e reunir-se com o Secretariado Provincial de Economia uma vez por semana ou quinzenalmente.
- j. Informar à Congregação Provincial e ao Capítulo Provincial, no momento oportuno, o estado de tramitação dos assuntos jurídicos pendentes que afetam a Província.
- k. Responsabilizar pela chefia do pessoal de administração da Província.
- l. Dirigir e coordenar os administradores dos colégios da Província, através do Encarregado de colégios e do setor administrativo do Escritório Provincial.
- m. Coordenar as atividades dos ecônomos das comunidades.
- n. Informar, uma vez ao ano, às comunidades a situação econômica da Província, comunidades e obras.
- o. Revisar, junto ao secretariado de economia, antes de submeter à aprovação definitiva da Congregação Provincial, os orçamentos das diferentes Comunidades e Obras da Província.
- p. Elaborar e manter atualizado o inventário de bens patrimoniais.
- q. Facilitar a acolhida de fundos, distribuí-los adequadamente e propor sistemas para conseguir maior rendimento.
- r. Estudar e planejar as ações a ser realizadas para conseguir a homogeneização das reformas contábeis e financeiras, para que sejam facilmente comparáveis e consolidáveis na Província.
- s. Criar e manter um arquivo no qual se recolha o patrimônio e sua evolução, assim como toda a documentação oficial que nos respaldem.
- t. Preparar a documentação necessária para a auditoria externa, que se

realiza anualmente por empresas contratadas, conforme previsto na legislação vigente na demarcação.

u. Relacionar-se com o Ecônomo Geral da Ordem e com as outras Demarcações para coordenar a atividade da mesma.

v. Coordenar a forma de partilhar os recursos entre as distintas entidades que integram a Província.

w. Colaborar com os responsáveis de economia e estar em contato com a Fundação Itaka-Escolápios, com agências nacionais e internacionais que financiam projetos de desenvolvimento sociais e para a educação.

x. Assegurar que se paguem os salários segundo as normas da Justiça.

y. Fazer o possível para assegurar os recursos econômicos e prever os resultados.

z. Ajudar a estabelecer planos de saúde e aposentadoria para os membros da Província e, na medida do possível, dos empregados.

aa. Promover a transparência e a responsabilidade para os demais, no uso e gestão dos recursos.

bb. Explicar o porquê da elaboração dos orçamentos e contabilidades em função das diversas missões.

cc. Assegurar a formação adequada do pessoal da administração, seja religioso ou leigo.

dd. Ajudar a planejar e unificar a comunidade, oferecendo aos administradores planos unitários, meios técnicos comuns e tudo aquilo que contribua para a maior eficácia e uniformidade.

ECÔNOMO LOCAL

37. É nomeado pelo Provincial, após prévia consulta com o Reitor da Comunidade e depois de escutar a Congregação Provincial.

38. É o administrador da comunidade, sob a direção do Reitor. As suas funções são:

a. Elaborará o orçamento anual, sob a supervisão do Reitor, que será aprovado pela comunidade e pela Congregação Provincial.

b. Levará a administração da Comunidade de acordo com o orçamento anual aprovado pela Congregação Provincial.

c. Com periodicidade ao menos quadrimestral, informará à comunidade os

ingressos e gastos realizados, assim como a situação perante o orçamento anual.

d. Ao final de cada mês, protocolar a entrega da documentação fiscal e outras no Escritório Provincial para registros financeiro e contábil, conforme legislação vigente.

39. Os ecônomos locais se reunirão, ao menos uma vez ao ano, para unificar critérios, convocados pelo ecônomo Provincial. Nessas reuniões, procurar-se-á formar os ecônomos.

40. Os ecônomos locais, para a sua função, contarão com o assessoramento permanente do Ecônomo Provincial e dos membros da Administração da Província.

6.7. Diretor Titular da Obra

41. Nomeado pelo Pe. Provincial é o responsável da identidade carismática dessa obra, velando pelos interesses das Escolas Pias. Dirige o Conselho de Titularidade e pertence por direito à Equipe Diretiva da obra.

42. Suas funções são:

a. Responsabilizar-se pela missão escolápia nessa obra.

b. Elaborar, junto ao Conselho de Titularidade, o Plano Estratégico e as programações anuais.

c. Representar a Obra perante à Administração Pública, professorado e funcionários, famílias, sindicatos etc.

d. Presidir e convocar o Conselho ou Equipe de Titularidade.

e. Apresentar ao Pe. Provincial as propostas para nomear Diretor Pedagógico, Coordenador de Pastoral e Administrador da obra.

f. Elaborar, juntamente com o Administrador, o Diretor Pedagógico e o Coordenador Pastoral, a proposta de orçamento ordinário e extraordinário da obra.

g. Apresentar ao Pe. Provincial a proposta de orçamentos ordinários e extraordinários de obras ou mudanças na estrutura física e organizativa da obra.

h. Fazer o acompanhamento do orçamento ao longo do ano.

i. Autorizar a nomeação de todos os cargos e equipes da obra.

- j. Responsabilizar-se, juntamente com o Diretor Pedagógico, pela admissão de novos alunos ou beneficiários.
- k. Responsabilizar-se pelo processo de seleção, contratação (após consulta e aprovação da Congregação Provincial) e acompanhamento de novos contratados e/ou voluntários.
- l. Avaliar as solicitações de dispensas e outras situações trabalhistas, desde que acompanhadas por motivação, devidamente justificadas.
- m. Elaborar, junto com o Diretor Pedagógico e o Coordenador Pastoral, o calendário anual da obra.
- n. Responsabilizar-se pelo uso, cessão e/ou aluguel das instalações da obra para atividades próprias ou de outras pessoas.
- o. Responsabilizar-se pelas parcerias feitas pela obra com outras instituições, assim como pelas atividades extracurriculares do Estabelecimento.
- p. Estar atualizado sobre a normativa e política educacional e de assistência social.

ADMINISTRADOR DE COLÉGIO E OBRA

43. Exercerá suas funções contando com a supervisão do Diretor Titular.

44. Suas funções:

- a. Confeccionar a Memória econômica, a prestação de contas e o anteprojeto de orçamento do Colégio, correspondente ao exercício econômico. Para isso, requererá oportunamente dos responsáveis diretos e dos centros de custos os dados necessários. Ajustar em sua realização os orçamentos aprovados.
- b. Fazer parte da equipe de titularidade.
- c. Gerir a administração do colégio, de acordo com a Equipe de titularidade e em conformidade com as linhas econômicas e jurídicas da Província.
- d. Estudar e elaborar os orçamentos extraordinários, a iniciativa do diretor titular para a aprovação da Congregação Provincial, com o aval do Secretariado de Economia.
- e. Levar a contabilidade, de acordo com o disposto na lei e nas diretrizes da Província, e o inventário do Colégio.
- f. Levar uma contabilidade de custos, gerindo os centros de custos próprios

do colégio (acadêmico, administrativo, esportivo, esportivo, pastoral...) que permita conhecer a situação real de cada um.

g. Cumprir rigorosamente os orçamentos, tanto ordinários como extraordinários, evitando os desvios mediante a implantação de sistemas oportunos de controles.

h. Organizar, administrar e gerir os serviços de compra e armazenamento de materiais, conservação do edifício, obras, instalações e, em geral, da segurança.

i. Supervisionar a arrecadação e liquidação dos direitos econômicos que procedam, segundo a legislação vigente e o cumprimento, pelo colégio, das obrigações fiscais e da segurança previdenciária.

j. Responsabilizar-se pela preparação dos contratos de trabalhos para que, no momento oportuno, os organismos da Província procedam a tomada de decisões no relativo à contratação de pessoal.

k. Acompanhar todos os contratos que estejam vigentes no colégio.

l. Ordenar os pagamentos e acompanhar as contas bancárias do colégio, conforme os poderes que tenham sido outorgados pela Província.

m. Buscar fontes de receitas alternativas, por todos os meios possíveis, legais e éticos, segundo as diretrizes da Província.

n. Contatar todos os tipos de instituições públicas ou privadas, tanto federais, estaduais e municipais, para obter delas o máximo proveito para cada uma das Obras.

o. Informar trimestralmente o progresso econômico do colégio ao diretor titular, ao conselho local de titularidade e à equipe pedagógica.

p. Coordenar e exercer a gerência sobre o pessoal de administração e serviços que executam as rotinas diárias do colégio.

q. Gerenciar o orçamento geral e velar por seu rigoroso cumprimento.

r. Supervisionar o cumprimento das disposições relativas à medicina e segurança do trabalho.

s. Cumprir e informar o Diretor Titular sobre as responsabilidades de caráter civil que afetem ao colégio, tais como cumprimento de leis e ordens, no âmbito da economia.

t. Consultar todos os assuntos de procedência econômica e jurídica com os serviços do Escritório Provincial.

u. Organizar, junto com o Diretor Titular, os serviços de alimentação, atividades extraescolares e outras afins.

v. Supervisionar, de forma constante, as instalações do colégio para uma reparação eficaz das mesmas.

45. Os administradores dos Colégios terão reuniões periódicas, com o objetivo de unificar critérios, fundamentalmente quanto ao funcionamento dos mesmos, contabilidade, orçamentos, autofinanciamento e alternativos, plataformas de informática e obras.

PÁROCO

46. Será responsável pela contabilidade das receitas e despesas, de acordo com o Plano de Contas aprovado pela Mitra diocesana. A Equipe de Gestão acompanhará sua labor e apresentará a cada ano os orçamentos, as contas mensais e o resultado final para a Congregação.

ENCARREGADO DE CASAS DE CONVIVÊNCIAS

47. Será responsável pela contabilidade das receitas e despesas, de acordo com o Plano de Contas aprovado pelo Secretariado de Economia e pelo programa contábil utilizado pela Província.

6.8. Órgãos colegiados

SECRETARIADO DE ECONOMIA

48. O Secretariado de Economia estará constituído, pelo menos, por quatro membros: O Provincial, o Ecônomo Provincial, que o preside, e outros membros nomeados pelo Provincial, ouvindo o parecer da Congregação Provincial. Suas funções são as previstas nas Regras (RR 428 e 460), as quais discurremos abaixo:

a. Os Ecônomos Provinciais, no desempenho de suas funções, devem contar com a ajuda dos respectivos Secretariados de Economia.

b. É oportuno que os Secretariados de Economia contem com a ajuda de uma assessoria técnica.

49. São atribuições do Secretariado de Economia:

a. Assessorar o Ecônomo Provincial na gestão dos Ativos;

b. Oferecer parecer mediante as consultas do Ecônomo ou da Congregação Provincial relativo à gestão patrimonial e investimentos financeiros;

c. Participar na elaboração do Orçamento Anual da Província, promovendo

uma revisão “trimestral” do realizado;

d. Apresentar parecer técnico à Congregação Provincial sobre os atos de administração extraordinária, principalmente os descritos a seguir:

1. Houver aumento considerável do orçamento anual em montante superior a 7% do valor fixado para o mesmo;
2. Comprar, receber doação, alienar, fazer doação, arrendar ou fazer arrendamento de bens móveis e imóveis, nos Atos não previstos nos Orçamentos Ordinários e Extraordinários;
3. Realizar investimentos que superem 2/3 do valor estipulado pela Santa Sé para alienações;
4. Conceder ou receber empréstimos ou contrair qualquer outro compromisso de risco para obras e manutenções que não estejam contempladas no orçamento anual;
5. Oferecer bens móveis ou imóveis em garantia seja de que modalidade for.

e. Anualmente, oferecerá ao Ecônomo Provincial e à Congregação Provincial uma revisão completa da gestão econômica da Província, apresentando os resultados contábeis de encerramento do exercício e as considerações técnicas cabíveis.

A EQUIPE DE GESTÃO

50. A Congregação Provincial nomeará uma Equipe de Gestão, com seu responsável, para desenvolver as tarefas administrativas e orientar as diretrizes de gestão das comunidades e obras escolápias. Nessa equipe estará o Ecônomo Provincial, que poderá ele ser o coordenador da Equipe ou outra pessoa nomeada pelo Provincial.

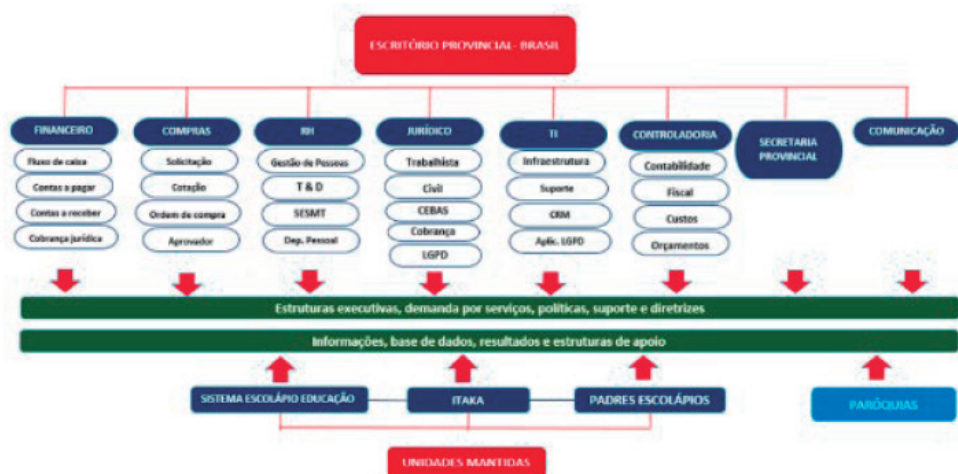
51. As suas funções são:

- a. Refletir e propor planejamento para uma gestão de futuro;
- b. Analisar e emitir parecer de peças orçamentárias das Unidades, estabelecendo metas e indicadores, com acompanhamento mensal;
- c. Realizar o acompanhamento dos diversos setores da Província e Escritório Provincial;
- d. Acompanhar o desempenho econômico e de tesouraria de toda a Província, emitindo pareceres motivados sempre que necessário ou percebido necessidade;

- e. Sempre que acionada, emitir parecer técnico e motivado para a Congregação, orientando e indicando os ajustes necessários;
- f. Propor investimentos financeiros a serem realizados pela Província.
- g. Tem caráter consultivo para auxiliar a Coordenação no cumprimento de suas funções.

ESCRITORIO PROVINCIAL

52. O Escritório Provincial é um centro de serviços compartilhados que responde à Província e que apoia o funcionamento da vida e missão escolápias. Tem um responsável, nomeado pelo Pe. Provincial com a sua Congregação, em conexão com a Equipe de Gestão e sempre sob a responsabilidade última do Pe. Provincial. Abrange os departamentos financeiro, compras/contratos, recursos humanos, jurídico, tecnologia da informação e contabilidade. A sede é em Belo Horizonte e também conta com uma equipe em Cochabamba. Centraliza suas diretrizes orientadas pelo Pe. Provincial, tendo colaboradores vinculados ao Escritório Provincial, lotados em Belo Horizonte ou em outra localidade em uma das unidades mantidas. Os serviços compartilhados apresenta abaixo os setores envolvidos e suas funções:



53. São funções do setor Financeiro do Escritório Provincial:

- a. Administrar os recursos da província, considerando todos os Fluxos de Caixa de cada Unidade;
- b. Gerir o Contas a Receber de todas a Unidades, promovendo menores índices de inadimplência e perdas;
- c. Gerir o Contas a Pagar de todas as Unidades, garantindo que todos os compromissos financeiros sejam cumpridos ao tempo e à ordem, sem juros e multas por atraso, com segurança e transparência;
- d. Informar a Congregação Provincial, Economato e Diretorias os desvios de recebimentos e desembolsos, comparativamente aos Orçamentos de Tesouraria aprovados pela Província;
- e. Acompanhar os fluxos de caixa de cada convênio, responsabilizando-se pelas aplicações de recursos públicos captados;
- f. Acompanhar junto ao setor Jurídico todas as demandas de cobranças judiciais e/ou extrajudiciais;
- g. Responsabilizar-se pelos relacionamentos com bancos e entidades do setor financeiro, incluindo captações de empréstimos e financiamentos para aplicações de recursos;
- h. Emissão de relatórios financeiros, pareceres e orientações.

54. São funções do compras/contratos:

- a. Aquisições de maior volume;
- b. Contratação de serviços de telefonia e internet;
- c. Seguros de responsabilidade civil, imóveis, acidentes pessoais e veículos da Província;
- d. Planos de saúde e odontológico;
- e. Negociações de contratos da Livraria, Colégios e Obras Sociais;
- f. Negociações dos contratos de Sistema da Informação;
- g. Energia elétrica;

55. São funções do setor de Recursos Humanos:

- a. Fazer o gerenciamento dos recursos humanos, alinhando os interesses da Unidade e de seus colaboradores;
- b. Realizar o recrutamento e seleção de pessoal em busca de mão de obra

qualificada para as vagas disponíveis;

c. Cumprir as rotinas conforme orientações legais e diretrizes Institucionais;

d. Cumprir todas as obrigações acessórias, como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Serviços Especializados em Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) pertinentes ao setor;

e. Ser agente de mudanças;

f. Auxiliar na resolução de conflitos internos;

g. garantidor das regras de compliance e imagem da Instituição;

h. Certificar que toda a documentação de funcionários esteja em ordem;

i. Treinamento e desenvolvimento de pessoal;

j. Construção e aplicação das políticas de cargos e salários;

k. Conferência e emissão da folha de pagamento;

l. Orientação e acompanhamento do controle de ponto dos funcionários;

m. Acompanhamento de indicadores e confecção de relatórios para a gestão.

56. São funções do setor jurídico:

a. Emitir pareceres para auxiliar a tomada de decisão;

b. Efetuar a revisão das propostas de contratação de serviços terceirizados permitindo maior segurança;

c. Emitir pareceres sobre consultas trabalhistas, construindo documentos sempre que necessário para as alterações contratuais que ocorram;

d. Trabalhar de forma preventiva buscando sempre auxiliar em correções no processo interno;

e. Orientar na renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e seus desdobramentos;

f. Buscar a recuperação da inadimplência das unidades Escolárias em processos judiciais e extrajudiciais;

g. Manter as boas práticas jurídicas, com pareceres ampliados a toda Província auxiliando na formação das Equipes;

h. Acompanhamento dos processos em andamento, prazos e seus riscos;

i. Realizar a gestão de contratos;

j. Orientar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

57. As funções da tecnologia da informação são:

- a. Responsabilizar-se por toda tecnologia da informação da Província;
- b. Trabalhar de forma preventiva, mapeando os riscos e programando as manutenções necessárias;
- c. Gerenciar a Infraestrutura de hardware, software e redes;
- d. Gerenciar e dar segurança nos controles de acesso;
- e. Capacitar e orientar as equipes;
- f. Manter as versões dos sistemas de informações atualizados para seu funcionamento adequado;
- g. Garantir a aplicação da LGPD;
- h. Garantir as boas práticas do contas a receber com segurança e transparência;
- i. Elaborar orçamento de TI de todas as unidades;
- j. Avaliar/propor soluções tecnológicas para a Província.

58. É função da contabilidade:

- a. Responsabilizar-se pela contabilidade fiscal, custos e orçamentos de toda a Província;
- b. Cumprir com todas as obrigações acessórias;
- c. Manter as certidões e procurações atualizadas;
- d. Emitir orientações com base na legislação auxiliando nas retenções e recolhimento dos tributos;
- e. Atualizar os cadastros e manter ativos nos Órgãos públicos;
- f. fazer o fechamento das demonstrações e relatórios contábeis;
- g. Assessorar a Auditoria externa;
- h. Apontar divergências que identifiquem fora da legalidade repassando a gestão para providências;
- i. Garantir informações fidedignas e transparentes;
- j. Garantir a emissão de relatórios e informações para tomada de decisão;
- k. Auxiliar na composição orçamentária e acompanhamentos;

l. Garantir uma estrutura de centro de resultados com informação fidedigna e transparência para tomada de decisão;

m. Prestar contas e garantir as boas práticas para manutenção do CEBAS.

O presente Estatuto de Administração e Gestão Econômicas da Província Brasil-Bolívia foi aprovado pela no Capítulo Provincial de dezembro de 2018 e atualizado no capítulo realizado em 2022.



7. FRATERNIDADE ESCOLÁPIA DO BRASIL

7.1. Nossa identidade

1. A Fraternidade Escolápia é o conjunto de fiéis associados em pequenas comunidades para viverem o carisma escolápico (espiritualidade, missão e vida), cada qual segundo sua vocação laical, religiosa ou presbiteral. A Fraternidade é, portanto, uma associação de fiéis integrada no carisma escolápico e reconhecida como tal pela Ordem das Escolas Pias.

2. Somos uma Comunidade de seguidores e seguidoras de Jesus, chamados e convocados por Deus em Fraternidade Escolápia, participando completamente do Carisma de Calasanz. Assumimos o Evangelho como nossa referência de vida e, fazendo parte da Escola Pia, caminhamos com toda a Igreja comprometidos na construção do Reino de Deus.

7.1.1. Seguidores/as de Jesus

3. O elemento central da nossa identidade é nossa condição de seguidores e seguidoras de Jesus. Compartilhamos uma vocação comum com todos os membros da Igreja, que consiste em responder ao chamado (pessoal e comunitário) que Deus nos faz, por meio de Jesus e sob a inspiração do Espírito.

4. Portanto, compreendemos nosso ser (ou nossa identidade) a partir da resposta à vontade de Deus para nossas vidas. Identificar e discernir esse chamado, responder com disponibilidade e confiança e sermos fiéis nessa resposta é o que nos realiza pessoal e comunitariamente.

O amor

5. A vocação cristã é, fundamentalmente, uma vocação de amor, que nasce do amor gratuito de Deus Pai/Mãe e nos convida a viver esse amor fraternalmente. O amor nos convoca, envia, acolhe e acompanha permanentemente. O amor é a missão primeira de toda a nossa vida, por isso, dedicamos nossos melhores esforços a cuidar dessa experiência de amor gratuito que vivemos com Deus e de amor fraterno com todas as pessoas, especialmente, na pequena comunidade.

6. Seguimos Jesus, sua palavra e modelo de vida, para poder dar forma a esse projeto de amor. O ponto de partida para compreender a Jesus é a experiência da Cruz. Queremos situar-nos no mundo desde a perspectiva dos últimos da sociedade, os mais pobres e excluídos, as vítimas inocentes da injustiça e do egoísmo. Como Jesus, acreditamos que, desde o reverso da história, o amor se compreende de uma forma nova, mais radical e real. Também desde o reverso de nossa própria história pessoal, desde as nossas fraquezas e limitações. Somente desde aí, o amor se faz concreto, transformador, gratuito e radicalmente inclusivo.

7. Como Jesus nos ensina, não podemos devolver a Deus o amor que d'Ele recebemos senão através dos nossos irmãos e irmãs, especialmente, aqueles que mais precisam desse amor, amando-os como somos amados por Deus.

8. Nessa experiência de amor que fundamenta nossa fé, nos sentimos chamados a viver em fraternidade, tornando visível o amor em nossos relacionamentos, projetos, convivência, trabalho etc. Nossas pequenas comunidades e toda a Fraternidade se transformam assim em laboratório do Reino (sinal e escola) e em reflexo do mistério de Deus-Amor, sendo o critério fundamental para a credibilidade dessa proposta cristã.

7.1.2. Dimensões de nossa fé

9. Nossa condição de seguidores e seguidoras de Jesus se concretiza ou se estrutura em cinco dimensões fundamentais:

Experiência de Deus

10. Nossa fé se fundamenta no encontro pessoal com Jesus e na experiência de amor gratuito vivida com Deus Pai/Mãe. Através dessa relação de Deus com cada um de nós e da nossa resposta existencial, vivida de diferentes formas (vocações e estados de vida) e com distintas mediações, nos sentimos, radical e profundamente, salvos. A vocação nasce do encontro com Aquele que sabemos que nos ama e nos envia a ser reflexo do seu amor.

11. Os sacramentos, especialmente a eucaristia, são fonte privilegiada para alimentar nossa experiência de Deus. Buscamos também avivar essa experiência mediante a oração pessoal e comunitária.

12. Sentimos a necessidade de compartilhar, formar, discernir e amadurecer nossa experiência de fé em comunidade, com a Fraternidade e a Escola Pia, sempre em comunhão com a Igreja de Jesus.

Formação Permanente

13. Como pessoas inacabadas que somos, reconhecemos a necessidade de nos formar em todas as dimensões de nossa vida. Como cristãos e cristãs, devemos saber “dar razão de nossa fé” (1Pd 3,15) e discernir os sinais dos tempos sob a luz da Palavra de Deus. Sabemos da importância da formação para poder contribuir responsavelmente com a vida e missão da Igreja.

14. Consideramos a formação (pessoal, comunitária e de toda a Fraternidade) fundamental para poder viver em conversão e discernimento permanentes desde a vocação pessoal e comum para a qual somos chamados.

O compromisso em favor do Reino

15. O compromisso cristão é uma forma de ser e viver, sendo sal e luz em todos os momentos de nossa vida. Isso se traduz em uma atitude constante de serviço e entrega generosa, traduzindo o projeto de amor na cotidianidade da vida.

16. O projeto do Reino exige também espaços e momentos concretos de gratuidade e solidariedade com os mais desfavorecidos e excluídos, destinatários privilegiados e protagonistas do mesmo. Por isso, todos os membros da Fraternidade realizamos serviços voluntários em favor da transformação social e construção eclesial.

Estilo pessoal de vida

17. O seguimento de Jesus é uma opção livre e adulta que se sustenta nas decisões, atitudes, relacionamentos e ações com as quais, de fato, vamos construindo a vida. Respondemos ao sonho que Deus tem para cada um de nós com nossa vida concreta e real, com o nosso estilo de vida.

18. A Fraternidade ajuda a que cada pessoa encontre sua vocação e a realize com responsabilidade e fidelidade, usando como meio fundamental o Projeto Pessoal, compartilhado e avaliado na pequena comunidade.

Partilha Comunitária

19. A fé se transmite, atualiza, cresce e amadurece sempre como experiência compartilhada. A Igreja tem sua origem em uma experiência comunitária. Somos seres comunitários e compreendemos o seguimento de Jesus como uma experiência comunitária e eclesial.

20. A Fraternidade Escolápia, “Comunidade de pequenas comunidades” inserida eclesialmente através das Escolas Pias, é o nosso marco referencial e de pertença, onde alimentamos e vivemos todas as dimensões de nossa fé e de nossa vida.

7.1.3. Eclesialidade

21. Reconhecemo-nos “Povo de Deus”, pois recebemos nossa fé da Igreja de Cristo e dela fazemos parte. Nossa Fraternidade Escolápia do Brasil está inserida na Igreja através da Ordem das Escolas Pias, e cada comunidade está presente na vida de cada Igreja local com responsabilidade.

22. Queremos servir na Igreja e contribuir para que seja fiel à sua Missão, encomendada por Jesus. A Fraternidade enriquece a Igreja toda com sua experiência de “Comunidade de pequenas comunidades” de vida cristã e com a vivência do carisma escolápico, desde a diversidade de vocações e ministérios a serviço do Reino.

7.1.4. O carisma de São José de Calasanz

23. No processo de formação, discernimento e vivência cristã, descobrimos o Carisma Escolápico como um dom de Deus que acolhemos com responsabilidade. Trata-se de um presente que Deus nos dá, para configurar nossa identidade cristã, pessoal e comunitária.

24. Esse carisma é um dom e uma proposta, realizada por aqueles que historicamente conservaram e por ele deram suas vidas, os escolápicos.



Aceitamos a proposta que a Ordem das Escolas Pias nos faz para compartilhar o Carisma e, a partir dele, entender nosso ser cristão e nossa pertença à Igreja. Nesse sentido, somos Fraternidade Escolápia, fazendo parte de uma história que começou com São José de Calasanz.

25. Participar desse Carisma, por meio de diversas vocações e ministérios, significa modelar nossa identidade a partir dos três elementos que o compõem: espiritualidade, missão e vida comunitária.

Espiritualidade

26. Buscamos seguir sempre a voz do Espírito. Nossa espiritualidade tem sua origem na intuição de Calasanz de ler a realidade e o Evangelho desde o olhar da criança pobre.

27. Sentimos o chamado de Deus desde as necessidades e urgências do nosso mundo, especialmente quando são reveladas nos pequenos e fracos da nossa sociedade. Nesse sentido, as crianças, preferencialmente as pobres, são um sacramento que alimenta nossa fé, esperança e amor.

28. A partir dessa leitura evangélica, temos um carinho especial pela missão e espiritualidade educativas. Queremos servir, para fazer nascer o melhor de cada pessoa, pois é aí que nosso Deus se dá a conhecer. Queremos transformar a realidade, aproveitando e cultivando o que possa servir para humanizar este mundo, pois, no mais humano, revela-se Deus. Com essa sensibilidade pela criança, pela educação e pela transformação, descobrimos em Jesus nosso principal Mestre, quem nos ensina a viver, a fazer brotar a vida desde o pequeno e desprezado aos olhos do mundo, abrindo-nos a um futuro de esperança e dignidade para toda a humanidade.

29. Essa espiritualidade enriquece as diferentes opções vocacionais, os diversos âmbitos de compromisso e a vida cotidiana de cada membro da Fraternidade.

Missão

30. A Igreja existe para a missão, para anunciar e construir o Reino de Deus. Junto com a Ordem das Escolas Pias, a Fraternidade Escolápia participa da missão da Igreja com sua forma específica: evangelizar educando para a transformação social e renovação da Igreja.

31. Realizamos essa missão específica pessoal, comunitária e, também, institucionalmente, através, principalmente, das obras escolápias. Nossa missão abrange três âmbitos muito relacionados entre si e, às vezes, simultâneos:

Educação

32. Entendemos a educação como uma ação integral, para favorecer o processo de desenvolvimento de todas as potencialidades pessoais. Uma educação capaz de formar pessoas preparadas, conscientes de sua própria realidade e do mundo no qual vivem para contribuir com a sua transformação. Essa missão é especialmente urgente e necessária lá onde a infância e a juventude sofrem mais as consequências de insuficientes oportunidades educativas.

33. A Fraternidade assume como próprios todas as obras e projetos escolápios, colaborando, profissional e voluntariamente, considerando-os prioritários dentro da nossa missão.

34. As pessoas da Fraternidade diretamente envolvidas em projetos e obras escolápias, explicitamente educativas, compreendem e orientam seu labor educativo como uma participação especial no ministério educativo escolápico.

Transformação Social E Renovação Da Igreja

35. Queremos impulsionar, na sociedade, os direitos humanos e os valores do Reino, por meio de ações e projetos de assistência, promoção, transformação das estruturas e da vida pessoal.

36. A transformação abrange desde a própria pessoa e seu entorno mais próximo, até os âmbitos mais globais e distantes. Sentimo-nos chamados/as para servir onde Deus precisar.

37. Esse compromisso transformador tem umas áreas preferenciais como a educação, a solidariedade com os mais empobrecidos, a paz e não-violência, o campo sociopolítico.

38. Como São José de Calasanz, queremos contribuir com a renovação da Igreja, por meio dos compromissos pessoais e de ações eclesiais que desenvolvemos como comunidade cristã.

39. Queremos viver sempre em processo de renovação, tendo como horizonte a refundação da Escola Pia da qual fazemos parte.

Evangelização

40. Como seguidores/as de Jesus, devemos anunciar sempre a Boa Notícia do Reino. Com vocação pedagógica, damos testemunho de Jesus como fonte de vida e humanização. Por isso, consideramos central na evangelização o respeito à dignidade da pessoa, a promoção da justiça social e, sobretudo, nosso próprio testemunho de vida.

41. Com a Ordem, vamos percorrendo um caminho conjunto. Trabalhamos conjuntamente, impulsionando a pastoral vocacional para a vida religiosa escolápia e para as diferentes modalidades do Diretório de Participação nas Escolas Pias.

42. Cuidamos, de um modo especial, dos processos de evangelização, principalmente com adolescentes e jovens. Nossa opção pastoral visa à construção da Comunidade Cristã Escolápia, oferecendo a Fraternidade como desembocadura desses processos pastorais. Queremos colaborar com a evangelização desde a missão escolápia, oferecendo-nos para animá-la nos lugares onde as Escolas Pias estejam presentes ou onde a Igreja nos chame.

Vida

43. Seguir Jesus a partir do carisma escolápico supõe compartilhar as cinco dimensões de nossa fé (experiência de Deus, formação permanente, o compromisso em favor do Reino, estilo pessoal de vida e a vida comunitária) que constituem a vocação comum de todos os membros da Fraternidade.

44. Cuidamos especialmente das nossas relações comunitárias, sentindo-nos irmãos e irmãs e ajudando-nos mutuamente a viver a vocação comum. Por isso, damos muita importância ao diálogo interpessoal, à correção fraterna, ao projeto de vida compartilhado e revisado em comunidade, ao projeto anual de cada comunidade, à informação pessoal e institucional. A vida comunitária se enriquece com a pluralidade de seus membros: diferentes idades, situações vitais, opções de vida, compromissos, profissões... Também a diversidade de modelos e projetos comunitários enriquece a vida da Fraternidade.

45. Consideramos uma riqueza que religiosos e leigos/as possamos compartilhar nossas respectivas vocações nos espaços comunitários, no ministério educativo, pastoral e social, de forma corresponsável na Fraternidade e na Rede Itaka - Escolápios.

46. Juntos, Ordem Religiosa e Fraternidade, formamos o coração da Comunidade Cristã Escolápia desde a qual evangelizamos, fortalecemos nossa identidade e garantimos o carisma escolápico em todas as obras escolápias.

7.1.5. Comprometidos na construção do Reino

47. Compartilhamos o sonho de Deus para o mundo: uma nova terra, uma nova humanidade, vivendo em paz, com justiça, dignidade e em harmonia com o meio-ambiente. Esse sonho começa a acontecer cada vez que o amor vence ao ódio, cada vez que a vida triunfa sobre a morte e o perdão sobre

a violência, começando pelas vítimas inocentes que carregam a cruz dos pecados desse mundo.

48. Seguindo a proposta de vida de Jesus, acreditamos que o ser humano alcança sua plenitude na construção de um mundo de irmãos, solidário e justo. A Igreja nasce para trabalhar na construção desse Reino, para anunciar, propor e testemunhar os valores do Reino.

49. O Reino de Deus começa e tem como protagonistas privilegiados os mais pobres e excluídos da história, neles se revela o rosto sofredor de Cristo, neles se revela Deus de forma clara e inquestionável e, somente com eles, poderemos construir um mundo novo e feliz para toda a humanidade.

50. A opção pelos pobres é uma condição irrenunciável para a vivência da fé cristã e para a construção do Reino de Deus. Na Fraternidade Escolápia, queremos crescer em austeridade de vida e na partilha dos bens para a superação das diferenças sociais e para fazer efetiva nossa solidariedade com os empobrecidos do mundo.

51. Queremos contribuir com uma Igreja profética que fomente o diálogo com as outras Igrejas cristãs, com as outras religiões e com todas as pessoas de boa vontade comprometidas na construção de um mundo melhor.

52. Sabemos que o Reino já está acontecendo, mas ainda falta muito para sua plenitude, por isso vivemos a caminho, em constante conversão para nunca ficar acomodados. Jesus, nosso Mestre, nos convida a ir sempre além do momento presente, procurando discernir a vontade de Deus para cada um de nós e, com ajuda do Espírito, respondendo com generosidade.

7.2. A vocação na Fraternidade das Escolas Pias

53. Sentimo-nos chamados/as ao seguimento de Jesus junto à Ordem das Escolas Pias, compartilhando o carisma escolápio e vivendo nossa vocação em pequenas comunidades cristãs. Todos/as na Fraternidade Escolápia compartilhamos essa vocação comum, que se enriquece com as vocações pessoais.

7.2.1. A vocação comum

54. Essa vocação comum se define por uma série de opções que configuram a vida dos membros da Fraternidade:

- a. Aprofundar na vocação pessoal e na missão cristã como integrante do Povo de Deus.



b. Conhecer mais profundamente a pessoa de Jesus, assim como a Palavra de Deus.

c. Avançar no conhecimento sobre Calasanz, sua pessoa, vida e obra.

d. Ter uma experiência pessoal de oração cuidada e constante.

e. Participar da eucaristia semanal, preferencialmente, na Comunidade Cristã Escolápia.

f. Colocar à disposição um tempo semanal para serviço voluntário e gratuito em favor dos outros.

g. Compartilhar, economicamente, para colaborar com a missão escolápia e para as necessidades da própria Fraternidade, através do Dízimo e da taxa anual. A contribuição do dízimo pode ser feita de três formas:

i. Totalidade da contribuição para a comunidade eclesial;

ii. Contribuição partilhada entre a comunidade eclesial e a fraternidade, em proporção definida pelo fraterno;

iii. Totalidade da contribuição para a fraternidade.

h. Colaborar na construção das Escolas Pias, especialmente, na consolidação de todas as vocações escolápias e da sua missão.

i. Participar ativamente na pequena comunidade, entendida como comunidade de referência, compartilhando nela a oração, a vida, a formação e o compromisso.

j. Cultivar os relacionamentos fraternos na comunidade e com as outras comunidades escolápias da Fraternidade.

k. Participar dos encontros e reuniões da Fraternidade e das Escolas Pias, organizadas para promover a convivência fraterna, a formação, a missão escolápia ou a própria organização.

l. Assumir a missão escolápia como própria.

m. Animar a comunidade Cristã Escolápia.

n. Sentir-se parte das Escolas Pias com corresponsabilidade.

55. A Ordem por sua parte se compromete a:

a. Compartilhar o carisma escolápico com a Fraternidade.

b. Acolher e tratar sempre a quem pertence à Fraternidade como membro da família escolápica e propiciar sua participação em momentos da vida das comunidades religiosas.

- c. Ajudar os membros da Fraternidade com os recursos de sua própria vida e tradição, para que possam desenvolver sua formação cristã e escolápia.
- d. Acompanhar com o serviço do ministério sacerdotal escolápico.
- e. Promover a participação e pertença dos religiosos à Fraternidade.
- f. Estabelecer momentos periódicos de encontro entre a Fraternidade e a Demarcação, assim como entre a Congregação Demarcacional e o Conselho da Fraternidade Demarcacional.

56. A Fraternidade, junto com a Ordem, promove a Comunidade Cristã Escolápia, convocando a outras pessoas próximas do âmbito escolápico (missão compartilhada, colaboradores, destinatários etc.) para compartilharem espiritualidade, vida e missão da forma que convenha em cada caso.

7.2.2. Incorporação à Fraternidade Escolápia

57. A vocação exige uma resposta pessoal ao que se intui como chamado de Deus, desde o convencimento de que essa opção será fundamental para a própria felicidade, realização e sentido da vida. Toda vocação precisa de um tempo de discernimento, de momentos intensos de formação e oração, de acompanhamento por parte de alguma pessoa mais experimentada e de uma comunidade que ajudem no discernimento.

58. Consideramos necessários os seguintes critérios para a incorporação à Fraternidade Escolápia:

- a. Consciência de que se trata de um chamado pessoal de Deus, discernido e amadurecido.
- b. Compromisso em favor da missão cristã e, especificamente, escolápia.
- c. Opção pela vida comunitária.
- d. Certa estabilidade pessoal nos diversos âmbitos da vida pessoal (laboral, afetivo, familiar e eclesial).

59. A incorporação à Fraternidade acontece:

- a. Depois de um processo catecumenal e de discernimento adequado.
- b. Durante o discernimento, a comunidade deverá ser acompanhada por dois frateros com opção definitiva, indicados pelo Conselho Local da Fraternidade, se possível.
- c. Por um pedido pessoal explícito, motivado interiormente e amadurecido progressivamente.

- d. Mediante a aceitação do pedido por parte do Conselho da Fraternidade, após consulta aos responsáveis do processo de formação e discernimento.
- e. Apresentar o projeto pessoal de vida na pequena comunidade da qual faz parte, como condição para proferir a Promessa na Fraternidade.
- f. Com uma promessa emitida publicamente em uma celebração religiosa comunitária.

60. Uma vez realizada a promessa, o novo membro da Fraternidade receberá um símbolo de pertença a ela, que o identifique como tal diante de todas as Fraternidades Escolápias e em todas as Obras da Ordem.

Fórmula da Promessa

61. Para realizar a Promessa na Fraternidade Escolápia, poder-se-á usar uma fórmula parecida com a seguinte:

Leigos:

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Com ajuda de Deus, comprometo-me a fazer parte da Fraternidade Escolápia, para seguir Jesus e viver minha vocação segundo o carisma de São José de Calasanz. Comprometo-me principalmente a:

- a. Aprofundar na minha vocação e continuar formando e amadurecendo minha fé, como fiel seguidor/a de Jesus de Nazaré.
- b. Conhecer, cada vez mais, a vida e obra de São José de Calasanz para atualizar seu carisma na minha vida.
- c. Servir à Igreja desde a Fraternidade das Escolas Pias, contribuindo para seu crescimento e colocando-me à disposição de sua missão evangelizadora, educativa e transformadora.
- d. Comprometo-me também a viver minha entrega em comunhão com a Fraternidade Escolápia segundo a vocação comum. A graça de Deus, a proteção de Maria e a intercessão de São José de Calasanz me conservem sempre nessa minha opção.

Religiosos:

Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. AMÉM. Eu _____, quero compartilhar o carisma escolápico, além da Ordem, com a Fraternidade, comprometendo-me a participar dela desde minha vocação religiosa, como mais um irmão, e contribuindo com quem sou. Assumo este compromisso para sempre (se forem votos solenes) ou por um ano (se forem votos simples), na medida do possível, desde a minha pertença à Ordem.

62. Para a renovação pessoal e periódica da Promessa, poder-se-á usar uma fórmula mais breve, como a seguinte: “Dou-vos graças, Pai, pelo dom que me destes ao chamar-me a formar parte da Fraternidade Escolápia. Ajudai-me com vossa graça a perseverar no meu propósito. Maria, Mãe das Escolas Pias, e São José de Calasanz, protejam e acompanhem nossa Fraternidade”.

7.2.3. A diversidade vocacional

63. A vocação comum na Fraternidade se complementa e enriquece com a necessária diversidade vocacional. Na família escolápia, existem diversas vocações que, partilhando um núcleo comum, têm elementos específicos.

64. Os religiosos escolápios que fazem parte da Fraternidade são primeiramente membros da Ordem das Escolas Pias e se definem por sua pertença a ela, mediante a vivência de sua vocação e votos, a participação plena nas obras escolápias e na vida da Demarcação.

65. A vocação laical é diversa segundo seus elementos configuradores: família, paternidade/maternidade, profissão, vida sociopolítica, entre outros.

66. Os membros da Fraternidade partilham o carisma escolápio. Alguns podem dar um passo vocacional, participando na Ordem das Escolas Pias com um vínculo jurídico, na modalidade de integração carismática e jurídica, como está estabelecido no Projeto Institucional do Laicato.

67. Essa diversidade se enriquece com a necessária ministerialidade e para a vida e missão das comunidades. Daí nascem os diferentes ministérios, encargos e envios.

68. Convém destacar especialmente o ministério presbiteral e outros ministérios possíveis como o ministério leigo de pastoral, ministério da educação cristã, ministério social e outros.

7.2.4. As pessoas próximas

69. É possível também uma vinculação sem pertença à Fraternidade, para situações pessoais temporárias ou excepcionais que assim convenha. Denominamos essas pessoas de “próximas”.

70. O Conselho da Fraternidade velará pelo acompanhamento dessas pessoas.

71. As pessoas “próximas” da Fraternidade poderão participar da vida de alguma comunidade (segundo determine o Conselho da Fraternidade) e dos momentos comuns da Fraternidade.

7.2.5. A vida da Fraternidade: espiritualidade, missão e vida comunitária

72. A vida da Fraternidade acontece fundamentalmente por meio de dois encontros semanais. O primeiro para a reunião da pequena comunidade, na qual os membros partilham a experiência de Deus com um momento de oração e/ou celebração, a formação, a vida pessoal, comunitária, eclesial e social e as experiências de compromisso.

73. O segundo encontro semanal é com as outras comunidades para a celebração da Eucaristia, de preferência na Comunidade Cristã Escolápia de cada lugar.

74. As comunidades procurarão ter momentos anuais de retiro. Também a Fraternidade oferecerá anualmente os momentos que sejam necessários para favorecer o crescimento pessoal e comunitário (retiros, assembleias e encontros).

75. A formação dos membros da Fraternidade deve abranger as dimensões espiritual, escolápia, teológica, social e humana. O Conselho da Fraternidade elaborará, para cada ano, uma proposta comum de formação para todas as comunidades.

76. Os membros da Fraternidade colaboram, pessoal e conjuntamente, na medida de suas possibilidades, com a missão escolápia no seu entorno e em toda a Ordem.

77. Uma forma de participar e colaborar com a missão escolápia é através de estruturas jurídicas (institucionais) de missão compartilhada e corresponsável criadas pela Demarcação e Fraternidade.

7.2.6. Perseverança na Fraternidade

78. Para permanecerem fiéis ao seu compromisso, os membros da Fraternidade renovarão, pessoal e comunitariamente, sua Promessa. Pelo menos uma vez no ano, todos os membros da Fraternidade renovarão sua Promessa em alguma celebração especial.

79. Transcorrida essa etapa da Promessa, de no mínimo três (3) anos, cada pessoa poderá solicitar a Opção Definitiva na Fraternidade. Essa opção exige um discernimento especial e precisa do consentimento da comunidade de referência e do Conselho Demarcacional da Fraternidade. Para solicitar o consentimento da Fraternidade Escolápia, poder-se-á usar uma fórmula parecida com a seguinte:

Eu,, membro da Comunidade Fraterna
da Presença de, da Fraternidade Escolápios Brasil,
depois de participar nesses anos na Fraternidade, consciente de que é um
dom do Espírito na minha vida, reconhecendo que Deus me chama a
seguir Jesus no carisma e na missão escolápios, desejando continuar com
amor esse caminho, solicito a aprovação do Conselho Demarcacional da
Fraternidade para emitir a Opção Definitiva.

80. A opção definitiva significa um passo a mais no processo vocacional
pessoal e um sinal de fidelidade e comprometimento para toda a Fraternidade.
Nesse processo, descobrimos uma dimensão sacramental, que deriva do
batismo, em que cada pessoa dá um sim definitivo ao seguimento de Jesus,
dentro da Igreja, da Fraternidade e junto com os Escolápios. Para emitir essa
opção na Fraternidade Escolápia, poder-se-á usar uma fórmula parecida com
a seguinte:

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Eu, _____,
com a ajuda de Deus, comprometo-me a continuar fazendo parte da
Fraternidade Escolápia, para sempre. Também, a aprofundar na minha
vocação como fiel seguidor/a de Jesus de Nazaré, colocando-me à
disposição da missão escolápia, assumindo o carisma de Calasanz, para
a glória de Deus e utilidade do próximo. Quero que esta promessa seja
para sempre, no caminho da OPÇÃO DEFINITIVA. A graça de Deus, a
proteção de Maria e a intercessão de São José de Calasanz me conservem
nessa minha opção. Amém.

81. A Comunidade Cristã Escolápia ou a Presença Escolápia Local, inspirada
pelo Espírito Santo, encomenda os ministérios, a serviço da Presença
Escolápia Provincial, que são discernidos como necessários segundo alguns
critérios fundamentais:

- a. Seja um serviço fundamental para a comunidade e missão.
- b. Seja difícil a realização desse serviço por meio de outros tipos de
encargos ou encomendas.
- c. Requeira uma formação específica.
- d. Seja necessário o compromisso da pessoa por um período de tempo
relativamente prolongado.
- e. Seja visível a encomenda no contexto de uma celebração comunitária.

82. Os ministérios serão encomendados somente a pessoas da Fraternidade com Opção Definitiva. As áreas de concretização desses ministérios são: a pastoral, a educação e a transformação social.

a. O ministério leigo de pastoral compartilha com o ministério ordenado o cuidado pastoral da comunidade e a responsabilidade na convocação, animação e gestão pastoral.

b. O ministério da Educação Cristã é a tarefa que faz a comunidade cristã escolápia para promover um âmbito da missão educativa escolápia ou da comunidade, em constante comunhão com os outros ministérios e órgãos da vida e missão das Escolas Pias.

c. O ministério da transformação social abrange todos os serviços que a comunidade considera oportunos para impulsionar a dimensão da transformação social da missão escolápia. As áreas desse ministério podem ser uma atenção específica às crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social, afetiva, econômica e educativa (com dificuldades de aprendizagem, apoio escolar, educação em valores).

83. O compromisso com a Fraternidade pode ser interrompido e/ou rescindido por iniciativa pessoal ou da fraternidade, devendo o Conselho da Fraternidade informar às comunidades fraternas o afastamento do membro.

7.2.7. Afastamento temporário da Fraternidade

84. Se um membro precisar ausentar-se da Fraternidade por um período superior a dois meses, deverá escrever uma carta comunicando ao Conselho Local o motivo do afastamento e o desejo de retorno posterior. Nesse período de afastamento temporário, o membro estará na Fraternidade, como pessoa próxima, sendo acompanhado por um membro do Conselho ou da Equipe de Animadores.

7.2.8. Saída da Fraternidade

85. Se um membro quiser dar por acabado seu próprio compromisso, após uma reflexão profunda e séria, comunicará sua decisão, através de uma carta escrita ou por e-mail, ao Conselho Local da Fraternidade, que poderá convidá-lo a se dar um tempo para o discernimento, oferecendo os meios necessários (acompanhamento e diálogos) antes de tomar uma decisão definitiva.

a. Se o religioso, por qualquer circunstância, deixar a Fraternidade, deve notificar o Conselho Provincial da Fraternidade.

b. O fraterno, que ficar um (1) ano afastado e não comunicar ao Conselho, será desligado automaticamente da Fraternidade.

c. Em caso de o membro que saiu queira retornar à Fraternidade, oficializará o pedido, através de uma carta escrita ou por e-mail, ao Conselho que decidirá sobre a conveniência da aceitação e o processo de acompanhamento correspondente.

d. Na ocasião do retorno, o fraterno poderá ficar, preferencialmente, na comunidade de origem. Caso solicite estar em outra comunidade, deverá ter a aprovação do Conselho Local.

86. Conselho da Fraternidade poderá também dispensar ou readmitir no compromisso qualquer membro da Fraternidade, somente, depois de analisar os motivos e de tentar, por todos os meios possíveis, superar o conflito, evitando sempre as decisões precipitadas.

87. Da mesma forma, a Congregação Geral determinou que, se o religioso, por qualquer motivo, deixar a Fraternidade, deverá notificar também o Conselho Provincial da Fraternidade.

7.3. A organização da Fraternidade

88. A Fraternidade é uma associação privada de fiéis integrada no carisma escolápio, reconhecida como tal pela Ordem das Escolas Pias e, eventualmente, pelo Ordinário da Igreja local onde está inserida.

89. A Fraternidade:

a. Compromete-se a viver o Evangelho de Jesus segundo o carisma escolápio.

b. Promove um espírito comunitário e umas relações fraternas como apoio mútuo.

c. Assume etapas graduais de formação, discernimento e compromisso.

d. Mantém um relacionamento próximo com as outras Fraternidades e com a Ordem das Escolas Pias, para alimentar-se do mesmo espírito.

e. Conta com pelo menos um religioso escolápio entre seus membros.

f. É autônoma desde o ponto de vista organizativo, enquanto se coordena em tudo o necessário com a vida da Demarcação.

90. A Fraternidade, mesmo tendo caráter Demarcacional, no caso de Brasil e Bolívia, cada uma das partes terá a própria Fraternidade com seu respectivo

Conselho, por causa das distâncias. Considerando que a vida da Fraternidade acontece fundamentalmente na pequena comunidade e em cada localidade, poderá se organizar localmente quando, pelo elevado número de comunidades e pessoas, assim precisar. O Conselho da Fraternidade estabelecerá a forma e os prazos para essa reestruturação, após aprovação por parte da assembleia da Fraternidade.

91. A organização da Fraternidade será participativa, com protagonismo pessoal e comunitário, velando sempre pela necessária unidade e coerência com o presente documento.

7.3.1. Âmbito pessoal

92. Cada pessoa é protagonista na vida da comunidade e da Fraternidade, com sua participação ativa e responsável em todos os momentos programados, mostrando-se aberta e respondendo com disponibilidade a todas as propostas e necessidades.

93. Ao final do processo de discernimento na Fraternidade, cada pessoa elaborará seu Projeto Pessoal com os objetivos a trabalhar em cada uma das dimensões da vida (espiritualidade e experiência de Deus, crescimento pessoal, formação, vida comunitária, compromisso, vida profissional, entre outras) e o compartilhará na pequena comunidade.

a. O conselho local da Fraternidade deverá acompanhar os fraternos na elaboração dos projetos pessoais.

b. A cada ano, o fraterno revisará seu projeto pessoal, apresentando-o na pequena comunidade.

7.3.2. A pequena comunidade

94. A pequena comunidade é o núcleo fundamental onde todos os membros da Fraternidade vivem sua vocação cristã e escolápia. Salvo situações excepcionais, estará formada por um mínimo de sete (7) pessoas e um máximo de dezesseis (16), podendo ser leigos/as e/ou religiosos. Caso a comunidade não tenha o número mínimo de participantes, o Conselho Local da Fraternidade e os animadores promoverão momentos de discernimento para reorganizar o funcionamento dessa comunidade, unindo-se a outra comunidade.

a. Onde existirem fraternos com opção definitiva em quantidade de formar uma comunidade, que seja possível a reestruturação, indicada pelo Conselho Local.

95. A pequena comunidade se reúne semanalmente para partilhar a oração, a vida e a formação.

96. O Conselho favorecerá a existência de diversos modelos comunitários, como núcleos de vida comum, comunidades com encomendas específicas, comunidades mistas de leigos/as e religiosos.

97. Cada pequena comunidade elaborará, no início do ano, o Projeto Comunitário que apresentará ao Conselho da Fraternidade para sua aprovação. Esse Projeto anual deverá servir para:

- a. Crescer na espiritualidade: experiência de Deus, oração e celebrações.
- b. Avançar na formação (espiritual, teológica, calasância, educativa e social).
- c. Programar e incentivar novos compromissos em favor da evangelização, educação e/ou transformação social de forma pessoal ou comunitária.
- d. Viver em atitude de conversão permanente: estilo de vida coerente com o Evangelho e com o espírito da Fraternidade, revisão da vida, projeto pessoal de vida.
- e. Crescer na partilha em comunidade: tempo, vida, decisões, bens.

98. Cada comunidade contará com um ou dois Animador (es) ou Animadora (as), nomeados pela Equipe de Animação (Conselho Local), após consulta a todas as pessoas da comunidade. Esse serviço comunitário deve ter caráter de continuidade, pelo menos de três anos. A cada três anos, acontecerá o processo de escolha dos animadores, partindo da consulta a todos os membros de cada comunidade.

99. Cada Animador/Animadora terá as seguintes funções:

- a. Representar, com capacidade de decisão, a sua comunidade diante do Conselho da Fraternidade.
- b. Estar por dentro da vida, propostas e projetos da Fraternidade e comunicá-los à sua comunidade.
- c. Servir de enlace entre a pequena comunidade e Fraternidade.
- d. Revisar os encargos e funções que existirem na sua comunidade (economia, oração, formação, animação).
- e. Conhecer a dinâmica da vida de sua comunidade e de cada um dos membros.

f. Zelar pela vida da Fraternidade, da pequena comunidade e de cada membro, cuidando da fidelidade ao espírito e decisões da Fraternidade.

7.3.3. A Fraternidade escolápia do Brasil

A Assembleia da Fraternidade

100. A Assembleia é o órgão máximo da Fraternidade e está integrada por todos seus membros. A assembleia pode se reunir em nível de presença ou de demarcação (Fraternidade Escolápia no Brasil).

101. Em nível de presença reunir-se-á pelo menos uma vez por ano; em nível de demarcação, como mínimo, uma vez a cada dois anos. Os objetivos serão, entre outros, os seguintes:

- a. Acompanhar a caminhada das comunidades, dos projetos, escutando os informes apresentados pelas diferentes equipes responsáveis.
- b. Marcar os objetivos e linhas de futuro das comunidades segundo as propostas apresentadas pelo Conselho.
- c. Escolher os membros do Conselho da Fraternidade quando corresponda.
- d. Tomar decisões importantes, aprovar ou não as propostas apresentadas, individuais ou comunitárias.
- e. O Conselho da Fraternidade poderá convocar quantas assembleias extraordinárias que considere necessárias.

102. As decisões na Assembleia se tomarão, na medida do possível, mediante consenso. Caso seja necessária uma votação, as decisões se aprovarão por maioria relativa dos votos, considerando os frateros que tenham, no mínimo, a promessa emitida.

103. Para propostas que afetem linhas de futuro da Fraternidade e outras decisões importantes para a vida da Fraternidade, o Conselho poderá determinar previamente o tipo de votação que se exigirá para sua aprovação (maioria absoluta, dois terços da votação ou outra). Para a mudança desse Estatuto, será necessária sempre uma maioria de dois terços da assembleia.

104. Somente as pessoas presentes na Assembleia, que tenham, no mínimo, a promessa emitida, terão direito a voto, além daquelas enviadas pela Fraternidade a outras presenças escolápias, que não podem participar da mesma.

- a. As comunidades em discernimento poderão participar da Assembleia, como convidadas, com direito a voz.

O Conselho da Fraternidade

105. A Fraternidade Demarcacional terá um Conselho escolhido em assembleia para três anos, com a função de favorecer e promover a vida da Fraternidade, de cada uma das pequenas comunidades e de todas as pessoas, sempre em comunhão com o Conselho Geral da Fraternidade e com a Congregação Demarcacional.

106. Esse conselho estará formado por dois/duas (02) leigos/as e um (01) religioso de cada presença escolápia escolhidos da seguinte forma:

a. Até trinta dias antes da assembleia de cada presença, a Equipe de Animação constituirá a Comissão eleitoral, nomeando três (3) membros da Fraternidade para essa Comissão.

b. A Comissão Eleitoral distribuirá, até duas semanas antes da assembleia, como mínimo, duas listas:

i. a primeira lista com os membros da Fraternidade que emitiram a promessa e podem votar;

ii. e a segunda lista como os membros da Fraternidade com Opção Definitiva, que podem ser votados para o Conselho da Fraternidade Demarcacional.

c. No dia da Assembleia Local, os membros presentes e com promessa poderão votar dois nomes da Fraternidade Local com Opção Definitiva, em votação pessoal e secreta. Os membros que têm justa causa para não participar, sempre com a aprovação da Coordenação da Fraternidade, poderão votar previamente, depositando o voto dobrado em envelope fechado que será aberto no momento da votação, constando a assinatura do fraterno ou da fraterna na parte exterior do envelope.

d. A comissão eleitoral realizará a apuração dos votos e os dois membros mais votados de cada presença serão os conselheiros que participarão no Conselho da Fraternidade Escolápia no Brasil. Em caso de empate, realizar-se-á nova votação entre os candidatos empatados.

e. O Pe. Provincial nomeará um (01) religioso de cada presença que fará parte desse Conselho junto com os leigos. O Conselho Demarcacional da Fraternidade poderá convidar um membro das presenças, cuja Fraternidade encontra-se em fase inicial e/ou não tenha membro com Opção Definitiva, para participar desse conselho sem direito a voto.

f. Em caso de renúncia de algum membro do Conselho Demarcacional,



seguir a ordem da relação dos mais votados na assembleia local da Fraternidade.

g. Na primeira reunião do novo Conselho, escolher-se-á o Coordenador ou Coordenadora, o Vice-Coordenador ou Vice-Coordenadora, o Secretário ou Secretária e Tesoureiro ou Tesoureira; essas responsabilidades serão assumidas pelos membros leigos ou leigas do Conselho.

107. O Conselho da Fraternidade terá as seguintes funções:

a. Acompanhar e avaliar a vida das pequenas comunidades, podendo se fazer presente e intervir nas mesmas quando necessário.

b. Formar as pequenas comunidades e decidir sobre a mobilidade dos membros, sempre de forma dialogada com cada pessoa e comunidades envolvidas.

c. Decidir sobre a incorporação de novos membros à pequena comunidade, depois de consultar as pessoas responsáveis pelo processo de discernimento e/ou a equipe de animadores. O Conselho Local é responsável por esses membros, indicando, segundo a conveniência algum fraterno que acompanhe diretamente de acordo com critérios definidos pelo próprio conselho.

d. Acompanhar, impulsionar e avaliar o andamento dos projetos assumidos, dedicando especial atenção aos processos de incorporação à Fraternidade (Catecumenato e Discernimento).

e. Elaborar e encaminhar as propostas de futuro para a Fraternidade, tanto as elaboradas no Conselho como as recebidas por pessoas, comunidades, equipes e/ou outras instâncias escolápias.

f. Zelar pela fidelidade ao espírito e documentos da Fraternidade.

g. Representar a Fraternidade nos diferentes âmbitos eclesiais e sociais.

h. Convocar e coordenar as reuniões da Equipe de animadores/as.

i. Designar os/as animadores/as, após diálogo com cada pequena comunidade e com as pessoas escolhidas.

j. Servir de canal de comunicação com a Fundação Itaka – Escolápios (local e internacional) com a Fraternidade Geral e com a Ordem das Escolas Pias.

k. Cuidar da relação com as comunidades religiosas escolápias e a Demarcação toda. O Superior da Demarcação participará da reunião do

Conselho sempre que quiser.

l. Dar início a diversas figuras vocacionais existentes nas Fraternidades Escolápias (ou criar outras segundo as necessidades próprias. Por exemplo: opção definitiva, ministério leigo de pastoral ou familiar, outros ministérios, escolápio leigo, estudos teológicos, catequéticos, educativos, sociais, envios, encomendas, serviços.

m. Definir as diferentes formas de participação na Fraternidade, por exemplo: com as pessoas próximas, pessoas em etapa de experiência etc.

n. Preparar as assembleias, levando em conta as propostas encaminhadas por pessoas, comunidades, equipes, Congregação Demarcacional, entre outras.

o. Estar informado sobre o trabalho e projetos de Itaka – Escolápios, mantendo informadas as pequenas comunidades.

p. O Conselho terá como primeira meta definir seu funcionamento: dia, hora e frequência de reuniões, conteúdo de cada reunião e procedimento a seguir na tomada de decisões.

O Conselho Local e a Equipe de Animadores (Animadoras)

108. O Conselho Local da Fraternidade será formado pelos membros do Conselho Demarcacional e coordenará e acompanhará a equipe de animadores/as, da qual faz parte.

a. O Conselho Local, junto aos animadores e animadoras, acompanhará e cuidará com zelo da participação de cada fraterno e fraterna na vida e na missão da presença, especialmente nos encontros das pequenas comunidades, nos plenários e atividades comuns, na comunidade cristã e na missão de evangelizar.

b. O Conselho Local, junto aos animadores e animadoras, cuidará da qualidade de cada encontro para que o mesmo esteja impregnado dos nutrientes humanos e cristãos que cada fraterno/fraterna necessita:

- Oração de cunho vocacional, inspirada na Palavra, para juntos acolher a vontade de Deus, voltada para o compromisso da missão escolápia na vida pessoal e comunitária.

- Mensagem Cristã – Escolápia. Com fidelidade à programação anual, possibilitando e fomentando a leitura prévia para maior enriquecimento dessa formação continuada, procurando o esclarecimento das dúvidas

com ajuda, quando oportuno, de outros fraternos ou frateras preparados, sejam religiosos ou leigos ou leigas.

- Partilha da vida e missão, gerando sempre um ambiente de amizade, de confiança e de estima mútua entre os membros da pequena comunidade. O encontro inteiro (oração, mensagem cristã e partilha da vida e missão precisam ser bem partilhados pelos participantes).

c. O Conselho Local, junto aos animadores e animadoras, acompanhará com zelo pastoral as situações especiais: quem pediu licença na participação nos encontros por motivo de saúde, de trabalho ou de estudo, de quem passa por momentos difíceis na família, no trabalho, na comunidade cristã ou pessoais, entre outros.

d.d. O Conselho Demarcacional cuida da identidade escolária e participação adequada das fraternidades locais, acompanhando os conselhos e equipes de animadores e animadoras locais. Quando alguma pequena comunidade ou fraternidade local não caminhar segundo o horizonte e os caminhos indicados pelo Estatuto, após dialogar quanto for necessário, o Conselho Demarcacional adotará as medidas mais oportunas.

109. 108. A Equipe de Animadores está formada pelos Conselheiros Locais, pelos/as animadores/as das pequenas comunidades, pelos ministros leigos/as e ministros religiosos. O Conselho Local poderá convidar para essa equipe membros da Fraternidade (preferentemente com Opção Definitiva) que desenvolvem funções importantes de direção ou coordenação em obras escolárias.

110. Reúne-se periodicamente para:

a. Aprovar, acompanhar e avaliar o plano de formação proposto pelo Conselho.

b. Colaborar na preparação das Assembleias.

c. Acompanhar a vida das comunidades, trocando informações, unificando critérios de ação etc.

d. Recolher e encaminhar as propostas que vierem das pequenas comunidades.

e. Acompanhar o serviço de animação de cada pequena comunidade, oferecendo elementos de ajuda como formação, encontros etc.

- f. Acompanhar e garantir a vivência das linhas fundamentais da Fraternidade em cada comunidade.
- g. Acompanhar os projetos e atividades da programação anual da Fraternidade e de cada pequena comunidade.
- h. Coordenar as ações e momentos em comum de toda a Fraternidade: retiros, dias de formação, encontros e celebrações.
- i. A Equipe de animadores/as terá como primeiro objetivo definir seu funcionamento interno: calendário de reuniões, conteúdo, procedimento para a tomada de decisões etc.

7.3.4. A Fraternidade Geral

111. As Fraternidades Escolápias de toda a Ordem constituem a Fraternidade Geral das Escolas Pias, coordenada por um Conselho Geral.

112. A Assembleia da Fraternidade Geral está formada por todos os membros de todos os Conselhos Demarcacionais, reunindo-se, pelo menos, uma vez a cada seis anos.

113. O Conselho Geral estará formado por quatro (4) pessoas escolhidas entre os membros da Assembleia mais uma (1) pessoa escolhida pelo Pe. Geral.

114. O Conselho Geral coordenará e promoverá a vida e atividades da Fraternidade Geral, em permanente colaboração e comunicação com o Pe. Geral e sua Congregação.

115. Compete ao Pe. Geral constituir, em nível de Ordem, a Fraternidade como Associação Privada e pedir sua aprovação à Santa Sé, se for oportuno.

116. O Pe. Geral tem a obrigação de velar para que a Fraternidade viva e obre sempre segundo o verdadeiro espírito escolápio.

7.3.5. A Fundação Itaka – Escolápios

117. A Fundação Itaka - Escolápios é uma plataforma de missão Escolápia compartilhada institucionalmente com Demarcações da Ordem e suas Fraternidades.

118. A Fraternidade Escolápia do Brasil colabora com a Rede Itaka – Escolápios nas formas que a Ordem e a Fraternidade definirem. Essa colaboração acontecerá tanto no plano da elaboração, acompanhamento, avaliação de proposta como na parte financeira.

7.3.6. A Comunidade Cristã Escolápia

119. A presença Escolápia em cada lugar e obra está representada fundamentalmente nos religiosos e membros da Fraternidade. Ambos os sujeitos escolápios, junto com as pessoas que colaboram com a missão escolápia e aquelas que vivem sua fé cristã desde a referência escolápia, formam a Comunidade Cristã Escolápia de cada obra, lugar ou Demarcação.

120. Essa Comunidade ampla mantém viva e atualizada a identidade Escolápia, oferecendo-se como referência fundamental para a vivência das diferentes modalidades de participação nas Escolas Pias. A Fraternidade assume com responsabilidade e compromisso o fortalecimento dessa Comunidade Cristã Escolápia em cada obra e cidade, especialmente o compromisso com o Movimento Calasanz, que cuida dos processos grupais de iniciação e formação na fé cristã. A Fraternidade Escolápia é desembocadura e motor do Movimento Calasanz.

Governador Valadares, 03 de julho de 2022.

(Assembleia da Fraternidade do Brasil)



8. MOVIMENTO CALASANZ NO BRASIL

8.1. Apresentação

Em 31 de maio de 2012, a Congregação Geral aprovou o início do Movimento Calasanz, destinado a promover a Pastoral, sobretudo da juventude, em todas as Escolas Pias.

O Movimento Calasanz é a comunhão de grupos de diferentes Demarcações ao longo da geografia escolápia, que se reúnem na mesma proposta educativa e evangelizadora, inspirada no espírito e estilo de Calasanz.

Esse Movimento quer reforçar as realidades existentes, colocando-as em conexão, enriquecer-se mutuamente, conquistar a identidade escolápia e oferecer um horizonte pastoral a quem precisa neste momento.

O Movimento Calasanz supõe um itinerário contínuo de experiências diversas e para todas as idades que visa possibilitar um processo pessoal, vivido em grupo, de descoberta e amadurecimento da própria vocação, bem como uma clara inserção eclesial.

Para isso, é fundamental ter e promover uma equipe de educadores com as seguintes características:

- Ser voluntário, com senso de gratuidade e sem compensação econômica.
- Ter formação adequada e constantemente atualizada.
- Ter uma clara identificação escolápia e com o estilo do Movimento Calasanz.
- Levar uma vida cristã consistente.
- Participar pessoalmente das etapas mais avançadas do processo.
- Funcionar sempre como uma equipe de educadores.

A formação dos educadores é complementada com a formação pessoal, espiritual e escolápia que recebem constantemente em seus grupos de referência:

- Formação inicial e básica: cuidar de elementos de autoconhecimento pessoal, vida de Jesus, participação eclesial e carisma escolápico.
- Formação permanente e especializada: na equipe de educadores e em função das qualidades e necessidades pessoais do momento: leituras, reflexão na equipe de educadores, análise da realidade, atualização teológica e educacional.
- Especializado para pessoas com maiores responsabilidades: os responsáveis pela organização, aprofundando o acompanhamento pessoal. Esse processo inclui expressamente a oferta de desembocadura escolápia nas Escolas Pias, especialmente na vida religiosa e na Fraternidade escolápia.

Alguns elementos-chave do itinerário são:

- A ação evangelizadora não se realiza por ações isoladas, mas por um processo onde se concretiza o projeto de vida vocacional compartilhado em comunidade.
- O carisma de São José Calasanz e dos escolápios orienta os pilares do processo educativo de todo o Movimento.
- Os elementos fundamentais, sempre interligados entre si e com a perspectiva de seguir Jesus ao estilo de Calasanz, são:

1. O encontro pessoal com o Senhor na oração, nos sacramentos, na Palavra, na leitura crente e cristã da realidade, na estreita solidariedade com os pobres, a comunidade, a história eclesial e escolápia e o empenho pessoal.

2. Um estilo de vida a partir das chaves do Evangelho, seguindo Jesus, procurando sempre a vocação a que Deus nos chama e adaptando a nossa vida à sua proposta numa atitude de conversão permanente.
3. A formação humana, cristã e escolápia que nos permite dar razão de nossa esperança e encarnar valores cristãos e escolápios enquanto crescemos como pessoas.
4. Serviço ao próximo e empenho na construção do Reino de Deus, especialmente com os mais necessitados, a partir das intuições de Calasanz.
5. Compartilhar o seguimento de Jesus e todos os aspectos da vida com os irmãos e irmãs em pequenos grupos e comunidades em clara comunhão com as Escolas Pias e com toda a Igreja.
6. Tudo isso ao estilo de Calasanz, cujo estilo de vida, espiritualidade e missão marcam todos os elementos acima.

Por isso, apelamos em diferentes épocas e idades para o desenvolvimento integral do ser humano desde a experiência, a vida em grupo e o seguimento de Jesus. Consideramos os grupos como espaços adequados para experimentar a vida plena a que Jesus nos convida. O grupo prefigura e antecipa a vida comunitária à qual o cristão é chamado e torna realidade a bem-aventurança do Evangelho.

O objetivo fundamental de todo trabalho pastoral é a evangelização, ou seja, a oferta do Evangelho como modo de vida e acompanhamento no crescimento da fé e no seguimento de Jesus. A partir dos grupos do Movimento Calasanz, oferecemos às crianças e jovens um processo pessoal de seguimento de Jesus que os leva a crescer como pessoas e cristãos, a partir de sua própria vocação e em uma comunidade específica, na Igreja e no mundo.

As etapas da juventude, a formação e identidade dos educadores, as experiências organizadas no processo, os modelos de referência, a avaliação permanente com as melhoras oportunas... são elementos fundamentais para um Movimento Calasanz bem orientado.

Temos como referências fundamentais

- O site internacional do Movimento Calasanz: <https://movimientocalasanz.org/>
 - O ideário do Movimento Calasanz: <https://movimientocalasanz.org/wp-content/uploads/2021/11/IDEARIO-MCAL.pdf>
 - O livreto das Diretrizes do Movimento Calasanz no Brasil, sempre atualizado.
- No Brasil, queremos tornar realidade esse modo de vida na seguinte proposta de grupos e etapas:

8.2. Nomenclatura das etapas

Adotou-se uma nomenclatura bíblica, como foi recomendada para as presenças da América Latina no Encontro de Bogotá, em fevereiro de 2012. A partir das localidades, a relação entre as idades e os nomes aplicados pode variar, em termos, de uma presença para outra.

- Belém. Quatro e cinco anos (aproximadamente). Cor: Amarelo. Símbolo: Estrela. Etapa do nascimento da fé, da esperança. Nesse ciclo, as crianças começam a ter as primeiras experiências de Deus, criador da vida. A estrela também está associada com o despertar (nascimento) da fé de cada criança.
- Galileia. Seis e sete anos (aproximadamente). Cor: Azul. Símbolo: Barco. Etapa de encontro, de festa para celebrar a vida e a amizade. Introduzir a criança numa bonita experiência de criar vínculos e relações de pertença.
- Betânia. Oito e nove anos (aproximadamente). Cor: Verde. Símbolo: Casa. Nessa etapa, cada criança pode encontrar o seu espaço para construir e fortalecer seus laços de amizade, os catequizandos vivenciam as experiências de Jesus, o sonho de caminhar numa comunidade de verdadeiros amigos inspirados pelos valores cristãos.
- Emaús. Nove, dez e onze anos (aproximadamente). Cor: Branco. Símbolo: Pés no caminho. O objetivo deste grupo é Despertar o compromisso para seguir, se pôr a caminho com Jesus. Valorizar um olhar mais acolhedor e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de cultivo da maturidade e do compromisso de celebrar e participar da vida de fé da comunidade.
- Jerusalém. Onze, doze, treze e quatorze anos (aproximadamente). Cor: Laranja. Símbolo: Mochila com uma cruz. O objetivo desta etapa é cultivar no adolescente o compromisso com os demais e a construção de sua própria identidade e liberdade a partir da bagagem que vem adquirindo ao longo da vida e de todo o processo de grupos.
- Pentecostes. Quatorze, quinze e dezesseis anos (aproximadamente). Cor: Vermelho. Símbolo: Chama de fogo. Esta etapa propõe o seguimento de Jesus, ao estilo de vida cristã e à pertença à igreja, como também o chamado vocacional e escolápio
- Juventude Escolápia. Acima de dezesseis anos. Cor: Preto. Símbolo: Logo da Ordem como um sol nascente, com as linhas nas cores do MC.

Fomentar o protagonismo juvenil desde a perspectiva cristã através do Movimento Calasanz, despertando no jovem sua capacidade de participar na Igreja e na sociedade plural, de acordo com os seus dons e talentos.

8.3. Projeto da Juventude Escolápia do Brasil

Para a caminhada do grupo da Juventude Escolápia, é proposto o objetivo geral: Oferecer aos jovens uma proposta de seguimento Jesus Cristo, em um processo vivencial e formativo de fé, em grupos, a partir do carisma escolápico, comprometidos com a transformação pessoal e da sociedade. Apoiados nos objetivos específicos: 1- Ajudar nossos jovens a desenvolverem sua pessoa de maneira integral, tornando sua vida um progresso contínuo de crescimento e amadurecimento humano, cristão e escolápico; 2- Compartilhar em grupo o modo de vida e seguimento a Jesus Cristo, ao estilo de São José de Calasanz; 3- Trabalhar as relações humanas, integrando fé e cultura, piedade e letras; 4- Levar os jovens participantes a entenderem-se a partir do conhecimento pessoal e da internalização, numa atitude de constante conversão; 5- Garantir um horizonte pastoral que seja coerente e fundamentado na consciência de que “JOVEM EVANGELIZA JOVEM”; 6- Oferecer ao jovem um espaço de crescimento espiritual e humano, através da partilha da vida; 7 - Potencializar e desenvolver os dons e carismas individuais a serviço do grupo e da missão escolápica; 8- Propiciar aos jovens experiências de voluntariado e missão em diversas plataformas sociais; 9- Oferecer a inserção na Igreja, na Fraternidade Escolápica ou na Vida Religiosa.

O projeto traz como elementos fundamentais: uma convocatória pessoal, personalizada e acolhedora; o protagonismo do jovem na própria caminhada de fé e da comunidade; o cultivo das dimensões: litúrgica, missionária e vocacional; momentos de oração (pessoal, comunitária e vocacional); um espaço de atualização social, incentivando o voluntariado; uma comunicação da presença de Deus na realidade humana, na Igreja e no carisma do nosso fundador Calasanz; espaços de recreação e lazer com a juventude; formações em três níveis: humana, cristã e escolápica; encontros semanais; atividades complementares, como: acampamentos, retiros, intercâmbios com outras realidades de grupos de jovens, participação em eventos da Juventude em esfera paroquial, diocesana, nacional e mundial; recursos e oportunidades de formação e aprendizado dos próprios jovens; representação juvenil nos órgãos de decisão da vida comunitária, paroquial e da presença; uma equipe de articulação local e do Brasil

Trabalhar em chave vocacional. O itinerário da juventude escolápia conta com um acompanhamento processual específico para cada uma das três etapas. Certamente, essa caminhada de formação juvenil que propomos não está engessada, mas deve ser flexível a partir da realidade dos grupos.

- Primeira etapa da juventude 16-18 anos. Trabalhar desde opções de vida, desde o conhecimento de si mesmo; construção do projeto pessoal; os grandes valores cristãos, amor, fé e esperança; o valor dos sacramentos; a imagem de Deus; experiência da comunidade; história de Calasanz; dimensão da vida cristã (testemunho, liturgia, serviço e comunhão). Para cultivar a Missão: Proposta de missão centrada na realidade da presença local, colaborando nas campanhas da paróquia e Itaka Escolápios (Projeto Landriani).
- Segunda etapa da juventude 19-21. Trabalhar o projeto de vida; a relação com Deus; o seguimento a Jesus; vida, espiritualidade e missão de Calasanz; ser escolápio desde a juventude, desde o escolápio leigo ou religioso; a missão dos escolápios. Para cultivar a Missão: Proposta de experiência de missão em outra presença escolápia no Brasil.
- Terceira etapa da juventude 22-24... Trabalhar a temática relacionada à comunidade cristã: identidade, amor, participação, vocação, missão; organização, construção do reino desde o ser escolápio; compromisso na Escola Pia a partir da fraternidade ou a vida religiosa.
- Para cultivar a Missão: Envio para fora do Brasil por um mês com objetivo de discernimento vocacional (Projeto Landriani).



8.4. PROJETO LANDRIANI: JUVENTUDE ITAKA-ESCOLÁPIOS

Este projeto visa consolidar um caminho por meio do protagonismo juvenil e sua ação, unidos à demanda social de nossas realidades, por meio das Escolas Pias, em comunhão com as plataformas de missão do Movimento Calasanz e Itaka-Escolápios, estabelecendo, assim, experiências de voluntariado e ação social.

Como José de Calasanz, há quatro séculos, os Jovens agentes Escolápios assumem a realidade de viver em cada lugar, como um chamado de Deus que faz uma reivindicação, especialmente presente na situação das crianças e jovens mais pobres. Na vida de São José de Calasanz, um jovem o marcou de maneira sem igual. Trata-se de Glicério Landriani. O jovem, que vestiu a batina em 2 de julho de 1617 e teve como mestre de noviciado o Beato Pedro Casani, morreu no fim de sua juventude, no dia 15 de fevereiro de 1618, aos 30 anos e, segundo o próprio Calasanz, “em opinião de santidade”. Estimado por todos, mas com uma frágil saúde, Glicério se entregou a uma vida de mortificações e foi extremamente obediente; um jovem que foi um catequista extraordinário dentro e fora das Escolas Pias.

É por isso que esse Projeto, tendo em vista o exemplo deixado por Landriani, levará particularmente em consideração os seguintes elementos: 1- As necessidades de meninos, meninas e jovens, bem como da realidade que os cercam. 2- As aspirações dos próprios Jovens e, por meio disso, seu testemunho entusiástico e corajoso. 3- A missão confiada pela Igreja através do Carisma Escolápio.

Objetivos: 1) Descobrir a vocação, o lugar no mundo, o que Deus quer de nós. 2) Responder com a prática a partir da necessidade local (eclesial e social). 3) Ser pessoas de futuro. 4) Ter uma Escola Pia mais solidária, mais jovem. 5) Ser jovem educador de jovens. 6) Fazer uma experiência de reavaliação das opções pessoais que possam conduzir a um compromisso de discípulo-missionário de Jesus Cristo através dos preferenciais do Reino.

Método. Através de atividades periódicas, serão realizados encontros formativos para desenvolver a criação de identidade escolápio e atividades práticas a partir da realidade de nossos bairros. a partir da seguinte programação:

Identidade Itaka-Escolápios: Valorizar Itaka-Escolápios como espaço de missão compartilhada entre a Ordem e a Fraternidade; criação de identidade, uso do logo, valorizando o voluntariado; formações sobre a rede internacional

e contatos com outras presenças escolápias; oferecer aos jovens um espaço de compromisso de acordo com o grau de pertencimento de cada um; desenvolver um sentimento de pertença ao Movimento Calasanz e à rede Itaka.

Formação em: Cristologia; Eclesiologia; Bíblia e Espiritualidade; Juventude, comunicação e novas mídias; Metodologia de convocatória e trabalho social com a juventude; Direitos humanos (especialmente da Criança e do Adolescente); Projeto Pessoal de vida; Pastoral vocacional Escolápia.

Identidade: Presença Escolápia no Brasil e no Mundo; Apresentação da vida, carisma e missão de Calasanz; Conhecendo a missão escolápia (geografia, estruturação, obras e campos de atuação); Contato com outros jovens de outras demarcações; Compreender a Ordem, Fraternidade, Movimento Calasanz e Itaka-Escolápios.

Atividades

- **Voluntariado:** Desenvolver a aptidão para o voluntariado na Obra Social, na Paróquia e no Colégio.
- **Colônia de Férias:** Realizar nos meses de recesso escolar atividades de colônia de férias com as crianças e adolescentes dos nossos bairros.
- **Experiência SAL:** Preparar os jovens para a Experiência SAL para ter um mês de vivência escolápia em outro país, compartilhando fé, vida e missão com os escolápios locais. Critérios de participação: maior de 21 anos, engajamento na Juventude Escolápia e nas ações do Projeto Landriani, ter conhecimento básico da língua estrangeira, exercer o voluntariado na própria presença e outras atribuições que serão analisadas por aqueles que competem.
- **Campanha de solidariedade Itaka-Escolápios:** A ideia principal da campanha de solidariedade está na importância e urgência da missão escolápia com os jovens, tendo como parte fundamental o Movimento Calasanz; impulsionar a solidariedade para com aquelas pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade, excluídas ou descartadas; colaborar com a rede Itaka-escolápios promovendo ações que visam responder as necessidades educacionais e sociais da missão escolápia em todo o mundo.

A equipe de articulação do Brasil, se organiza com as reuniões periódicas on-line a cada três meses e duas reuniões por ano, para acompanhamento do planejamento do ano, proposto pela equipe.

A equipe demarcacional está sempre se organizando, para oferecer apoio e materiais para as articulações da província, como destaque para o Curso do Movimento Calasanz, divididos em cadernos com 10 módulos de temas formativos: 1 - Enraizados em Calasanz 2 - O carisma escolápio e o Movimento Calasanz 3 - O perfil do animador do MC 4 - Promovendo a Cultura Vocacional 5 - Pedagogia vocacional 6 - Acompanhamento dos processos 7- Pedagogia espiritual 8- Comunidade cristã escolápia 9 - Compromisso social 10 - Liderança e organização.

Incentiva também a organização dos grupos juvenis do MC das províncias, a partir das mídias escolápias para integração e compartilhamento de caminhadas dos jovens, através de representante das províncias formando a equipe juvenil demarcacional. Um instrumento muito importante nesta área é a RPJ- Revista de Pastoral Juvenil, que é disponibilizada digitalmente cada mês, com específico conteúdo para os jovens.



9. PASTORAL VOCACIONAL ESCOLÁPIA

9.1. Justificativa

1. A Congregação Geral das Escolas Pias apresenta, no ano de 1992, no Diretório Escolápio da Pastoral Vocacional, as políticas aprovadas pelo Capítulo Geral referente à PVE que, hoje em dia, têm vigência e são referência fundamental:

- a. A pastoral juvenil é premissa necessária da Pastoral Vocacional Escolápia (PVE).
- b. A PVE será prioridade nas programações das comunidades e obras. E cada demarcação elaborará sua programação específica anual.
- c. A chamada mais eficaz à vocação escolápia é a vida, a alegria e o comportamento apostólico dos nossos religiosos e comunidades.
- d. É necessário chamar explicitamente aos jovens a viver a fé comprometidamente, sobretudo no campo próprio de nossa missão.

e. A PVE tem que estar inculturada nos distintos países.

f. Temos que assegurar o seguimento e acompanhamento dos que mostrem indícios de vocação.

2. A identidade da vocação escolápia é definida desta forma pela FEDE : “O mesmo Espírito Santo que guiou a São José de Calasanz na compreensão de sua vocação e na resposta a dar, é quem tem suscitado que também outras pessoas posteriormente elegeram o estilo de vida, expressado nas Constituições e nas Regras da Ordem, com admiráveis frutos de santidade. Também hoje nossos candidatos são conduzidos pelo Espírito de Deus, para se configurarem plenamente com Cristo seguindo a experiência de nosso Fundador e segundo a forma de vida religiosa escolápia aprovada pela Igreja”.

3. A Pastoral Vocacional Escolápia deve “ser feita a partir da visão da Igreja como um povo de servidores, dentro do pluralismo das vocações, ministérios e carismas”. “A Pastoral Vocacional deve ser encarnada na realidade. E por isso mesmo deve se diversificar, adequando-se à peculiaridade das situações e às necessidades concretas da Igreja local, das comunidades e do povo. Deve se acentuar que tanto o apelo interior de Deus quanto o chamado oficial da Igreja, atendendo às necessidades do povo, são elementos constitutivos da vocação”.



9.2. Marco referencial: nossas opções de base

9.2.1. A prioridade da PVE

4. A pastoral vocacional se encontra no centro da vida da comunidade escolápia. Por isso, cada Escolápia se compromete a oferecer às crianças e jovens que se encontram com ele o tesouro da vocação que tem descoberto.

5. Para que funcione de forma dinâmica e ordenada, é necessário que a PVE conte com um coordenador responsável pela mesma e semiliberado, a fim de acompanhar os grupos vocacionais e cada Vacionado, em concreto.

6. Esse trabalho deve ser realizado a partir de uma Equipe que articule a PVE de toda a Província, tanto em nível de área Brasil quanto local.

7. A Congregação Provincial definirá a dotação orçamentária anual destinada ao trabalho vocacional para investir em: materiais de convocatória, viagens, retiros, campanhas etc. Também se preocupará em oferecer uma infraestrutura que atenda às necessidades da PVE.

8. Também a PVE se constitui como uma das prioridades da Fraternidade Escolápia; os leigos escolápios são ‘sujeito’ na evangelização a partir do carisma calasâncio; por isso, chamados a se comprometer e trabalhar na estrutura e nas plataformas da PVE.

9.2.2. Fomentando uma cultura vocacional

9. Toda ação pastoral tem que ser vocacional, enquanto conduz progressivamente cada pessoa ao encontro com o mistério de Deus e com seu desígnio de salvação, para assumi-lo livremente como projeto da vida. Nesse sentido, a PVE é objetivo central de toda pastoral geral enquanto encaminha o jovem para a experiência e para a resposta viva e pessoal a Jesus Cristo, no seio da comunidade cristã (cfr. DEPVE, nº 8).

10. A Pastoral Vocacional Escolápia não funciona como uma atividade isolada em nossas obras. Ela deve estar articulada com toda a dinâmica pastoral que empreendemos, atuando transversalmente em todas as pastorais, catequese, matérias de escola e demais.

11. Entendemos por cultura vocacional um “conjunto coerente e partilhado de maneiras de pensar, sentir, atuar e celebrar que criam o ambiente necessário, para que as pessoas descubram sua vocação específica dentro da vocação cristã”.

12. Essa cultura é criada e difundida por toda a comunidade cristã. Animada pelos Escolápios, a ação pastoral é desenvolvida buscando que cada criança, adolescente e jovem reflita sobre o seu papel na Igreja e na sociedade. Uma vez assumido viver desde Cristo, contagie as demais pessoas com a sua vida, criando cultura vocacional.

²⁰Diretório Escolápio de Pastoral Vocacional (p. 6)

²¹Neste Estatuto, focamos a vocação escolápia enquanto chamado à vida religiosa. FEDE, nº 12.

²²Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. “Vida e ministério do presbítero na PV”. Documento aprovado pela 19ª Assembleia de CNBB. Itaiç, 26 fevereiro de 1981. A CNBB compreende que o trabalho vocacional deve ser conduzido desde o SAV (Serviço de Animação Vocacional).

²³Op. cit. Ver o documento em sua “III parte: pistas para a ação” (Diretrizes gerais).

13. Cada religioso e comunidade se sentirão responsáveis de colaborar no nascimento e amadurecimento das vocações; busquem atender, com dedicação especial, individual e em grupo, àqueles que manifestem indícios de vocação (cfr. R. 146).

14. A equipe de PVE local buscará a forma de trabalhar criando cultura vocacional e estruturas em todas nossas obras: colégios, paróquias, centros sociais, escolas de aprendizagem e outras; procurando o lugar de cada um neste mundo desde a fê.

9.2.3. O jovem no centro da PVE

15. O trabalho vocacional não pode ser desarticulado dos contextos vitais do Vacionado, mas deve perpassar toda a sua vida. A final, o vacionado é o centro da PVE.

16. Busca-se a centralidade do jovem, com seu processo humano, espiritual e eclesial próprios. Dessa forma, o trabalho vocacional se adapta à realidade de cada jovem.

17. Isso acontece porque não somos nós que escolhemos os jovens, mas eles que, nos conhecendo, optam em abraçar nossa vida; cabe a nós a preciosa tarefa de acompanhá-los e ajudá-los no discernimento.

9.2.4. Comunidades religiosas abertas e acolhedoras

18. Os religiosos, as comunidades religiosas e a Fraternidade são, sem dúvida, as mediações mais importantes na PVE. Na Ordem, a tarefa vocacional é realizada em níveis e responsabilidades diferentes, mas o fundamental está naquilo que somos e no testemunho que damos da nossa identidade. É a nossa vida e a felicidade profunda, antes de tudo, o que mais interroga (cfr. DEPVE nº 16)

19. Toda comunidade religiosa escolápia deve ser um espaço fecundo de acolhida e abertura aos jovens que vêm para nos conhecer. O intuito é que cada Comunidade Escolápia pense desde o eixo Vocacional, incluindo-o dentro do seu planejamento anual.

20. “Ninguém ama aquilo que não conhece”, portanto é fundamental que os jovens nos conheçam desde dentro. É indispensável que a comunidade religiosa esteja sempre aberta aos Vacionados.

21. Cada comunidade religiosa escolápia deve programar momentos e atividades de inserção dos jovens na vida comunitária (momentos de oração comunitária, refeições, lazer etc.).

22. Convém também que a caminhada do Grupo Vocacional local seja avaliada periodicamente pela comunidade religiosa.

23. Os candidatos da “G. 20.” (G = Geração Escolápia) são os principais destinatários dessa nossa abertura de vida. Importa que a comunidade local esteja atenta às suas inquietudes e questionamentos.

24. Para alguns casos concretos, será solicitado ao Vocacionado que more ou passe momentos mais prolongados na comunidade religiosa. Assim, dar-se-á o conhecimento mútuo anterior ao ingresso no pré-noviciado.

9.2.5. PVE assumida de forma colegiada e comunitária

25. A colegialidade significa que, embora exista um Coordenador nomeado pelo Superior, todos os Escolápios religiosos e leigos, se sentem co-responsáveis nas decisões. Afinal, não se trata de uma delegação do trabalho, mas de um compromisso vocacional assumido e partilhado por todos.

26. A PVE deve ser também comunitária, ou seja, todo Escolápio está chamado a implicar-se diretamente no trabalho vocacional e a partilhar a vida dos Vocacionados no âmbito comunitário.

9.2.6. PVE flexível, contextualizada, orgânica e articulada

27. A realidade social e familiar atual é muito complexa e volátil. Exige que tenhamos processos institucionais flexíveis e adaptados ao contexto de cada Vocacionado. Não se pode funcionar com uma estrutura rígida e uniforme.

28. É preciso, portanto, que cada Escolápio conheça e esteja atento às transformações culturais e sociais de nosso tempo. Assim, não se comete o equívoco de pensar que um jovem não tem vocação simplesmente porque -a priori- não possui alguns elementos do nosso estilo de vida.

29. Flexibilidade não só para com os jovens que participam do AVE, mas também para aqueles jovens que, em algum momento, participaram conosco e/ou vocações adultas. É importante que a PVE esteja atenta e acompanhe a vida deles, sobretudo, se são jovens em situações especiais.

30. A fim de evitar elementos que possam travar a PVE (absentismos, individualismos, improvisações constantes, dependências pessoais etc.), é preciso assumir um estilo de trabalho orgânico e bem articulado com os

demais trabalhos que desenvolvemos.

31. Nesse sentido, o trabalho a ser desenvolvido deve conter os seguintes elementos: planejamento, programação anual provincial e local, avaliação contínua, definição concreta de funções e responsabilidades, sistematização e método de trabalho.

9.2.7. PVE que educa, acompanha e forma através do AVE

32. O AVE é um método espiritual enquadrado dentro do âmbito da Teologia Espiritual; portanto, tem objetivos, etapas e metodologias de trabalho próprios. O AVE oferece uma proposta vocacional escolápia feita a partir de um método e conteúdo sistemáticos.

33. A proposta do AVE pretende auxiliar o Vocacionado a conhecer-se melhor e orientar sua vida em função da experiência vocacional do chamado de Deus.

34. Muitos jovens são acompanhados e participam dos encontros do AVE. No entanto, poucos são os que entram no pré-noviciado. Acredita-se que a experiência de participação nos grupos vocacionais é fundamental na vida do jovem que necessita orientar sua vida.

35. Os encontros vocacionais são organizados de tal forma que proporcionem, tanto para o jovem em acompanhamento quanto para o novato, uma experiência que o leve a rezar, pensar e refletir sua vida e vocação.

36. Importa que o AVE forneça essa formação, acompanhamento e orientação na vida do jovem. Dessa forma, mesmo não sendo religioso Escolápio, o jovem se encontrará melhor preparado para a vida, buscando discernir em cada evento a vontade de Deus. O Carisma Calasancio já está semeado.

9.2.8. Articulação entre o Movimento Calasanz a PVE e a FI

37. A Pastoral Vocacional Escolápia deve manter uma relação muito estreita com o trabalho pastoral com jovens e com a Formação Inicial.

38. Essa relação se dá, sobretudo, através do envolvimento dos Formandos na dinâmica vocacional. Eles não só animam a vida dos Vocacionados, como organizam e participam nos encontros vocacionais.

39. Para conseguir os objetivos da PVE, são necessários ambientes juvenis cristãos, uma pastoral de crianças, adolescentes e jovens bem articulada desde

²⁵É o grupo específico de jovens Vocacionados que cada ano se forma e que são preparados intensamente para o ingresso ao pré-noviciado.

o Movimento Calasanz. A pastoral juvenil e a PVE estão intimamente unidas. A pastoral é completa e eficaz se abrir cada pessoa para as diferentes opções e vocações cristãs específicas.

40. Importa que os Escolápios se façam mais presentes em todas as atividades desenvolvidas com os adolescentes e jovens, especialmente no Movimento Calasanz. Dessa forma, damos testemunho de nossa vida e animamos os jovens a inquietar-se vocacionalmente.

41. Os responsáveis pelo trabalho vocacional busquem estar em sintonia com os Formadores, principalmente com os da etapa do pré-noviciado. Assim, estabelece-se um itinerário gradativo de acompanhamento da vida do jovem e do seu processo de amadurecimento vocacional.

42. Os Formadores, na medida do possível, participem nos encontros vocacionais, estabelecendo estreita relação com os Vocacionados e com a dinâmica da PVE.

43. É importante assumir que a FI é processual, sem confundir as etapas de amadurecimento do jovem. Não podemos pedir a um jovem que está concluindo o AVE que apresente características de um formando já inserido na FI.

44. A equipe da PVE provincial buscará os meios para articular-se com o Movimento Calasanz e com a Fraternidade Escolápia.

45. A equipe local de PVE programará a articulação com:

- a. A pastoral diocesana, e especificamente com a PV Diocesana.
- b. A pastoral de nossas paróquias e a equipe de PV onde houver.
- c. A equipe de pastoral de nossas obras.

9.3. Estrutura da PVE no Brasil

46. A Pastoral Vocacional não deve ser vista como uma atividade a mais no labor pastoral. Ela deve ser compreendida como uma atitude permanente do Escolápio que, se sentindo realizado em sua vocação dentro da Ordem das Escolas Pias, deseja compartilhá-la com outros que levarão a missão adiante e perpetuarão o sonho de Calasanz na história.

9.3.1. Agentes e estrutura da PVE

47. Por Agentes, entendemos todos aqueles que realizam algum tipo de trabalho concreto dentro da Pastoral Vocacional. Nesse amplo marco, cabem desde aqueles que se dedicam a orar constantemente pelas Vocações, até aqueles que desempenham uma tarefa estritamente vocacional, como preparar ou animar alguns dos Encontros Vocacionais; podem ser leigos ou religiosos, jovens ou adultos. Busca-se que atendam aos seguintes pressupostos:

- a. Participar ativamente e ser conhecido dentro das Comunidades.
- b. Saber trabalhar em equipe.
- c. Sentir-se identificado com o nosso jeito de ser e de trabalhar, sem criar linhas paralelas.
- d. Realizar um labor Vocacional amplo e aberto.
- e. Cuidar da própria formação no tema Vocacional, participando de cursos, leituras, aprofundando na vida da Igreja brasileira, e da própria comunidade eclesial etc.

48. Ainda que a Pastoral Vocacional Escolápia comporte um grande número de agentes nos mais diversos âmbitos e ser ela de responsabilidade de todo Escolápio, por pertencermos a uma estrutura, ela exige de nós diferentes níveis de responsabilidades e funções. Assim, na Província do Brasil, a PVE se estrutura da seguinte forma:

- a. Pe. Provincial e Congregação.
- b. Coordenador e Equipe de PVE da Província (nomeados pelo Pe. Provincial).
- c. Responsáveis da PVE de cada lugar: Belo Horizonte, Governador Valadares e Serra.
- d. Comunidades Religiosas Escolápias.
- e. Fraternidade Escolápia.

Pe. Provincial e Congregação

49. O Superior Maior é o primeiro responsável pela PVE em sua demarcação. Ele deve ser o animador e promotor da PVE de acordo com o que dispõem nossas Constituições e Regras. Segundo o Diretório Escolápio de Pastoral Vocacional (cfr. DEPVE, n. 29), ele tem a função de:

- a. Fomentar a oração constante pelas vocações;
- b. promover a colaboração vocacional com o clero diocesano e com outros religiosos;
- c. contribuir para criar uma vida comunitária acolhedora;
- d. animar a participação de todos na PVE;
- e. preocupar-se pela pastoral da juventude em nossas obras e grupos de vida e de apostolado;
- f. zelar para que não falte a orientação vocacional em nossa ação pastoral educativa;
- g. interessar-se pelos grupos e pelos jovens que mostram sinais de possível vocação específica;
- h. aceitar e receber os candidatos em nossas comunidades;
- i. dedicar, no orçamento anual da demarcação, a quantidade adequada para a PVE (R. 148).

Coordenador e Equipe de PVE da Província (área Brasil)

50. O Coordenador e a Equipe de PVE são nomeados pelo Superior Maior da demarcação. Eles têm a função de planejar, animar, desenvolver e dimensionar a PVE da Província. A Equipe está formada pelo Coordenador Provincial e pelos responsáveis da PVE de cada lugar (Belo Horizonte, Governador Valadares e Serra).

51. O Coordenador provincial é o promotor executivo da PVE na Província (área Brasil). Suas funções:

- a. Conscientizar religiosos e comunidades sobre suas responsabilidades institucionais a respeito das vocações;
- b. dinamizar as equipes e o trabalho local da PVE;
- c. preparar com eles a programação da PVE e apresentá-la à aprovação dos Escolápios;
- d. colaborar em programações e atividades vocacionais, diocesanas e religiosas;
- e. ajudar as equipes locais de PVE na elaboração das próprias programações;
- f. revisar e avaliar as programações locais e da demarcação;

- g. orientar e acompanhar os que trabalham nesse campo e fornecer-lhes materiais adequados;
- h. garantir o AVE de cada jovem Vacionado (cfr. DEPVE, n. 30);
- i. marcar os encontros da equipe de PVE;
- j. zelar para que os Grupos Vocacionais sejam bem acompanhados;
- k. criar material de PVE para os Grupos Vocacionais e para o AVE pessoal;
- l. acompanhar e orientar os retiros, convivências e outros eventos vocacionais Escolápios;
- m. apresentar ao Pe. Provincial os candidatos preparados e acompanhados pela PVE para iniciarem o Pré-noviciado.

52. As funções dos coordenadores locais da PVE, realizadas junto aos demais Escolápios da Comunidade Religiosa, são:

- a. Animar os Grupos Vocacionais de cada lugar;
- b. planejar e desenvolver a programação da PVE em cada lugar;
- c. possibilitar a presença dos Vacionados na Comunidade Religiosa;
- d. convocar jovens nos colégios, paróquias, para participarem de retiros e do Grupo Vocacional local;
- e. acompanhar retiros, convivências e outros eventos vocacionais.

Comunidade Religiosa Escolápia

53. Estamos cientes de que a mediação mais forte para o trabalho Vocacional é a nossa vida pessoal e comunitária. Vida manifesta na cordialidade e carinho entre os Religiosos, no trato acolhedor para com os meninos e jovens, na oração e vida interior de cada um e da Comunidade e no entusiasmo e ardor apostólico da nossa missão.

54. Quando expressamos assim nossa vida, é ela mesma quem fala bem alto para esses jovens nos quais se encontra a semente da Vocação. Eles facilmente percebem, no seu interior, a atração suscitada pelo Espírito de Deus quando nos descobrem felizes por viver uma Vocação de serviço e entrega. Com certeza, o coração da nossa vida pessoal e comunitária é o primeiro espaço onde Deus mesmo faz germinar uma Vocação Escolápia.

55. Cada comunidade deverá incluir no orçamento anual um valor dedicado à PVE.

Fraternidade Escolária

56. A Fraternidade Escolária está chamada a vincular-se intensamente no trabalho da PVE, especialmente no espaço local, onde podem divulgar e convocar os eventos vocacionais, assim como animar e orientar aqueles jovens nos quais se percebem sinais vocacionais.

9.3.2. Programação e avaliação

57. A programação e a avaliação são dois instrumentos de trabalho fundamentais dentro da PVE. Ajudam a planejar as ações, distribuir funções, e gerir com maior eficácia o trabalho vocacional.

Programação

58. Na assembleia provincial, que acontece no final ou início de cada ano, o Coordenador da PVE, com a Equipe, deve apresentar a programação anual da PVE, antes da sua redação definitiva. Nela deve constar:

- a. Coordenador provincial da PVE e Equipe da PVE;
- b. coordenador de cada lugar (Belo Horizonte, Valadares e Serra);
- c. calendário de reuniões da Equipe de PVE;
- d. objetivos que o Coordenador e a Equipe se propõem;
- e. pessoas responsáveis pelo acompanhamento de Vocacionados de outras cidades;
- f. material catequético e pastoral disponível e o que deve ser preparado;
- g. recursos materiais e econômicos disponíveis de acordo com o respectivo orçamento aprovado. (Cfr. DEPVE, n. 33).

Avaliação

59. No mesmo encontro de Província, o Coordenador e a Equipe de PVE entregarão à assembléia provincial a avaliação da PVE do ano, incluindo nela:

- a. O andamento dos Grupos Vocacionais.
- b. A apresentação geral dos candidatos ao pré-noviciado.
- c. O relatório de todas as atividades vocacionais realizadas.
- d. O balanço de receitas e despesas da PVE e o orçamento do ano seguinte.

9.4. Anexo. Itinerário do AVE

60. Por itinerário, compreendemos o caminho que realizamos para desenvolver o AVE (Acompanhamento Vocacional Escolápio). Ele se define a partir de suas características, etapas e a psicopedagogia usada para seu desenvolvimento.

CARACTERÍSTICAS DO AVE

61. Personalizador

- a. O jovem Vacionado não pode ser considerado como alguém anônimo; o reconhecimento desse jovem como pessoa concreta, indivíduo com suas circunstâncias, dificuldades, problemas, valores, histórias vitais que carrega, possibilidades, sonhos e esperanças,... é a primeira nota característica do “Acompanhamento Vocacional Escolápio”.
- b. Personalizador não é simplesmente algo feito ‘em nível pessoal’, ‘a sós com ele’; personalizador também significa que a capacidade de crescimento e amadurecimento é uma tarefa principalmente dele; o maior e melhor especialista dele deve ser ele próprio, assumindo esse compromisso com sua pessoa.
- c. Personalizador aponta, também, a grande tarefa à qual todo ser humano está chamado: a tarefa de se tornar ele próprio, um ser adulto, autêntico, livre e autônomo. O processo do AVE ajuda de forma única a que cada jovem seja ele mesmo: “torna-te aquilo que tu és”.

62. Integrador

- a. O ser humano é uma unidade pessoal, sabendo que tudo tem a ver com o todo da realidade pessoal.
- b. O “Acompanhamento Vocacional Escolápio” não se limita a um só aspecto da vida do jovem Vacionado, senão que abrange a pessoa completa dele: seus âmbitos, riquezas, pulsões, histórias e dinamismos.
- c. O AVE pretende levar o jovem a descobrir e vivenciar a Jesus Cristo como Senhor e centro de sua vida e da história. Aquele que lhe propicia a mais profunda integração da sua pessoa.

63. Progressivo, sistemático e gradual

- a. O amadurecimento da Vocação é lento; o “Acompanhamento Vocacional” respeita os ritmos de cada jovem e suas possibilidades reais; ao mesmo tempo, espera por aquilo que foi solicitado ao jovem.

- b. Progressivo: o itinerário como processo (início, etapas, fim) transmite a experiência de caminhar e de crescer; o jovem está chamado a perceber e experimentar suas mudanças e transformações.
- c. Sistemático: ordenado; seguindo um método e programação; sem deixar as coisas à boa vontade ou à improvisação.
- d. Gradual: de menos para mais; de pouco para muito; partindo sempre da realidade concreta e vital do jovem; situando-se a partir da afirmação de que o jovem é muito mais importante que suas opções.

ETAPAS DO AVE

A PVE em função das etapas cronológicas

64. Etapa de convocatória (“suscitar e propor”). Etapa da convocação e dos primeiros passos. Objetivo: chamar .

- a. É preciso que seja bem realizada, esclarecida, convocando para participar de Retiros Vocacionais ou para formar parte dos Grupos Vocacionais Escolápios.
- b. Temos que convocar explícita e convencidamente aos jovens para participar da PVE nessa etapa simples, de primeiros contatos, conhecimento mútuo etc.
- c. Importância dos primeiros laços afetuosos com o Escolápio e com a vida Escolápia.

65. Etapa de acompanhamento (“discernir e selecionar”). Etapa do autoconhecimento e do Projeto de Vida. Objetivo: educar . Essa etapa -normalmente- se completa e conclui no Pré-noviciado.

- a. O AVE se realiza através do acompanhamento grupal e pessoal.
- b. O discernimento dos sinais vocacionais e das motivações profundas é o centro do AVE, através da descoberta e desenvolvimento do ‘eu ideal’ em cada jovem.
- c. Etapa fundamental; pretende-se que o Vacionado possa chegar a um maior e mais profundo autoconhecimento.
- d. Primeira formulação do Projeto de Vida.
- e. Centrada na análise sistemática de quatro dinamismos que configuram uma opção Vocacional: coração, cabeça, capacidade e coragem.
- f. Importância nessa etapa do AVE pessoal e do Grupo Vocacional.

66. Etapa de formação (“acompanhar e formar”). Etapa de afirmação da identidade em Deus e no Reino. Objetivo: formar .

- a) A formação vocacional se desenvolve ao longo de todo o processo do AVE, desde o primeiro Retiro ou reunião do Grupo Vocacional, até o final.
- b) Destacamos a formação realizada nos encontros mensais. Encontra-se estruturada a programação de forma cíclica trienal para os encontros dos Grupos Vocacionais Escolápios.
- c) Também merece um destaque a formação que se desenvolve em cada Retiro, Convivência ou Semana vocacionais.
- d) A formação acompanha todas as etapas, desenvolvendo-se uma formação expressamente vocacional com os jovens que formam a “G 20.”.

A PVE em função da identidade vocacional

67. Em cada um dos momentos que se apresentam são desenvolvidos os três momentos anteriores: chamar - educar - formar, com ênfases diferentes. Se, na primeira fase, o acento forte é a educação vocacional, na segunda fase, o acento recai na formação vocacional.

68. Nível I ou fase primeira: Ser Vocacionado Escolápio.

- a. Chamar: Chamado amplo, em lugares variados. Convida-se para participar de um Retiro ou para formar parte do Grupo Vocacional.
- b. Educar: Através do AVE, inicia-se o processo de educação vocacional do jovem. A educação parte do ‘eu real’ e aponta para a descoberta e identificação do ‘eu ideal’; essa é a função educativa do AVE, realizada em âmbito pessoal e grupal. Nessa fase, o elemento educativo é o mais importante.
- c. Formar: A formação é algo muito inicial e simples. Consiste em que o jovem Vocacionado conheça um pouco e se sinta identificado minimamente com as características da vida e missão Escolápios.
- d. A essa fase, pertencem todos os Vocacionados. Chegam-nos com suas características culturais. É uma fase que pode demorar mais ou menos para cada jovem, dependendo de sua situação pessoal e de seu processo vocacional.

69. Nível II ou fase segunda: Ser “Geração Escolápia 20.”

a. Chamar: Chamado específico, dentro dos Grupos Vocacionais Escolápios, por serem o espaço normal e apropriado para o desenvolvimento da vocação. Mas, existem outros espaços eclesiais que favorecem o amadurecimento vocacional. Convida-se para formar parte da próxima “Geração Escolápia” àqueles que mostram sinais fortes de identidade vocacional. Muitas vezes, nem é necessário o convite, pois os processos humano, espiritual e vocacional do jovem levam-no a solicitar fazer parte da “G. 20.”.

b. Educar: Continua o processo educativo. Se ele é bem feito, se perceberá que o jovem Vacionado vai mostrando maiores elementos de amadurecimento. Esses traços de amadurecimento são os sinais vocacionais que nos indicam o momento certo para convidar um jovem a passar para esta segunda fase. Se deverá perceber, também, que o Carisma Escolápio, de alguma forma, está presente na interioridade do jovem.

c. Formar: É o elemento mais importante da segunda fase. Porque nela estão Vacionados que não se perguntam sobre o fato de ter ou não ter vocação, senão que se perguntam sobre a vida Escolápia: quais são nossas características, como é nossa missão, etc. Os elementos específicos de uma Ordem (pobreza - castidade - obediência - comunidade - ministério) são instrumentos válidos para formar. Nesta fase trata-se de que a forma de vida Escolápia seja vista pelo jovem como a forma de vida que ele deseja. Assim mesmo, deve expressar que quer se deixar guiar para adquiri-la. Forma parte dessa segunda fase um grupo pequeno e seletivo de vacionados que se constitui como “G. 20.”.

PSICOPEDAGOGIA DO AVE

Psicopedagogia em grupo

70. Grupo Vocacional Local:

a. Gera experiência de ‘sonho compartilhado’ (“não estou só!”).

²⁶Essa etapa se encontra expressa e definida no livro vocacional “Procurando minha estrela”, a partir da p. ⁴⁵.

²⁷Encontra-se expressa e definida no livro vocacional “Procurando minha estrela”, a partir da p. ⁵³. Essa etapa é a que melhor estruturação, conteúdo, metodologia e programação possui.

²⁸Essa etapa se encontra expressa e definida no livro vocacional “Procurando minha estrela”, a partir da p. ¹⁵⁵. Conteúdo mais apropriado para trabalhar com a “Geração 20.” e no Pré-noviciado, já que está baseado nos “Exercícios Espirituais” de Santo Inácio. Pretende oferecer os passos inicianos para uma boa escolha Vocacional, a partir da Palavra de Deus e dos sinais vocacionais.

b. Ajuda a conhecer muito mais o jovem Vacionado.

c. Espaço ideal para construir relações simétricas.

71. Programação anual:

a. É importante que a programação realizada no início do ano seja entregue para cada Vacionado.

b. Os encontros mensais se darão em cada Grupo Vocacional, seguindo a programação já definida.

c. Dois Retiros anuais para os jovens do Nível I e dois Retiros anuais com jovens do Nível II.

72. Semana Vocacional Escolária ou Acampamento Missionário:

a. Momento importante dentro da caminhada Vocacional dos Grupos e de cada menino. Momento ótimo para convocar novos Vacionados.

b. Uma semana com todos eles com diferentes tempos: espaços de oração pessoal; tempo de lazer e esporte; partilha por grupos.

73. A “Geração Escolária 20.” está formada por aqueles jovens que participam do “Acompanhamento Vocacional Escolário” e que reúnem as condições solicitadas pela Ordem para poder iniciar, no ano seguinte, o Pré-noviciado. Eis algumas das atividades mais importantes desenvolvidas no decorrer do ano.

74. Seguimento específico durante um ano:

a. Durante o ano que precede ao Pré-noviciado, a PVE oferece aos jovens que se encontram nessa etapa um acompanhamento especial e mais intenso.

b. O processo inicia-se no Primeiro Retiro Vocacional do ano; dentre os Vacionados participantes, e outros possíveis, forma-se o grupo chamado “G.20.”.

c. Requisitos para fazer parte do “G.20.”: estar participando do “AVE”; ter 17 anos ou mais; ter o segundo grau completo ou em fase de conclusão; ter vivência e compromisso eclesiais; oferecer sinais de amadurecimento vocacional; confirmado pelo discernimento de vários Escolários que acompanham a PVE.

d. A equipe de PVE definirá o calendário e cronograma específico para esse Grupo; nesta programação consta, entre outros momentos, um Retiro Vocacional no primeiro e outro no segundo semestre.



75. Etapa Intensiva Vocacional ou tempo de experiência dos Vocacionados da “G.20.”. Dois elementos fundamentais configuram essa etapa:

- a. Experiência de vida dentro de uma Comunidade Religiosa, para conhecer de perto a realidade de nossa vida e, ao mesmo tempo, receber atenção pessoal por parte dos Escolápios da Comunidade.
- b. Experiência densa de retiro (oração e convivência), como preparação para a entrada ao pré-noviciado.

Psicopedagogia pessoal

76. A entrevista:

- a. Ela é o ato concreto mediante o qual é realizado o AVE pessoal através de um encontro humano, vivo, cordial, afetuoso e espiritual.
- b. Ela é o meio que mais e melhores elementos pode oferecer para um bom conhecimento do candidato, assim como para verificar seu processo de amadurecimento humano, espiritual e vocacional.
- c. A partir do momento em que o jovem percebe que o Escolápio esforça-se por escutá-lo intensamente e situar-se em seu mundo, o jovem irá sentindo progressivamente sua unidade interior, como se uma ponte unisse as ilhas dispersas da consciência do ser humano.

77. O arquivo pessoal de cada Vocacionado é formado ao longo do processo completo do jovem: respostas às fichas, diário das entrevistas, cartas pessoais, dinâmicas de autoconhecimento etc. Esse arquivo é confidencial.

78. As Fichas Vocacionais se apresentam como um meio idôneo para a análise/verificação/conclusão dos diferentes dinamismos da personalidade do jovem. Abrangem aspectos da vida (família, sexualidade, afetividade, imagem de si, saúde, história Vocacional...) e são o conteúdo fundamental da entrevista.

79. O Projeto de Vida: O jovem Vocacionado, depois de ter participado durante um tempo no Grupo Vocacional -e tendo solicitado o “Acompanhamento Vocacional” pessoal- é situado na perspectiva do que significa viver a partir de um Projeto de Vida.

80. As leituras formativas: dentro do “Acompanhamento Vocacional Escolápio” formam um complemento muito interessante para o amadurecimento do jovem. São leituras que acompanham o processo pessoal do Vocacionado, aprofundando o momento vital/experiencial que está vivendo.

81. Dinâmicas/testes de autoconhecimento: São desenvolvidas com a ‘Geração

20.' uma série de dinâmicas que ajudam os Vocacionados a se autoconhecer formando parte, também, do conteúdo da entrevista pessoal.

82. O “Informe Vocacional” ou avaliação final

- a. No final do processo do “Acompanhamento Vocacional Escolápio”, se elabora uma avaliação do mesmo por parte dos dois (o Escolápio e o jovem).
- b. Esse “Informe Vocacional” tem como objetivo oferecer uma síntese final do processo para o candidato, marcando alguns pontos, áreas ou elementos que possam ser trabalhados posteriormente.
- c. Esse informe é apresentado pelo acompanhante ao padre Formador de Pré-noviços quando entrar no Pré-noviciado, de tal forma que possa continuar o acompanhamento iniciado.

10. PROJETO ESCOLÁPIO DE COLÉGIOS

10.1. Introdução

A escola cristã cuida para que, em seu caminhar, seja fiel a dois grandes critérios: a própria identidade como escola cristã, enraizada nas fontes do Evangelho e do carisma fundacional, e os desafios que a sociedade apresenta em cada momento e lugar, garantindo a continuidade do legado de São José de Calasanz, nosso Santo Padroeiro e a perpetuação de nossa instituição.

Calasanz queria alcançar dois grandes objetivos: a felicidade da pessoa humana e a transformação da sociedade, para que fosse mais justa, livre e igualitária. Dessa forma, os colégios escolápios procuram responder às questões da atualidade, desenvolvendo uma proposta acadêmica de excelência e cultivando valores e atitudes evangélicos, que abrangem uma educação integral, inspirados em nosso lema: “Educar, Evangelizar, Transformar”.

10.2. Identidade de um colégio escolápio

São José de Calasanz

José de Calasanz não é só importante como santo, ele também figura na história da humanidade como grande pedagogo. Como educador, ele foi o primeiro que valorizou a educação das crianças pequenas, desenvolveu o ensino básico, iniciou a educação popular, abre suas escolas de graça para todas as crianças, o centro da sua pedagogia era a criança e o jovem, as diversas dimensões e articula unitariamente os planos humano e espiritual. Foi pioneiro, também, na intuição do método preventivo na educação. Para isso, ele teve que desenvolver programas pedagógicos e formar educadores.



Escolas Pias

José de Calasanz iniciou a escola para as crianças pobres em 1597. Os colaboradores eram alguns padres e leigos. Quando passaram vinte anos e o fundador ia completar os sessenta anos, pensou na continuidade, expansão e futuro da escola que fundou. Era o ano 1617. O caminho mais natural na Igreja daquele tempo era fundar uma congregação ou ordem religiosa. Nasceram assim as Escolas Pias como congregação religiosa que, em 1621, transformar-se-iam em Ordem Religiosa com três pilares fundamentais: Educar, Evangelizar e Transformar a sociedade.

Missão da Escola Pia

Nós Escolápios, Religiosos e Leigos, a exemplo de Calasanz, nos sentimos enviados por Cristo e a Igreja a evangelizar Educando as crianças, jovens e famílias, especialmente pobres, para transformar a sociedade. Como Calasanz, procuramos, por meio dessa missão, a felicidade de cada criança e a construção de uma sociedade justa e solidária. “Na verdade, se as crianças, desde pequenas, forem diligentemente educadas na Piedade e na Ciência, pode se prever, confiadamente, um feliz transcurso de toda a sua vida” (Calasanz)

Missão do Colégio Escolápio

Evangelizar educando crianças, adolescentes e jovens, preferentemente carentes, e suas famílias, integrando fé e cultura, seguindo a inspiração de São José de Calasanz, para a transformação pessoal e da sociedade.

Visão

Ser um colégio Escolápio de reconhecida qualidade acadêmica e formação humana.

Valores

Justiça, Paz, Amor ao próximo, Solidariedade, Sustentabilidade, Acolhimento, Convivência e Autoconhecimento.

O Colégio Escolápio que queremos

a. Para nossos alunos

Educando-os na piedade e letras, integrando fé e cultura, para que sejam felizes em sua plenitude e contribuam para uma sociedade mais fraterna e justa.

b. Para a sociedade

Formando cidadãos transformadores, a serviço dos mais pobres e

necessitados e assegurando prestação de serviços de excelência, sendo pioneiros no mundo da Educação, como Calasanz.

c. Em relação aos nossos processos internos

Atualizando os processos pedagógicos, avançando tecnologicamente, aprimorando a gestão, tendo em vista maior eficiência.

d. Para as pessoas que conosco trabalham

Buscando a integração dos educadores na missão escolápio. Favorecendo o protagonismo e potencializando as virtudes, a serviço de uma sociedade em harmonia, justa e solidária.

e. Quanto à infraestrutura

Garantindo uma estrutura acolhedora, fiel ao carisma escolápio. Moderna e tecnologicamente atualizada.

A comunicação do colégio: comunicar para a missão

A comunicação permeia todos os âmbitos da vida da obra. Um colégio necessita cuidar, tomar consciência, articular e programar bem a própria comunicação em todas as direções, interna e externa. Faz-se conveniente que o colégio escolápio conte com profissionais especialistas nessa área, sempre coordenados pela equipe de titularidade.

Compromisso com o Pacto Educativo Global

O Pacto Educativo Global, convocado pelo Papa Francisco e assumido pelas Escolas Pias em todo o mundo, tem a finalidade de despertar e fortalecer a missão de educar a serviço da comunidade, engajando todos (família, escola, igrejas, sociedade civil, governos etc.) num esforço conjunto, a fim de se alcançar uma aliança educativa ampla, visando formar pessoas maduras, capazes de reconstruir o tecido relacional e criar uma humanidade mais fraterna, equitativa e solidária.

A Escola Católica deve plantar esperança, utopia de um mundo melhor. Colocando a pessoa e suas necessidades no centro do processo educativo. Garantindo o cuidado com as relações humanas essenciais.

Gestão por Resultados

Os Colégios Escolápios devem fomentar a gestão por resultados, com programações, reflexões, planejamentos e práticas educativas. Imbuídos do Carisma Escolápio, com a compreensão de que somos agentes transformadores, atuantes em mercados educacionais privados, com senso

evangélico social, mapeamos capacidades, oportunidades, pontos de melhoria e onde se deseja estar em tempo futuro. Para isso, traçamos objetivos claros, com metas, indicadores de acompanhamento, tudo com transparência; também favorecemos a formação contínua dos educadores, desenvolvendo a cultura de empoderamento participativo, criando sentimento de pertença, responsabilidade e engajamento de todos na busca dos objetivos traçados.

10.3. Sistema escolápio de educação

Em 2014, a Escola Pia no Brasil contabilizou importante momento para sua história, pois foi quando nasceu o Sistema Escolápio de Educação, entidade mantenedora de duas unidades educacionais: os Colégios Escolápios Ibituruna e São Miguel. O Sistema Escolápio de Educação apresenta, entre vários objetivos, a promoção da educação formal em todos os seus níveis, como também a educação profissionalizante, além de oferecer cursos, palestras, seminários, treinamentos, (re)qualificação profissional. E, para alcançar seus propósitos, estatutariamente, prevê que caberá ao Sistema Escolápio de Educação, dentre outros, continuar mantendo as unidades, filiais, estabelecimentos, obras, projetos e outros, restritos à sua estrutura organizacional.

10.3.1. Proposta pedagógica

Opção pedagógica

Cognitivismo: ensino focado no desenvolvimento de habilidades e competências.

Referências: LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), BNCC (Base Nacional Comum Curricular), DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio), Avaliações sistêmicas do MEC, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), outras provas ou simulados de origem externa.

Projeto Político Pedagógico: Para nós, Escolápios, muito mais que um documento obrigatório previsto na Lei de Diretrizes e Bases, o Projeto Político Pedagógico é compreendido como um texto que acata, interpreta e atualiza a concepção educativa de São José de Calasanz.

Definição da Matriz Curricular a serviço da proposta pedagógica em conformidade com a BNCC. Existe um esquema básico, de acordo com a LDB e com a exigência das universidades (provas de acesso) neste momento, principalmente, segundo a referência do ENEM (Exame Nacional do Ensino

Médio) criado em 1998. Fazem-se adaptações e ajustes de acordo com as necessidades do momento, a partir das avaliações acadêmicas dos alunos, analisando as fragilidades e a realidade de cada escola.

Educar por habilidades e competências

É necessário desenvolver a capacidade de aprender a resolver situações complexas, articulando os diversos saberes, para assumir positivamente os desafios que a vida apresenta de ordem profissional, social e em outros âmbitos. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação tem um compromisso com o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Dessa forma, as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências, por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” e, sobretudo, do que devem “saber fazer”.

Acompanhando os processos

Uma escola é muito mais eficiente quando aborda o uso de seus recursos e suas atividades de rotina como processos bem definidos, levando em conta tanto o ambiente externo como o interno. As programações, as reflexões e as práticas educativas precisam se tornar patrimônio do colégio, para avançar nos processos de melhoria e de maior qualidade da proposta conjunta. Todas as atividades vão se padronizando e sendo registradas, de forma que cada profissional e coordenador de área ou setor saibam como agir em determinada situação e necessidade.

10.3.2. Proposta pastoral

Projeto Pastoral e Equipe

O Projeto Pastoral recolhe as linhas pastorais da Igreja e da Ordem para serem implementadas nos colégios escolápios, respeitando o contexto da escola. A proposta pastoral situa-se, a partir dos agentes de pastoral, no âmbito das exigências da evangelização do testemunho da fé cristã, do serviço aos pobres e no diálogo com a sociedade plural, apresentando a visão e as atitudes cristãs, com tolerância e respeito em relação a outras sensibilidades e tradições religiosas.

A presença dos religiosos escolápios, dos membros da Fraternidade Escolápia e da comunidade cristã, que conscientemente assumem o Evangelho, é muito importante, para que o testemunho de vida, o serviço aos necessitados e o diálogo impregnado de tolerância, respeito e amizade

com o conjunto da comunidade educativa sejam fecundos e geradores de convivência harmoniosa.

Ambientação espiritual

Ambientar o colégio com os símbolos de uma entidade cristã escolápia, mostrando a identidade cristã e convidando, com respeito e simpatia, a participar dos sentimentos, propostas e ações escolápias no sentido de educar, evangelizar e transformar a realidade.

Proposta de vivência cristã opcional

O Movimento Calasanz, organizado como proposta de participar em processos grupais de fé, em que se partilha a oração, o aprofundamento na mensagem cristã, a vida e a missão evangelizadora, se faz presente nos momentos de expressão espiritual. Para os alunos, de forma ecumênica e não confessional, respeitando a consciência de cada pessoa e o pluralismo de opções religiosas, oferecem-se momentos de expressão espiritual, por meio de algumas celebrações, no decorrer do ano, e da oração contínua para as crianças. Para a comunidade cristã, oferece-se a celebração da Eucaristia e outros momentos celebrativos, procurando congregar alunos, famílias e educadores do colégio.

Voluntariado

Em busca de vincular profundamente aqueles que desejam viver o carisma escolápio de maneira mais comprometida, é que cultivamos e promovemos o voluntariado em nossos colégios, também como parte de Itaka-Escolápios.

Cultura Vocacional

Toda ação pastoral tem que ser vocacional e ter como finalidade acompanhar os estudantes no despertar da vocação humana e cristã, apoiando-os no processo de discernimento vocacional para as vocações cristãs, dentre elas, a vocação específica escolápia.

10.3.3. Proposta administrativa

Organização sustentável, profissional e eficiente

A gestão administrativa dos colégios escolápios finca seus pilares num contexto do qual podemos extrair quatro grandes princípios: cumprindo com a legalidade em sentido amplo, alcançar resultados econômicos e financeiros positivos na linha do tempo, em sintonia com o Escritório Provincial e de acordo com os critérios estabelecidos desde a Congregação Provincial.

Certificação para Entidade Beneficente de Assistência Social

O CEBAS tem, nas unidades educativas, a responsabilização para o desenvolvimento de planejamento, execução e acompanhamento que contemple o Sistema Escolápio de Educação, com assessoria da Equipe de Gestão.

10.3.4. Organização

Equipe de colégios

Nomeada pelo Pe. Provincial, a equipe de colégios vela pela identidade do carisma e da missão escolápios e o correto funcionamento dos colégios. É um organismo de participação e informação, reflexão, propostas educativas de futuro, avaliação permanente dos resultados (pedagógicos, pastorais, sociais, econômicos...) e formação permanente dos membros em previsão de possíveis coordenadores.

Conselho de Titularidade

É um organismo de participação e informação, com caráter consultivo que prepara as decisões a serem tomadas pela direção titular.

Conselho Pedagógico

É um organismo de participação e informação, com caráter consultivo que recolhe a vida e sentimentos do colégio, especialmente, nas aulas e outras atividades educativas.

10.4. Conclusão

Os escolápios que iniciaram a presença escolápia no Brasil realizaram um trabalho ingente e deixaram um legado riquíssimo em obras e testemunho. Os padres Francisco Orcoyen, Eulálio Lafuente, Pedro Cenoz e Jesus Maria Perea deram início a um serviço educativo de qualidade, depositando as sementes do carisma de Calasanz. Corresponde aos escolápios de hoje, religiosos e leigos, continuar aquela bela gesta, aprofundando e avançando no mesmo carisma e missão. Aquela primeira e pequena presença escolápia no Brasil, junto com a de Bolívia, tornou-se uma Província que, assumindo as grandes linhas de vida escolápia da Ordem Escolápia, caminha cada vez mais em comunhão entre as presenças e as obras, incluindo, também os colégios, no horizonte que Calasanz traçou: educar, transformar e evangelizar.

“Essa missão educadora atende à formação integral da pessoa, de modo que nossos alunos amem e busquem sempre a verdade. (...)

Dessa forma, progredindo diariamente na liberdade, alcancem um feliz percurso da sua vida e consigam a salvação”

(Constituições Escolápias, 92).

A.M.P.I

11. PROJETO DE PARÓQUIA ESCOLÁPIA

11.1. A missão de evangelizar

11.1.1. Discípulos missionários

Em sintonia com as prioridades e urgências da Igreja do Brasil e em fidelidade ao nosso carisma, o acento fundamental do Projeto Paroquial é a Evangelização.

A Igreja comunica o Evangelho, a presença transformadora de Jesus Cristo, que é a fonte de tudo o que ela é e do que ela acredita. A experiência do encontro com Jesus Cristo comunica a seus discípulos a missão de anunciar o Reino de Deus, com palavras e sinais.

A missão de Jesus é a nossa missão: “Evangelizar”, anunciar a Boa Nova da misericórdia do Pai; proclamar a salvação gratuita de Deus e contribuir para a criação de um mundo fraterno.

Enraizamos essa missão no contexto onde vivemos a partir de nosso carisma, contribuindo com aquele acento próprio que expressamos mediante a formulação “Evangelizar Educando”.

11.1.2. A partir do encontro pessoal com Jesus Cristo

O encontro com Jesus enche de alegria o coração do discípulo missionário. Tudo parte do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, dessa forma, o rumo definitivo. A primeira motivação para evangelizar é o amor que recebemos de Jesus, a experiência de sermos salvos por Ele.

Somos cristãos por causa desse encontro pessoal com Jesus, que nos revela o amor de Deus; essa é a mais importante experiência de nossa vida, que acolhemos agradecidos e desejamos oferecer a todos com entusiasmo e alegria. A paixão por Ele nos leva, como discípulos missionários, à verdadeira conversão pessoal e pastoral.

Queremos ser, junto com toda a Igreja, missionários fiéis a Jesus, comprometidos com a evangelização, em permanente aproximação das periferias da vida, dos que sofrem e são excluídos. Percebemos que uma paróquia situada nessas periferias, oferece ao carisma de Calasanz a bela oportunidade de acompanhar crianças e jovens que vivem em situações de precariedade e risco social, para propiciar um crescimento saudável e feliz, sob a iluminação da fé.

11.1.3. Pelo testemunho da comunhão fraterna

Vivemos reunidos pela fé em Jesus, em comunidade. A partir dessa comunhão de vida, oferecemos o testemunho do nosso amor fraterno e o nosso serviço evangelizador, convocando as pessoas ao encontro e solidariedade que são reflexo e revelação da presença de um Deus que é Amor-Comunhão.

Viver em comunidade é dimensão fundamental dos seguidores de Jesus e sentido pleno de nossa consagração religiosa. A comunidade é “casa e escola de comunhão”, sustentada especialmente na celebração da eucaristia.

A comunidade escolápia, que atua no âmbito da paróquia, é sinal e testemunho dos valores evangélicos que anunciamos. Opta por um estilo de vida simples, pobre, inserido na vida do povo, de preferência em áreas carentes, e em atitude de serviço.

Sua vida e missão se desenvolvem sob a coordenação da Equipe de Presença de cada lugar.

11.1.4. A serviço da vida do nosso povo

A fé em Jesus e a vida fraterna fazem crescer nossa disponibilidade e nos impulsionam a sair de nós mesmos.

A herança recebida de Calasanz fazem de nossa vida uma oferta gratuita a serviço dos pequenos-pobres, comprometidos na promoção da vida e na transformação da sociedade.

O autêntico discípulo missionário promove justiça, paz, reconciliação e fraternidade. Diante das graves situações que fazem os irmãos sofrerem, o discípulo se enche de compaixão, clama por justiça e paz e sabe que só se vence o mal com o bem.

As profundas e permanentes mudanças sociais, que acentuam duramente os problemas da vida de nosso povo, recortando seus direitos e privando muitas pessoas de uma vida digna, exigem conversão pessoal e uma profunda renovação da ação pastoral. Deixamo-nos tocar e mobilizar

pelos grandes desafios da vida, no campo político, econômico, sociocultural, religioso. Queremos ir ao encontro das pessoas em suas situações concretas, com atenção especial pelos mais esquecidos, os que precisam compreensão, consolo e amor; queremos levar a nossa presença solidária e uma mensagem de vida, e ser para eles uma imagem viva do Deus rico em misericórdia que, saindo de si, veio ao nosso encontro.

Com Calasanz e em sintonia com as orientações evangelizadoras da CNBB, aprendemos a olhar as periferias sofridas, e por elas nos deixamos interpelar; concedemos atenção especial aos menores desprotegidos, com aquele amor misericordioso com que Jesus atraía para si os pequenos e com a atitude paterna com que Calasanz recebia os mais carentes, transformando sua escola em espaço sagrado de acolhida e apoio para que pudessem recuperar suas vidas e vislumbrar um futuro melhor.

11.1.5. Com sentido de pertença à Igreja e em fidelidade ao carisma fundacional

A “paróquia escolápia”, espaço de comunhão, vida e missão, surge da fecundidade do carisma singular de Calasanz quando inserido na plataforma eclesial chamada “paróquia”, visando prioritariamente à evangelização, com acento focado nas crianças e jovens.

A partir do carisma fundacional, que confere uma identidade própria, a “paróquia escolápia” desenvolve um valioso serviço evangelizador na Igreja Local, integrada na Pastoral de Conjunto, participando ativamente dos Projetos e Planos Pastorais, Assembleias e Encontros.

Atua em sintonia com as Diretrizes Evangelizadoras da Igreja, segundo as orientações da CNBB e sente-se animada com projeção missionária sob o impulso singular do Papa Francisco, que convoca a avançar “no caminho da conversão pastoral e missionária”. CNBB e Papa Francisco impulsionam uma nova etapa evangelizadora, em permanente estado de missão, com renovado ardor e criatividade pastoral.

11.2. Prioridades e urgências pastorais, em sintonia com as diretrizes da Igreja e do carisma escolápio

11.2.1. Anúncio do Evangelho em primeiro lugar

A Igreja anuncia, sempre e em todo lugar, a Boa Notícia do Reino, Jesus.

A missão “é o paradigma de toda a obra da Igreja”. A Igreja é missionária por natureza, existe para anunciar, por gestos e palavras, a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo.

Jesus Cristo envia, pela força do Espírito, seus discípulos em atitude permanente de missão, por meio do testemunho pessoal e do anúncio explícito da mensagem. Esse envio é um desafio à proclamação da Boa Nova, percorrendo as fronteiras de tempos e culturas.

A Conferência de Aparecida e a exortação Alegria do Evangelho convocam a Igreja a ser toda missionária e em estado permanente de missão, com renovado ardor missionário e criatividade. É necessário suscitar, em cada batizado e em cada comunidade, uma forte consciência missionária, principalmente pelo testemunho pessoal; a experiência pessoal da fé faz transbordar o anúncio explícito de Jesus Cristo. Somos convidados a aceitar esse chamado, saindo de nós mesmos e tendo a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho.

A “Igreja em saída” é convocada a assumir uma pastoral decididamente missionária. A partir de Jesus Cristo coloca-se no caminho do amor-serviço, em direção aos sofredores desta terra. A alegria do Evangelho é para todos.

A evangelização é a razão de ser e fim primordial da nossa missão, continuando a obra de Jesus. Concretizamos essa missão sob a iluminação e força do carisma de Calasanz: “Evangelizar educando”, direcionando a Boa Nova, de forma preferencial, às crianças e aos jovens.

Propostas:

1. Impulsionar a dimensão missionária nas comunidades, convidando a sair em direção dos mais afastados, sem ficar absorvidos pela conservação das estruturas já existentes.
2. Empenhar-se em ser comunidade de fé transformada pela experiência de Jesus; comunidade viva e comprometida com o Reino de Deus, que vence a tentação de fechar-se sobre si mesma e se deixa conduzir pela força do Espírito.
3. Conscientizar a comunidade da responsabilidade primordial de cuidar do crescimento da fé de todos os membros e de oferecer sempre um testemunho coerente com a fé professada.
4. Impulsionar o impacto da Evangelização na transformação da vida, mediante projetos e ações que sejam fermento de renovação social; a fé em

Jesus leva à transformação pessoal e social, como sinal de autenticidade e de fidelidade a Ele.

11.2.2.Primado da Palavra. Paróquia: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral

A vida cristã se fundamenta na Palavra. Jesus é a Palavra de Deus.

Proclamar a Palavra é o eixo da ação pastoral.

Somos ouvintes e praticantes da Palavra. O discípulo missionário é convidado a redescobrir o contato pessoal e comunitário com a Palavra, como lugar privilegiado de encontro com Jesus Cristo. O contato pessoal com a Palavra leva ao conhecimento da pessoa e da mensagem de Jesus. A Palavra transforma nossa vida, gera solidariedade, abre o coração para a reconciliação, impulsiona-nos no serviço da justiça, da paz e do cuidado de toda a criação.

Vivemos em permanente escuta, para aprender a ler a vida à luz da Palavra.

A animação bíblica é indispensável para que a vida da Igreja seja uma “escola de conhecimento e interpretação da Palavra, de comunhão e oração com a Palavra, de proclamação da Palavra”.

A Catequese é um privilegiado Ministério da Palavra a serviço da educação da fé. Exige dos convocados a esse ministério familiaridade com a Palavra e permanente qualificação.

Propostas:

1. Fazer da paróquia um lugar de animação bíblica da vida e da pastoral, com envolvimento de toda a comunidade.
2. Oferecer momentos de formação bíblica, para que as pessoas possam ter um contato vivo e comprometido com a Palavra.
3. Animar o trabalho pastoral a partir do encontro com a Palavra. Colocar a Bíblia nas mãos de todos, a começar pelos pequenos que participam da catequese; usar a Bíblia no exercício diário da pastoral, em retiros, encontros de formação e celebrações.
4. Favorecer e incentivar a experiência da Leitura Orante, como momento de encontro com a Palavra, para iluminar a realidade da vida e sustentar o compromisso evangélico.
5. Oferecer retiros e encontros que levem as pessoas a um encontro pessoal com a Palavra, a uma melhor compreensão da vida a partir da

Palavra.

6. Criar e fortalecer grupos de animação bíblica: Círculos Bíblicos e outros grupos que se fortalecem em torno da meditação e vivência da Palavra.

7. Aproveitar os novos espaços de comunicação social, como um fórum atual onde é possível fazer ressoar o Evangelho.

11.2.3. Catequese

A educação da fé é o objetivo final do nosso ministério. Consideramos a catequese como o meio fundamental do nosso apostolado, na comunidade cristã onde vivemos (Constituições, 96).

Além dos Documentos fundacionais que sustentam nosso carisma (Capítulo VIII das Constituições especialmente, sobre “Nosso Ministério na Igreja”), seguimos as orientações que emanam dos Documentos da Igreja e aquelas mais específicas que provêm das Diretrizes do Movimento Calasanz.

Destacamos a importância da presença da família no processo da educação da fé.

Da mesma forma, é fundamental a presença e acompanhamento pessoal do escolápio, como pai e amigo; que está disposto a escutar e ajuda a discernir a própria vida e a descobrir a vocação pessoal.

Propostas:

1. Qualificar permanentemente o ministério da educação da fé.
2. Desenvolver processos permanentes de educação da fé, a partir da mais tenra idade, com dedicação especial a crianças e jovens.
3. Realizar esse ministério tendo como referência o empenho pessoal de Calasanz, que sempre buscava os melhores professores, os melhores métodos...

1.1. Com um Projeto Global que contemple a educação da fé como um processo permanente, com sucessivas etapas.

1.2. Com uma pedagogia adequada para cada idade, usando os melhores métodos e meios mais adequados.

1.3. Com Planejamentos avaliados e atualizados anualmente.

1.4. Com acompanhamento personalizado.

1.5. Concedendo especial atenção à formação dos evangelizadores, catequistas e outros educadores da fé: através de cursos, encontros, dias de formação, retiros...

4. Dar a conhecer os Documentos da Igreja sobre Evangelização e Catequese e o Diretório do Movimento Calasanz.
5. Promover a cultura vocacional, ajudando as pessoas a buscar a realização de suas vidas dentro dos planos de Deus; com especial atenção no período da adolescência e juventude.
6. Colaborar com as escolas existentes na área paroquial, sempre que possível, para destacar a importância da educação religiosa e promover diversas expressões de fé.
7. Ampliar o horizonte da catequese através do compromisso da família e da comunidade toda; abrindo, também para os adultos, processos permanentes de educação da fé.
8. Fortalecer a Pastoral Familiar e, junto com ela, incorporar a presença da família no processo da catequese dos filhos/as.

11.3. Opção pelos pobres e pela transformação social. Centralidade das crianças e jovens

11.3.1. A serviço da vida. Para que todos tenham vida em abundância

“O Evangelho da vida está no centro da mensagem de Jesus”: *“Eu vim para que todos tenham vida em abundância” (Jo 10,10)*. A vida é dom de Deus. Jesus anuncia o Reino como uma presença próxima do Pai que configura uma nova maneira de conviver e de respeitar a vida, a partir de novos valores, que Ele mesmo encarnou e defendeu até com o preço de sua vida.

A Igreja tem a vocação e missão de promover, cuidar e defender a vida em todas as suas expressões, continuando a obra evangelizadora de Jesus e ajudando na construção de uma sociedade justa e fraterna, como sinal do Reino de Deus. As condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem o projeto do Pai e desafiam os discípulos missionários ao compromisso de defender a vida ameaçada ou impedida de se realizar plenamente. Os pobres e excluídos devem estar sempre no centro da vida da Igreja.

Nossa fé se desenvolve desde a perspectiva do compromisso com a vida. Amamos a vida e a defendemos contra qualquer situação de morte; testemunhamos nossa fé através da promoção de uma “cultura da vida”, assumindo compromissos que levem à construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário; sem ficar calados diante das políticas que privam a pessoa

dos bens mais necessários para desenvolver-se dignamente: alimentação, casa, terra, trabalho, educação, saúde, lazer, liberdade, esperança...

Diante dos atropelos contra a dignidade de muitas pessoas, frente a dolorosas situações de pobreza e exclusão, reafirmamos nossa vontade de ser “comunidades misericordiosas, acolhedoras, solidárias, servidoras, samaritanas”. Defendemos os direitos e valores que sustentam a dignidade da pessoa: defesa da vida, superação da miséria, não-violência, solidariedade com os últimos; cultura da paz e da convivência; defesa da mãe Terra.

É preciso avançar na consciência ecológica. “A Igreja tem uma responsabilidade a respeito da criação e deve fazer valer essa responsabilidade na esfera pública”.

O serviço testemunhal à vida, de modo especial à vida fragilizada e ameaçada, é a mais forte atitude de diálogo que o discípulo missionário pode e deve estabelecer com uma realidade que frequentemente nega a primazia do ser humano e permite, com indiferença, a presença da cultura da morte.

Urge uma presença mais efetiva da Igreja, especialmente através das pastorais sociais, nas regiões suburbanas e em situações de fratura social.

Propostas:

1. Reafirmar permanentemente a opção preferencial pelos pobres, em sintonia com as Conferências Episcopais de América latina. Opção vigorosa em defesa da vida e dos direitos fundamentais das pessoas, em qualquer tempo e circunstância.
2. Promover campanhas de conscientização para os problemas dos pobres e excluídos.
3. Ajudar na criação de uma consciência cristã que se sente responsável diante da realidade; ajudar as pessoas a fazer um bom discernimento crítico e a ser mais corajosas na denúncia das injustiças.
4. Educar para o compromisso, a solidariedade e a participação ativa na vida social. Favorecer as pastorais que acompanham as pessoas que vivem na dependência de drogas, uso de álcool, depressão e outras situações de perda do sentido da vida...
5. Articular as Pastorais Sociais e comprometê-las na busca de políticas públicas para a defesa e promoção da vida. Incentivar os Grupos de Fé e Política, a Pastoral do menor, a Pastoral da criança...

6. Dar especial importância à educação sobre a preservação da natureza e o cuidado com a ecologia humana, através de atitudes e ações que respeitem o meio-ambiente; cuidar melhor dos espaços (bairros) onde se desenvolve dia-a-dia a vida da comunidade.

7. Abrir espaços de cultura e prevenção, para favorecer a vida de crianças, adolescentes e jovens.

8. Apoiar iniciativas em prol da inclusão social e o reconhecimento dos direitos das minorias; colaborar com outras instituições e entidades, em favor da implantação e da execução de políticas públicas voltadas para a defesa e a promoção da vida e do bem comum.

9. Incentivar a participação ativa nas Campanhas da Fraternidade, frente a uma sociedade marcada pela violência e banalização da vida. Educar para a convivência pacífica frente à escalada da violência...

11.3.2. Opção preferencial pelos pobres

O Evangelho, JESUS, é preferencialmente uma Boa Notícia para os pobres.

O **Papa Francisco** reclama uma *“Igreja pobre e para os pobres”*, convidando-a a sair de si mesma em direção das periferias existenciais. Seu discurso, a partir do Evangelho, é vigoroso e firme, em favor das minorias oprimidas e marginalizadas e contra os poderes que dominam o panorama mundial, carentes de sensibilidade humana e indiferentes aos problemas mais graves do povo humilde.

A *opção preferencial pelos pobres e excluídos* é um acentuado destaque da Igreja Latino-americana, ratificado de forma permanente nas Conferências do Episcopado (desde Medellín até Aparecida), visando à libertação dos oprimidos e ao compromisso pela transformação social.

O compromisso com os pobres é expressão fundamental da espiritualidade dos discípulos de Jesus, o testemunho que dá credibilidade à fé e à vida comunitária.

A defesa da vida dos pobres brota da fé; é compromisso de todo batizado. Denunciamos a exclusão, desigualdades na distribuição da renda, desemprego, pobreza, drogas, violência, falta de ética e corrupção...

Não apenas denunciemos. Queremos estar próximos dos que vivem sob o peso de inúmeras carências; estar atentos para compreender melhor seus problemas, ir ao encontro deles, partilhar suas alegrias e sofrimentos; acolher

bem a todos; testemunhar com palavras e obras aquela presença misericordiosa de Jesus que se aproximava das pessoas, dava a mão aos caídos, consolava os tristes e sustentava a esperança dos esquecidos.

Propostas:

1. Desenvolver a consciência e responsabilidade sociopolítica, como opção de fé, na comunidade em geral e, particularmente, nas Pastorais que trabalham, com espírito solidário e visão transformadora, na fronteira de situações de pobreza e sofrimento: vicentinos, saúde, família, criança, menor... Incentivar atuações concretas em defesa da vida e em favor da integração social.
2. Desenvolver o compromisso com os pobres e excluídos desde os primeiros passos da catequese com crianças e jovens; campanhas solidárias, compromissos concretos de ajuda...
3. Fortalecer a Pastoral Familiar e dar atenção às famílias que passam por dificuldades e necessitam de compreensão e apoio.
4. Favorecer os projetos existentes que priorizam o desenvolvimento humano e o compromisso social: saúde, famílias em situação de grave risco, vicentinos, ajuda psicológica, acolhida das pessoas que requerem especial compreensão e escuta, reforço escolar, inserção laboral, educação em valores, projetos de resgate da cidadania... Promover aqueles que ainda não existem e são mais urgentes.
5. Promover o voluntariado para manter esses projetos, como um elemento diferenciador de uma paróquia comprometida com a realidade carente.
6. Além do voluntariado, despertar em toda a comunidade paroquial a vocação evangélica de serviço aos mais carentes, compromisso que tende à transformação da realidade social. Comprometer a comunidade na defesa pública da vida, da justiça e da paz, como caminho para superar divisões e violências.
7. Colaborar com os grupos ou associações que têm maior responsabilidade na luta diária por melhores condições de vida para a comunidade.

11.3.3. Centralidade de crianças e jovens

Crianças, adolescentes e jovens precisam de maior atenção na sociedade atual, pois são os mais expostos ao abandono, às drogas, à violência, às várias formas de exploração, à falta de oportunidades e perspectivas de futuro.

Calasanz viveu numa sociedade romana que mantinha profundas desigualdades e condenava, desde tenra idade, os pequenos pobres, carentes de cultura e, por isso, de oportunidades frente ao futuro. Não foi indiferente e tomou uma postura radical, que marcou sua vida. Fez uma opção definitiva por eles e valorizou a importância da educação como o melhor caminho para resgatar sua dignidade e para desenvolver capacidades pessoais que fossem garantia para encontrar um lugar na sociedade.

O carisma de Calasanz é uma opção evangélica que atende, prioritariamente, aos pequenos pobres; através da educação pretende ajudá-los no desenvolvimento pessoal, humano e cristão, e capacitá-los para que, um dia, possam encontrar um lugar digno na sociedade.

Propostas:

1. Priorizar, no trabalho pastoral, a educação de crianças e adolescentes, como processo iluminado pelo lema “Piedade e Letras” (Fé e Cultura), despertando na comunidade paroquial uma especial predileção pelos pequenos.
2. Criar espaços adequados para impulsionar diversos processos formativos: resgate da cidadania, fomento da cultura e arte, atividades esportivas, momentos lúdicos e de convivência amigável, campanhas solidárias, estudo...
3. Celebrar a fé de forma adaptada às crianças e jovens. Direcionar para crianças e adolescentes algumas celebrações paroquiais, com liberdade e criatividade, nas quais eles se possam perceber mais protagonistas e ativos.
4. Destacar a importância dos jovens na vida social e da Igreja (Sínodo da Juventude), abrindo espaços para sua efetiva participação (liturgia, evangelização de outros jovens, eventos comunitários, atividades de voluntariado com incidência na transformação social...). Oferecer aos jovens momentos fortes de orientação vocacional (grupos, convivências e retiros...). Colaborar com outras paróquias no acompanhamento da juventude, partilhando a mesma preocupação e investimento em favor de crianças e jovens.

5. Conscientizar a comunidade paroquial, sob o carisma de Calasanz, para a importância da educação, fomentando maior atenção para crianças e jovens; levar também esse incentivo às escolas dos bairros, mantendo sempre uma estreita colaboração com elas.

6. Promover e apoiar a pastoral juvenil, pastoral do menor, pastoral da criança, acentos bem destacados desde a perspectiva escolápia.

7. Colaborar com os Centros Educativos existentes na área paroquial: escolas, centros culturais ou esportivos...; estar presentes nos momentos importantes da comunidade educativa local.

11.4. Comunidade, lugar da experiência de Jesus Cristo

11.4.1. Formamos uma rede de comunidades

Acreditamos num Deus que é Amor-Comunhão; fomos feitos à sua imagem e existe, em nosso interior, uma profunda aspiração à vida plena e à comunhão. Nossa vida fraterna reflete a vida de Deus. Somos “Povo de Deus em comunhão”.

Viver em comunhão é dimensão fundamental dos seguidores de Jesus. Ele está presente onde dois ou três se reúnem em seu nome. A comunidade é “casa e escola de comunhão”; se une e alimenta pelo pão da Palavra e da Eucaristia; partilha a fé e a missão.

O discípulo missionário de Jesus Cristo vive sua fé em comunidade. Participar da comunidade é a forma concreta de viver nossa vocação e uma grande riqueza para o crescimento de todos. Comunidade implica convívio, vínculos profundos, afetividade, interesses comuns, solidariedade nos sonhos, partilha de alegrias e dores. A comunidade acolhe, forma e envia em missão; torna-nos sensíveis e solidários.

Grande é o desafio da educação para a vivência da unidade na diversidade, fundamenta-se na consagração batismal, pois todos somos irmãos e iguais em dignidade. A comunhão faz mais autêntico e eficaz o testemunho da fé.

Valorizamos nossa história de vida comunitária e queremos continuar unidos e crescendo em comunhão; esse testemunho será incentivo para outras pessoas.

A paróquia se configura como “rede de comunidades”. São espaços menores, onde se vivem autênticas relações fraternas; facilitam o acolhimento e o diálogo, incentivam o bom entendimento e a mútua colaboração;

facilitam o cuidado dos doentes e o acompanhamento das pessoas que passam por dificuldades.

As comunidades, conservando características próprias, unificam-se em torno de um Projeto Pastoral comum. Existem propostas conjuntas de formação, compromissos e celebrações; tudo isso convoca a partilhar juntos a mesma fé e o seguimento de Jesus.

Propostas:

1. Fomentar momentos de encontros, celebrações e festas que fortaleçam a comunhão das comunidades.
2. Incentivar a criação de Círculos Bíblicos e outras propostas de “pequenas comunidades” (ao estilo das CEBs); pequenos grupos de fé e vida; espaços de convívio fraterno alimentados pela Palavra, comprometidos com a evangelização e solidários com os mais pobres.
3. Ir ao encontro dos irmãos que vivem mais afastados do convívio comunitário será sempre empenho de todos; para o bom retorno dessa postura missionária, será importante mostrar sempre um rosto de comunidades unidas e misericordiosas, sempre abertas para acolher.
4. Criar a Pastoral da Acolhida, para oferecer delicada atenção a todos, com capacidade de escuta e de empatia.
5. Acolher diversas formas de pequenas comunidades, movimentos, associações, grupos de vida, de oração e de reflexão da Palavra, pois “são uma riqueza que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e setores”.
6. Empenhar-se por uma efetiva participação de todos na comunidade, através da diversidade de carismas, serviços e ministérios. Para isso, faz-se necessário promover:
 - 1.1. Diversidade ministerial: “abrindo espaços de participação aos leigos e leigas, confiando-lhes ministérios e responsabilidades”. Na comunidade eclesial todos são corresponsáveis na ação evangelizadora. Ano do Laicato (2018).
 - 1.2. União de todos os ministérios em torno das grandes prioridades da paróquia, da Igreja Local e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.
 - 1.3. Valorizar a vida consagrada, inserida na vida das comunidades, enriquecendo a todos com seu carisma.

1.4. Manter uma organização que promova a união na diversidade: momentos de formação, assembleias, conselhos, pastorais. Envolver os leigos no planejamento, execução e avaliação dos projetos e atividades.

11.4.2. Comunidade: casa de iniciação à Vida Cristã

“Uma nova etapa evangelizadora deve ser marcada pela alegria e deve indicar rumos novos para a caminhada da Igreja”. “É urgente a revisão de nosso processo de transmissão da fé”. (Papa Francisco).

A Conferência de Aparecida e os últimos Documentos da CNBB recordam que a iniciação à vida cristã não se esgota na preparação aos sacramentos, mas se refere, principalmente, à adesão pessoal a Jesus Cristo. Para isso, propõe-se uma Catequese de inspiração catecumenal, que traz consigo importantes consequências para a ação evangelizadora. É preciso ajudar as pessoas a conhecer Jesus Cristo, fascinar-se por Ele e optar por segui-lo. “Anunciar Cristo significa mostrar que crer nele e segui-lo é algo belo, capaz de cumular a vida de um novo esplendor e de uma alegria profunda, mesmo no meio das provações”.

O processo de Iniciação à Vida Cristã não é assunto de retoques, mas aponta a uma profunda renovação pastoral, a buscar novos caminhos para a transmissão da fé, para que a pessoa batizada experimente a beleza e a grandeza de ser discípula consciente, atuante e missionária. Requer novas disposições pastorais, escolhas corajosas e paciência, pois se trata de um novo paradigma. Exige, também, um novo perfil de catequista/evangelizador.

Trata-se da Iniciação à Vida Cristã, ao modo de viver de Cristo. Tudo está orientado a um encontro transformador com Ele; a deixar-se envolver por Ele e despertar para um novo estilo de vida, pessoal e comunitário; a percorrer um caminho de pertença, para conformar nossa vida à vida dele; a conhecer melhor sua pessoa e seguir seus passos, pois é Ele o centro unificador da vida e da missão. Tudo que for desenvolvido na ação pastoral encontrará sentido partindo desse eixo fundamental.

Essa perspectiva catecumenal, além da renovação catequética, destaca o lugar que a liturgia, celebrada na comunidade dos fiéis, ocupa na ação missionária da Igreja e no seguimento de Jesus Cristo. Ela “é o ápice para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana toda a sua força”.

A comunidade eclesial é o lugar da iniciação à vida cristã e, por isso, da educação na fé das crianças, adolescentes e jovens, como também dos adultos.

Essa profunda renovação pastoral é corresponsabilidade de toda a comunidade, para formar novos discípulos missionários. É grande e urgente este desafio de repensar a transmissão da fé nas comunidades (Documento 107 da CNBB).

Um olhar especial merece a família, lugar e escola de comunhão, primeiro espaço para a iniciação à vida cristã das crianças; os pais são os primeiros catequistas. Precisa ser considerada “um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora”. Portanto, é preciso uma pastoral intensa, vigorosa e frutuosa, capaz de animar a vivência da família.

Propostas:

1. É necessário desenvolver, nas comunidades, uma profunda renovação nos processos de iniciação à vida cristã, que conduzam ao “encontro pessoal com Jesus Cristo”.
2. A Catequese de inspiração catecumenal adquire grande importância. Exige uma boa formação dos evangelizadores/catequistas, que não se limite a uma formação doutrinal, mas seja integral. Está em jogo um novo perfil de catequese e também de catequista, que se apresenta com convicção, a partir sua “experiência pessoal de encontro com Jesus Cristo”. Essa renovação exige tempo e empenho por parte de toda a comunidade.
3. A inspiração catecumenal implica uma estreita relação entre Catequese e Bíblia, entre Catequese e Liturgia. “A formação catequética ilumina e fortifica a fé, nutre a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério litúrgico e desperta para a atividade apostólica”. A Liturgia é um espaço privilegiado de encontro com o Senhor; a proclamação da Palavra ocupa nela um lugar preferencial. A liturgia é fonte de vida e fortalece a comunhão; dela recebemos motivação e força para a missão.
4. Empenhamo-nos na preparação das celebrações, para que sejam expressões vibrantes da fé e nelas resplandeça a beleza do Mistério; para que os fiéis participem de forma ativa, consciente e plena, como pedia o Concílio. Procuramos que os espaços litúrgicos sejam lugares acolhedores, simples e belos, convidando ao recolhimento e ao silêncio, de tal forma que mais facilmente levem as pessoas ao encontro com Deus.

5. Procuramos oferecer espaços de participação ativa para crianças e jovens, junto com suas famílias; celebrações que reflitam melhor seu jeito próprio de ser e celebrar a fé.
6. Fomentamos a oração pessoal que leva as pessoas a aprofundar em sua interioridade, favorecendo o encontro consigo mesmas e com Deus. A oração pessoal predispõe para as celebrações comunitárias e para o compromisso da caridade cristã no dia-a-dia.
7. A digna celebração da fé exige qualificação dos ministérios envolvidos, especialmente o Ministério da Palavra.

11.4.3. Somos uma Igreja ministerial

Na comunidade, descobrimos nossa vocação: seguidores de Jesus a serviço dos irmãos.

Reafirmamos o princípio fundamental de comunhão fraterna e participação na ação pastoral, que é fruto da interação de todos.

Todos somos corresponsáveis na vida da comunidade e na sua missão evangelizadora. A inserção na comunidade acontece, de forma privilegiada, através dos Ministérios, vocação de entrega para o bem da própria comunidade e para uma evangelização mais eficaz. Destaca-se a presença e dedicação da mulher; também o desafio de incorporar os jovens com maior protagonismo na nova etapa da evangelização.

A experiência de comunhão e participação corresponsável torna-se mais eficiente com o bom funcionamento dos Conselhos. Zelam pela vida comunitária; criam sentido de pertença; garantem uma ação pastoral unificada, a partir de diretrizes e planejamentos comuns; distribuem responsabilidades e articulam a colaboração de todos; ajudam a superar o individualismo e a dispersão pastoral.

Em harmonia com os Conselhos, existem diversas Pastorais, a serviço da evangelização e da atenção aos pobres e carentes.

Conselheiros e Agentes de Pastoral se esforçam em assimilar bem as Diretrizes Pastorais da Igreja, Arquidiocese e Paróquia, e impulsionam a realização das propostas planejadas na Programação Anual.

É importante a renovação permanente das estruturas pastorais para que, sendo leves e ágeis, facilitem a participação de todos em favor de uma ação evangelizadora eficiente.

Propostas:

1. Aprimorar o exercício dos Ministérios existentes e criar outros quando for necessário para o bem da comunidade, para melhorar o serviço pastoral e para o atendimento dos pobres.
2. Incentivar a presença renovadora dos jovens nos diversos Ministérios; abrir-lhes espaços de participação e confiar-lhes responsabilidades.
3. Educar a consciência de que “todos somos corresponsáveis na vida e na ação evangelizadora da paróquia”; despertar a vocação ministerial em muitas pessoas, para que assumam um lugar ativo nas Pastorais. Destacar sempre a generosa participação da mulher.
4. Criar nos Conselheiros uma forte consciência de fidelidade, compromisso e participação ativa.

11.4.4. Formação permanente e de qualidade para todos

Um compromisso fundamental da comunidade é oferecer formação permanente para todos, principalmente para as pessoas que assumem algum ministério.

A formação enriquece a pessoa, favorece a melhor compreensão e expressão da própria fé, estimula o compromisso missionário e social. É necessária para responder melhor aos desafios da realidade atual, na Igreja e na Sociedade.

A formação não se reduz ao aspecto intelectual (cursos, palestras). Acontece dentro da vivência comunitária, na partilha da fé, nas celebrações, nos encontros onde se vive a fraternidade, na inserção em atividades pastorais. Educamo-nos na vida. O campo da formação é um amplo espaço onde as pessoas são conduzidas, progressivamente, à maturidade de sua fé, à sua plena inserção na vida comunitária e à participação ativa na missão evangelizadora. A “educação da fé” cria atitudes de abertura ao mistério de Deus e de afetiva acolhida dos irmãos.

A educação da fé é um processo que leva as pessoas ao encontro pessoal com Jesus Cristo; é a partir desse encontro que uma pessoa começa a se definir como cristã e descobre a beleza de sua vocação no meio da vida.

A formação dos leigos e leigas é prioridade permanente; é “um direito e dever para todos”. Ela se torna mais efetiva e frutuosa quando integrada em um projeto orgânico de formação, que contemple a formação básica de todos os membros da comunidade. É importante que existam ofertas para atender

aos que já vivem inseridos na vida comunitária e para pessoas afastadas que buscam uma aproximação, movidas frequentemente pelo desejo de receber algum sacramento.

Propostas:

1. Manter uma oferta qualificada de formação permanente, como exigência chave para responder aos desafios atuais com lucidez e eficácia. Oferecer Cursos de Formação, Retiros, Semanas de Espiritualidade e Formação, especialmente para Agentes de Pastoral.
2. Convidar para participar em cursos e encontros promovidos pela Igreja Local. Divulgar essas oportunidades entre as Pastorais.
3. Dar apoio especial aos Educadores da Fé (catequistas...), sustentando-os pessoalmente e oferecendo-lhes materiais apropriados para o desempenho de seu ministério.
4. Dar atenção aos adultos batizados que não tiveram uma evangelização adequada (situação frequente no mundo atual). Abrir espaços para desenvolver processos de educação da fé para essas pessoas.
5. Manter viva a consciência de que a adesão pessoal a Jesus não fica restrita à participação nos sacramentos; convidar permanentemente os adultos a participar dos Grupos de Educação da Fé e convidar ao compromisso com a realidade social, pois a formação dos discípulos missionários precisa articular “fé e vida”, cientes de que o processo formativo se concretiza na missão.
6. O investimento na formação permanente e de qualidade para todos, especialmente para os agentes da evangelização, será um dos maiores empenhos da comunidade paroquial. Exige pessoas preparadas, bom planejamento, recursos e tempos adequados.

11.5. Missão compartilhada e Fraternidade escolária

11.5.1. Missão compartilhada

A vida paroquial é uma rica vivência de comunhão e partilha, fomentando diversas formas de participação ativa nas pastorais ou em vários compromissos de voluntariado. Na paróquia, leigos e leigas vivem sua vocação como membros qualificados da Igreja e como agentes da evangelização.

O momento atual da Igreja (Ano do Laicato) convida a uma redescoberta da vocação dos leigos e leigas e a uma integração maior na vida e na missão, para impulsionar fortemente a evangelização no mundo, superando posturas

clericais que impediam um desenvolvimento maior do laicato. Destaca-se, de forma especial, o espaço mais amplo que deve corresponder à mulher e aos jovens; essa maior participação exige estruturas renovadas.

A Ordem das Escolas Pias, sensível aos desafios atuais na missão da Igreja e reconhecendo o papel indispensável que cabe ao laicato na evangelização, vem traçando uma trajetória consolidada de integração dos leigos e leigas, a serviço da missão a ela encomendada, em sintonia com o carisma de Calasanz. Documentos recentes da Ordem os convocam decididamente a compartilhar carisma e missão.

Existem diversas modalidades de integração na missão das Escolas Pias, para desenvolver plenamente o carisma de Calasanz através da educação. Abre-se um amplo leque de participação, desde a simples colaboração nas obras até uma identificação plena com o próprio carisma e missão descobrindo, nesse horizonte carismático, uma maneira especial de viver como Jesus, ao estilo escolápico.

Nessa progressiva identificação e pertença à missão, os leigos e leigas são acompanhados através de itinerários de formação que os vão introduzindo no conhecimento de Calasanz e abrem progressivamente novos espaços de pertença na vida e missão escolápica, assumindo diversos ministérios em sintonia com o carisma.

A Ordem reconhece três ministérios que revelam mais claramente a identificação com o carisma escolápico: “ministério de pastoral”, “ministério da educação cristã” e “ministério de atenção aos pobres para a transformação social”.

11.5.2. Fraternidade escolápica

A Fraternidade das Escolas Pias é uma comunidade cristã enriquecida pelo carisma escolápico. Está formada pelos fiéis que se associam dessa forma, para viver intensamente o seguimento de Jesus, a partir do carisma de Calasanz: vida, espiritualidade e missão.

A Fraternidade oferece aos leigos e leigas, cada vez mais conscientes da sua dignidade de membros do Povo de Deus e de sua vocação e missão na Igreja e no mundo, a oportunidade de responder plenamente ao chamado de Deus, descobrindo e vivendo sua vocação desde a iluminação do carisma escolápico.

Na Fraternidade, encontra-se o espaço comunitário adequado para crescer em experiência de fé, na formação, no compromisso, na partilha de bens; aprende-se a configurar um estilo de vida em coerência com os valores evangélicos das primeiras comunidades cristãs, mas inserido na realidade atual com a mesma urgência que Calasanz viveu ao contemplar a realidade da vida romana do século XVI-XVII, no rosto dos pequenos. Descobrir o rosto de Jesus e escutar seu chamado através do carisma de Calasanz está na base da experiência da Fraternidade.

Os membros da Fraternidade colaboram, na medida de suas possibilidades, com a missão escolária do seu entorno, através das plataformas de missão existentes em cada lugar.

11.6. Sob a inspiração do carisma de Calasanz

“Encontrei a melhor maneira de servir a Deus, educando crianças e jovens pobres, e não a abandonarei por nada deste mundo”
(José de Calasanz, 1600).

11.6.1. O Carisma de Calasanz

Pioneiro no campo da educação. Diante da realidade que excluía os pobres da educação e os impedia de participar ativamente na vida social, Calasanz assumiu a difícil missão de “oferecer educação a crianças e jovens, levando-os a descobrir o valor da vida, despertando neles o desejo de ser alguém, de libertar-se das ignorâncias, de ser filhos e filhas de Deus”. Descobriu sua vocação na entrega total à educação do menor carente. Foi o grande acontecimento que mudou sua vida.

Direito sagrado à educação. “O ministério da educação é o mais digno, o mais nobre, o de maior mérito, o mais necessário, o mais natural, o primeiro; dele depende a vida da pessoa; é o mais razoável por parte dos Estados, pois deveriam ser os primeiros interessados em ter cidadãos bem preparados para a vida e para o trabalho” (Calasanz defendia, dessa forma apaixonada, o direito de todos à educação, especialmente dos mais pobres, e a dignidade do ministério do Educador).

Educação integral. Seu Lema: “Piedade e Letras”, “Fé e cultura”. Acreditava que a educação deveria ser uma perfeita combinação entre fé e cultura; desenvolvimento pleno da pessoa e de sua vocação de filho/filha de Deus.

11.6.2. O Lema “Fé e Vida” no contexto da paróquia

Sob a inspiração do Carisma de Calasanz, pioneiro no campo da educação e Padroeiro Universal das Escolas Populares Cristãs, a paróquia escolápia incentiva a Formação e Catequese, de forma preferencial para crianças, adolescentes e jovens.

Esse Carisma convida-nos a acolher os pequenos com a predileção de Jesus, fazendo-os destinatários privilegiados de nosso empenho pastoral, acompanhando-os progressivamente através de uma boa catequese e criando outras ofertas educativas que os ajudem a crescer equilibradamente e a ser felizes.

Colocamos como base que sustenta esse processo educativo, que deve acompanhar todas as fases da vida, a “interação de família, escola e comunidade”.

Queremos acolher os adolescentes e jovens em atitude de respeito e escuta; usar uma linguagem compreensiva que nos aproxime melhor da realidade em que vivem; despertar seu protagonismo e potencial missionário; cuidar a formação dos seus educadores.

Assimilando o carisma de Calasanz, valorizamos a vocação de todo educador/catequista, que ele definia como “Cooperador da Verdade” que acompanha o crescimento dos pequenos e jovens no caminho do seguimento de Jesus, até a plena maturidade humana e cristã.

Propostas:

1. Oferecer um conhecimento maior da pessoa de Calasanz, de seu carisma peculiar dentro da Igreja, das Escolas Pias como Ordem que perpetua esse carisma encarnado na realidade atual; dar a conhecer a proposta da “Fraternidade”, como uma forma singular de colaborar na vivência do carisma de Calasanz.
2. Colaborar com as Escolas na área da educação.
3. Apoiar a interação dos três âmbitos educativos: família, escola e comunidade; encontros envolvendo os três.
4. Impulsionar atividades evangelizadoras e educativas que tenham como objetivo principal a educação de crianças, adolescentes e jovens; encontros, convivências, retiros...
5. Fomentar atividades culturais que resgatem a identidade, favoreçam o desempenho acadêmico, desenvolvam o gosto pela beleza e o amor à vida, sejam espaço preventivo contra as ameaças do ambiente.

6. Destacar a especial importância da Catequese; investir na evangelização de crianças, adolescentes e jovens, tentando chegar a uma boa sintonia entre Fé e Vida (Fé e Cultura), “Piedade e Letras” na expressão de Calasanz.
7. Articular a Catequese como processo permanente, desde crianças até adultos. Aprimorar esse processo comunitário, progressivo e permanente de educação da fé, para que as pessoas sejam bem acompanhadas durante todo o percurso de sua vida.
8. Ter consciência clara de que o objetivo fundamental da catequese é conduzir as pessoas ao encontro com Jesus, a partir do testemunho alegre e entusiasmado da comunidade e, especialmente, dos educadores da fé.
9. Desenvolver uma catequese bíblica, crítica e comprometida; integrada com a família e com a vida comunitária; uma catequese que ajude a descobrir a própria vocação e a definir o projeto pessoal; posicionada em favor da vida, a serviço de um mundo mais fraterno e solidário em sintonia com o projeto de Deus.
10. Destacar a comunidade como lugar privilegiado para a educação da fé; a comunidade suscita e acompanha o crescimento pessoal da fé e, ao mesmo tempo, é o espaço onde desabrocha plenamente o seguimento de Jesus.
11. Acompanhar com atenção especial os educadores da fé e oferecer-lhes um itinerário catequético bem estruturado e os materiais que ajudem a desenvolver seu trabalho de forma mais eficiente.
12. Desenvolver esse trabalho desde as Diretrizes do Movimento Calasanz, em sintonia com a Ordem.
13. Dar atenção especial à juventude e, junto com os próprios jovens, fazer o planejamento de atividades e eventos; dar aos jovens um protagonismo maior na vida das comunidades.
14. Acompanhar as famílias dos catequizandos e comprometê-las a serem mais presentes no processo da educação da fé dos filhos/as.

12. CENTROS SOCIAIS DE ITAKA - ESCOLÁPIOS

Então disse Jesus: "Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam; pois o Reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas".

Mateus 19:14

12.1. Introdução

Os Centros Sociais, dentro desta dinâmica Provincial, são convocados para trabalhar em conjunto, mas sempre respeitando a realidade de onde está inserido. Com esta proposta de trabalho em Rede, precisamos criar consciência que fazemos parte de uma Rede Internacional Itaka - Escolápios.

Nos últimos anos os Centros Sociais, entrava na plataforma de missão de Itaka - Escolápios no Brasil, propostas e avaliações, trabalhando cada um dentro da sua realidade local, tinha o momento de partilha dos trabalhos, onde a responsabilidade era do diretor titular.

Os trabalhos desenvolvidos pelos Centros Sociais têm o seu reconhecimento dentro da Política de Assistência Social e da Criança e do Adolescente. Este reconhecimento se dá devido ao compromisso, seriedade que assumimos nos projetos desenvolvidos em cada presença. É notório em vários equipamentos públicos aos quais participamos que seja prefeitura ou poder judiciário.

Desde a Rede Itaka - Escolápios temos alguns caminhos que nos norteiam, criando assim uma uniformidade de nossas ações.

12.2. Missão

Contribuir na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, mediante a educação e evangelização, especialmente da infância e juventude mais vulnerável.

12.3. Visão

Ser no Brasil uma rede consolidada e com reconhecimento local na assistência social, integrada na Rede internacional de Itaka-Escolápios.

12.4. Princípios e valores

- **Identidade cristã e escolápia.** Partindo do Evangelho, como inspiração fundamental, Itaka-Escolápios participa na Igreja desde o carisma de Calasanz e a missão específica das Escolas Pias, às quais pertence.

- **Opção pelos mais vulneráveis.** Itaka-Escolápios responde à realidade das pessoas empobrecidas e trabalha para eliminar as causas que geram vulnerabilidade e exclusão; focada especialmente nas crianças e jovens.
- **Missão integral.** Itaka-Escolápios age nas três dimensões da missão escolápia (educativa, evangelizadora e transformação social), desde a convicção de que essas enriquecem-se e retroalimentam-se.
- **Compromisso voluntário.** Itaka-Escolápios fundamenta sua ação no voluntariado; abre-lhe espaços, prioriza-o e promove-o em todos os seus projetos, pelo seu valor educativo e como expressão de compromisso generoso no favor de outras pessoas.
- **Gestão responsável.** Itaka-Escolápios aposta no trabalho em equipe, na geração de confiança e na austeridade do seu funcionamento, assim como na sustentabilidade (de pessoas, identidade e recursos econômicos) dos seus projetos.
- **Trabalho em rede.** Itaka-Escolápios entende a si mesma como uma rede escolápia que funciona com critérios de solidariedade, interdependência e corresponsabilidade.

12.5. Objetivos norteadores

- Dar passos para a gestão mais em rede dos centros sociais e de Itaka Escolápios Brasil e mundial.
 - Um grande passo, mas ao mesmo tempo um grande desafio, sempre respeitando a realidade de cada presença.
- Refletir acerca dos projetos sociais nos 04 centros sociais, em resposta a conjuntura atual impulsionando a missão escolápia na sua dimensão educativa, pastoral e de transformação social.

1 - Pôr em andamento iniciativas que abordem as novas necessidades em cada lugar, especialmente, aquelas que nos coloquem como entidade de referência no âmbito socioeducativo.

- Reestruturar e repensar os projetos.
- Casa Lar.
- Adolescente Aprendiz.
- SCFV – Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

a - Mobilizar recursos humanos e materiais para avancar na linha de educação integral e aberta em tempo estendido: educação em valores, ações de sensibilização, iniciativas socioeducativas, formação pastoral, promoção e acompanhamento do voluntariado e colaboradores.

→ Voluntariado: envolvendo a juventude escolápia.

- Aulas de Violão em GV.

o Sustentabilidade financeira tanto no âmbito da mobilização de recursos municipais, estaduais e federais, quanto de recursos da Rede Itaka, potenciando o financiamento público, privado.

→ Campanhas de sensibilização em todos os centros sociais.

→ Ação Solidária em favor de Itaka - Escolápios

b - Criar um plano para avançar na qualidade dos nossos projetos, cuidando das diferentes fases: identificação, implementação e avaliação. Com ferramentas que ajudem na melhoria contínua dos processos.

c - Promover novas iniciativas, para ampliar e fortalecer a base social de Itaka-Escolápios (voluntariado, colaboradores, famílias, vizinhança etc.) em atitude convocadora para a missão compartilhada e a Comunidade cristã escolápia.

→ Fraternidade: Reforço Escolar – Carapina

→ Ampliação dos campus em Serra

→ Ampliação de novos projetos nas comunidades.

12.6. Organização interna

- Equipe dos Centros Sociais do Brasil em conexão com a equipe de gestão e outras equipes

- Em cada presença:

→ Equipe diretiva de acordo com a realidade local.

→ Se possível, equipe de titularidade ou equipe de presença.

13 . PROJETO DE COMUNICAÇÃO

“Então Jesus disse-lhes:

“Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade.” (Marcos 16, 15)

“A comunicação tem o poder de criar pontes, de favorecer o encontro e a inclusão, enriquecendo, deste modo, a sociedade.” (Papa Francisco)

13.1. Introdução

As Escolas Pias são convocadas a comunicar a Boa Notícia e mostrar o caminho que percorremos no seguimento a Jesus, fazendo com que as pessoas se sintam cativadas pelo Reino de Deus e queiram fazer parte dessa realidade.

É importante desfrutar ao máximo de nossa história, de nossa realidade e de nossos projetos e tornar a obra calasância conhecida.

Devemos fazer da comunicação uma função permanente, natural e diretiva e apresentar um manual e um plano de comunicação, capazes de fazer sentir o peso real de nossas organizações e de colaborar para uma maior projeção de nossas obras nos ambientes social, político, econômico e educacional.

O plano de comunicação faz parte do conjunto de documentos de uma instituição, derivando-se de um manual, documento mais abrangente que rege a política comunicativa. Entre nós, escolápios, o Manual de Comunicação reúne as condições e características que oferecem um modelo de referência para a transmissão uniforme e profissional das informações relevantes nos diversos âmbitos da missão. Já o Plano de Comunicação será responsável pelo detalhamento das ações específicas de comunicação a serem realizadas durante um período específico de acordo com as necessidades de cada instituição, respeitando os princípios gerais do manual de comunicação e adaptando-os às características específicas do momento.

É o plano de comunicação, que desce no local e dá respostas concretas às necessidades exclusivas. Ele segue as diretrizes gerais do manual, mas aborda o específico e busca reforçar o plano estratégico da organização, melhorando sua comunicação interna e externa. Deve ser um documento simples e operacional, que responda a algumas questões fundamentais: o que queremos comunicar e quem vai fazer; quando e em que momentos essas comunicações serão feitas e por quais canais.

Assim, Escolápios Brasil-Bolívia terão um único manual de aplicação para si e para as outras instâncias; e planos diferentes para cada período de tempo escolhido, um para si e um para cada uma das suas obras. Os diferentes planos compartilharão muitos elementos, mas é fundamental que levem em conta as características de cada âmbito.

13.2. Objetivos

Os objetivos da comunicação devem estar alinhados com a vida dos Escolápios Brasil-Bolívia. Como ela é, o que deseja apresentar, para quem comunicar seus projetos, seus sonhos, entre outros. Como escolápios, nosso objetivo geral encontra-se no centro da missão: “Comunicar para evangelizar educando crianças e jovens, preferentemente pobres, para transformar a sociedade.”

Em relação aos objetivos específicos, é importante ressaltar que deverão ser identificados conforme a natureza, necessidades e demandas de Escolápios Brasil e das obras.

- Estruturar a comunicação de Escolápios Brasil-Bolívia, para fortalecer o sentimento de pertença e o posicionamento social, reforçando sua identidade, seu projeto e sua missão evangelizadora.
- Divulgar as informações das presenças e da Ordem para todos os religiosos, fraternidade, colaboradores, profissionais, voluntários e para a sociedade, através do site e das redes sociais, sensibilizando e alimentando a motivação para participar na missão evangelizadora.
- Produzir uma comunicação que articule as realidades escolápias: Pastoral Vocacional, Religiosos, Fraternidade, Movimento Calasanz, Itaka – Escolápios, colégios, paróquias, centros sociais e presenças.
- Otimizar e favorecer o fluxo interno de comunicação dentro da Província, entre os que participam da missão escolápia (religiosos, frateros e fraternas, voluntários, profissionais, famílias e outros colaboradores), consolidando uma atitude de comunhão e participação na missão evangelizadora.
- Orientar para a construção do planejamento anual de comunicação.
- Convocar o agente pastoral a incorporar-se às novas tecnologias, assimilando os processos comunicativos desse espaço de evangelização e criando estratégias para testemunhar Jesus e seu evangelho de forma universal, produzindo uma comunicação vocacional, transformando a notícia convencional em catequese humanizada.
- Formar agentes da comunicação bem preparados e engajados na missão escolápia nas presenças.
- Fortalecer a comunicação provincial na Bolívia.
- Manter atualizados o site e as redes sociais, comunicando a vida da província e ações da pastoral vocacional.
- Atender as demandas que chegam através do preenchimento do briefing no e-mail da comunicação provincial: comunicacaoprovincial@escolapios.org.br

13.3. Ações necessárias

É muito importante refletir sobre as ferramentas necessárias para os processos comunicativos. Entre as diversas possibilidades de atividades comunicativas, elencamos:

- Produção de materiais, impressos e digitais, de qualidade, que explicitem nossa missão: livros, panfletos, cartões, banner, folder, cartazes, painéis, brindes, revistas etc.
- Organização de um calendário e cronograma de ações comunicativas (físico e digital) para a equipe, conforme a agenda da Província/Obras.
- Realização de Oficinas de comunicação, teórica e prática.
- Definição do papel da comunicação nas ações/eventos específicos de Escolápios Brasil, cujas equipes responsáveis deverão encaminhar, por escrito, o plano do evento.
- Alimentação da página da web e redes sociais de Escolápios Brasil.
- Constante atualização da Biblioteca digital e padronização dos documentos de Escolápios Brasil.
- Pots comemorativos da função dos colaboradores e dos religiosos aniversariantes do Brasil e da Bolívia.
- Reuniões semanais para gestão e planejamento das ações internas e externas de comunicação e marketing e atendimento das demandas específicas.
- Gerenciamento do desempenho dos meios de comunicação digitais.
- Envio de informações importantes da Demarcação para o site scolopi.org
- Compartilhamento de informações de sites oficiais da Igreja Católica.
- Encaminhamento de sugestões de pauta para os meios de comunicação social.
- Contar com apoio técnico na produção de conteúdo e manutenção do site e redes sociais.
- Ampliar a equipe de comunicação provincial do Brasil e Bolívia
- Manter constante contato com a Pastoral de Comunicação das presenças para o envio de conteúdo, orientações etc.
- Outros.

13.4. Canais e responsáveis

Os canais escolápios de comunicação são diversos, variando conforme a ação, destinatários e conteúdo. É importante ressaltar que cada canal tem uma forma de apresentar a mensagem, portanto deveremos cuidar desse aspecto, respeitando os critérios e regras da linguagem.

Alguns canais escolápios e responsáveis:

- Presenciais: Palestra, oficina, telefone, reunião, recepção etc.
- Impressos:
 - Correio Postal: Secretaria da Província/Obras.
 - Livros/documentos: Congregação, Equipes de Presença e de Comunicação.
 - Peças gráficas: Equipe de Comunicação
- Digitais:
 - Correio eletrônico da Demarcação/Obras
 - Site e redes sociais: Equipe de Comunicação
 - Post: Equipe de Comunicação
 - Vídeos: Equipe de Comunicação

13.5. Cronograma das ações comunicativas

A definição de um cronograma para as ações comunicativas é fundamental para alcançar os objetivos traçados. Quando fixamos datas e prazos, acompanhamos passo a passo a realização das atividades, garantindo a eficácia do projeto. Para nós, escolápios, a Agenda da Demarcação/Obras constitui nossa pauta principal. Precisamos estar cientes dos eventos importantes para acompanhar, divulgar e publicar suas respectivas notícias. A Equipe de Comunicação auxilia na organização da agenda e na produção de material de acordo com a demanda das presenças.

13.6. Avaliação

A avaliação é fundamental para saber se obtivemos sucesso ao longo da jornada. É importante decidir o que desejamos medir e que ferramentas vamos utilizar, considerando os objetivos propostos para a ação comunicativa. São várias as formas para realizar essa avaliação: planilha identificando as pessoas envolvidas, o público atingido, repercussão social, o engajamento dos destinatários, entre outras.

13.7. Referências bibliográficas

- COMUNICAR PARA MISSÃO. Projeto de Comunicação de Escolápios Brasil. 2017
- COMUNICACIÓN Y EDUCACIÓN. Libro de estilo de la comunicación y el marketing in instituciones y centros educativos. España, 2018.
- DOCUMENTO MARCO DE COMUNICACIÓN. Primer Encuentro de Comunicadores de la Orden de las Escuelas Pías. España, 2018.
- MANUAL DE COMUNICACIÓN PARA CENTROS EDUCATIVOS. Escuelas católicas. España, 2018.
- Mensaje del Santo Padre Francisco para la 52ª Jornada Mundial de las Comunicaciones Sociales. 2018





ESCOLÁPIOS BRASIL-BOLÍVIA
Ordem das Escolas Pias
Orden de las Escuelas Pías

